

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELLE SCHEFFELMEIER MEI

POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE E AS RELAÇÕES DE CONFLITO ENTRE A
APP-SINDICATO E O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ DE 2011 A 2018

CURITIBA

2020

DANIELLE SCHEFFELMEIER MEI

POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOCENTE E AS RELAÇÕES DE CONFLITO ENTRE A
APP-SINDICATO E O GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ DE 2011 A 2018

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Educação, linha de Políticas Educacionais, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz

CURITIBA

2020

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Mei, Danielle Scheffelmanier.

Políticas de valorização docente e as relações de conflito entre a APP-Sindicato e o Governo do Estado do Paraná de 2011 a 2018 / Danielle Scheffelmanier Mei – Curitiba, 2020.

173 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Alexandre dos Santos Ferraz

1. Educação e Estado – Paraná. 2. Educação – Aspectos políticos.
3. Professores – Condições de trabalho. 4. Professores – Valorização.
5. Sindicatos – Professores. 6. APP-Sindicato. I. Título. II. Universidade Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **DANIELLE SCHEFFELMEIER MEI** intitulada: **Políticas de valorização docente e as relações de conflito entre APP-Sindicato e o governo do estado do Paraná de 2011 a 2018**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS FERRAZ, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 08 de Setembro de 2020.

Assinatura Eletrônica
19/10/2020 15:18:12.0
MARCOS ALEXANDRE DOS SANTOS FERRAZ
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
11/09/2020 08:28:26.0
CLAUDIA REGINA BAUKAT SILVEIRA MOREIRA
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
11/09/2020 18:13:43.0
DALILA ANDRADE OLIVEIRA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS)

Assinatura Eletrônica
16/09/2020 19:51:02.0
DANIELA DE OLIVEIRA PIRES
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.ufpr@gmail.com
Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015.
Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 52377
Para autenticar este documento/assinatura, acesse
<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp>
e insira o código 52377

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Inge, e meu pai, Domingos (*in memorian*), pela base, paciência, amor e incentivo.

Ao Marcel, por tanta vida e tantos momentos compartilhados, pela leveza do nosso cotidiano e do nosso bom amor.

À Maria, filha amada, que chegou para preencher nossas vidas e transbordar sorrisos.

Aos bons companheiros e companheiras de sempre: Rodrigo Mei, Fabielli Mei, Lara Morarin, Tamie Lôr, Sheila Gorski, Paula Ferronato, Katia Paumer, Thomas Kovacevich.

À minha rede de apoio, as queridas Tia Nice, Tia Inês e Oma Erna.

Ao meu orientador, Marcos Alexandre dos Santos Ferraz (Minero), pela dedicação a este trabalho e pelos conhecimentos compartilhados.

Aos professores e professoras que tanto contribuíram para a minha formação. Em especial, aos do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, muito obrigada pela oportunidade.

Aos colegas da turma de 2018 do Mestrado em Educação da UFPR, em especial à Etiane, por tornar essa fase mais leve.

À APP-Sindicato, em especial a Hermes Silva Leão, pelas informações e trocas de experiências.

*A utopia está lá no horizonte. Me aproximo
dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre
dez passos. Por mais que eu caminhe,
jamais alcançarei. Para que serve a utopia?
Serve para isso: para que eu não deixe de
caminhar.*

(Fernando Birri, citado por Eduardo Galeano)

RESUMO

Essa dissertação teve como objetivo analisar as pautas que versam sobre a valorização docente e que foram motivo de disputa entre o Poder Executivo paranaense e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) entre os anos de 2011 a 2018, gestão do governador Beto Richa (PSDB). Para tanto, revisaram-se as justificativas das leis, propostas e regulamentos apresentados pelo Poder Executivo e aprovados ou em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná nesse período, utilizando a pesquisa por palavras-chave e a análise documental de Cellard (2014). Além disso, a pesquisa se dedicou a verificar as notícias relacionadas aos protestos e movimentos de resistência realizados nesse período, publicadas no site da APP- Sindicato. A pesquisa se configurou, portanto, em uma análise documental das duas fontes e visou compreender como as alterações de conjuntura ao longo do mandato de um mesmo governador podem ou não alterar as relações entre o governo e o sindicato. O trabalho aborda temas como a construção do estado de bem-estar social, a valorização docente e a legislação aprovada desde a Constituição Federal de 1988 a esse respeito e a ação do sindicalismo docente na valorização do trabalho do professor. O recorte temporal entre 2011 e 2018 foi escolhido para captar a alteração das políticas estaduais a partir de 2015, que a literatura indica como um momento de ruptura das políticas de valorização docente.

Palavras-chave: Políticas educacionais. Políticas de valorização docente. Sindicalismo docente. Conflito.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze the guidelines that deal with teacher valorization and that were the subject of dispute between the Executive Power of Paraná and the Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) between the years 2011 to 2018, under governor Beto Richa (PSDB). To this end, the justifications for the laws, proposals and regulations presented by the Executive Branch were approved or being processed by the Legislative Assembly of the State of Paraná in that period, using the keyword search and documentary analysis by Cellard (2014). In addition, the research was dedicated to checking the news related to the protests and resistance movements carried out in that period, published on the APP-Sindicato website. The research was configured, therefore, as a documentary analysis of the two sources and aimed to understand how changes in the situation during the term of the same governor may or may not change the relationship between the government and the union. The work addresses topics such as the construction of the welfare state, teacher appreciation and legislation passed since the Federal Constitution of 1988 in this regard and the action of teacher unionism in valuing the work of the teacher. The time frame between 2011 and 2018 was chosen to capture the change in state policies from 2015, which the literature indicates as a moment of rupture in the policies of teacher appreciation.

Keywords: Educational policies. Teacher valorization policies. Teaching unionism. Conflict.

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1 - PESQUISA DE PROPOSIÇÕES	82
TABELA 1 - COMPARATIVO ENTRE O IPCA E O REAJUSTE DOS SERVIDORES.....	91
QUADRO 2 - RESUMO DA LEGISLAÇÃO PROPOSTA PELA EXECUTIVO RELACIONADA À VALORIZAÇÃO DOCENTE	136
QUADRO 3 - RESUMO DAS AÇÕES DA APP-SINDICATO.....	138

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO E DELINEAMENTO DA METODOLOGIA	9
2	ESTADO MODERNO E DIREITOS SOCIAIS	21
2.1	O ESTADO BRASILEIRO.....	24
2.2	ESTADO DE BEM-ESTAR E GARANTIA DE DIREITOS.....	28
2.3	O ESTADO DE BEM-ESTAR NO BRASIL	30
2.4	SINDICALISMO E DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO	34
2.5	VALORIZAÇÃO DOCENTE COMO RESULTADO DE DISPUTA	44
3	POLÍTICA EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DOCENTE	51
3.1	A VALORIZAÇÃO DOCENTE E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988.....	51
3.1.1	Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996: diretrizes e bases para a educação nacional.....	59
3.1.2	FUNDEF e FUNDEB	60
3.1.3	Lei do Piso.....	63
3.1.4	O Plano Nacional de Educação (PNE)	64
3.2	VALORIZAÇÃO DOCENTE: CONCEITO EM DISPUTA.....	67
3.3	VALORIZAÇÃO DOCENTE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO	71
3.4	POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E VALORIZAÇÃO DOCENTE	72
4	A AGENDA POLÍTICA DO GOVERNO DO PARANÁ ENTRE 2011 E 2018	78
4.1	APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	81
4.1.1	Reajuste anual dos servidores	84
4.1.1.1	Projeto de Lei n.º 395/2011	85
4.1.1.2	Projeto de Lei n.º 205/2012	86
4.1.1.3	Projeto de Lei n.º 211/2013	88
4.1.1.4	Projeto de Lei n.º 219/2014	89
4.1.2	Recomposições salariais dos docentes.....	92
4.1.2.1	Projeto de Lei Complementar n.º 681/2011	92
4.1.2.2	Projeto de Lei Complementar n.º 449 de 2012.....	95
4.1.2.3	Projeto de Lei Complementar n.º 11/2013.....	99
4.1.3	Previdência.....	102
4.1.3.1	Projeto de Lei n.º 613/2012	102

4.1.3.2	Projeto de Lei n.º 275/2013	104
4.1.3.3	Projeto de Lei n.º 120/2014	105
4.1.3.4	Projeto de Lei n.º 511/2014	107
4.1.3.5	Projeto de Lei n.º 514/2014	109
4.1.3.6	Projeto de Lei n.º 252/2015	110
4.1.4	Hora-atividade	120
4.1.4.1	Projeto de Lei Complementar n.º 10/2014.....	120
4.1.5	Gestão da educação	123
4.1.5.1	Projeto de Lei n.º 377/2015	124
4.1.5.2	Projeto de Lei n.º 478/2015	128
4.1.5.3	Projeto de Lei n.º 631/2015	129
4.1.6	Um olhar para a agenda de políticas ao longo de oito anos.....	134
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
	REFERÊNCIAS	147
	APÊNDICE - PROJETOS DE LEI APRESENTADOS PELO	
	PODER EXECUTIVO PARANAENSE	168

1 INTRODUÇÃO E DELINEAMENTO DA METODOLOGIA

A valorização docente se constitui como uma pauta de lutas e anseios dos professores e professoras ao longo de muitos anos, e a temática é permeada por questões como melhor remuneração, um piso salarial condigno, a equiparação salarial com outras categorias com o mesmo nível de formação, a reserva de tempo para a realização e organização de atividades, bem como garantia de direitos como a aposentadoria. A valorização tem se construído ao longo dos anos com diversas ações e mobilizações que culminaram na legislação que assegura esses direitos, mas que ainda não está plenamente concretizada nas redes de ensino e no cotidiano das escolas. Este trabalho teve como objetivo demonstrar situações de conflito relacionadas à valorização docente que se estabelecem entre o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato) frente às políticas legislativas do governo Beto Richa (PSDB/PR: 2011-2018), buscando analisar como a valorização docente da rede pública foi tratada nas propostas de lei apresentadas pelo Poder Executivo estadual. Para articular a valorização docente como um princípio do direito educacional e da qualidade de vida, tomou-se como base a tese de Marcia Andreia Grochoska (2015). No texto, a autora aborda a valorização docente como um princípio constitucional que leva em consideração a remuneração, formação e as condições de trabalho, relacionando quais elementos podem contribuir para que os professores tenham uma carreira que preserve a sua qualidade de vida.

Especificamente, essa pesquisa fez uma análise dos documentos disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) para compreender a legislação e o que houve de avanço e retrocesso em relação à carreira docente, observando as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo na sugestão dessas propostas. Esta abordagem se mostra relevante devido ao quadro de docentes que se deparam, entre os anos de 2011 e 2018, com um processo de desvalorização profissional. Ainda que a valorização seja um princípio da Constituição Federal (CF), e que seja consolidada em leis que versam a respeito após sua promulgação, levanta-se a hipótese de que as políticas adotadas pelo Governo do Paraná se afastam desses princípios.

É preciso considerar que a valorização docente demanda investimentos na área da educação, para garantir quesitos como o reajuste salarial, plano de carreira e, até mesmo, a equiparação salarial em relação a outras profissões com a mesma formação. Isso ocasiona uma disputa pelo fundo público, que tem sido cada vez mais

escasso para investimentos sociais, como uma tendência do neoliberalismo e da imposição de um discurso que preza pelo estado mínimo, e isso em nível internacional. É uma realidade que interfere no cotidiano da educação e da escola. Porém, essa dissertação tem como objeto o cenário paranaense e a maneira como as disputas ocorreram no Estado ao longo dos dois mandatos de Beto Richa. Ainda que o período coincida com a Emenda Constitucional nº 95, que foi publicada em 2016, a pesquisa não chega a captar os efeitos na esfera federal, pois se concentra na questão estadual. A EC 95, por sua vez, congelou, em âmbito federal, os investimentos sociais até 2036.

São considerados elementos importantes na análise das justificativas das leis e projetos, a formação adequada dos docentes, planos de carreira, um vínculo empregatício que garanta estabilidade, uma remuneração condigna, ingresso por meio de concurso público, aspectos estes que devem ser respeitados por todos os estados e municípios. As grandes manifestações de professores, ocorridas principalmente nos quatro últimos anos no Paraná, trazem questões salariais bem presentes, tendo em vista que há um movimento de corte de gastos públicos, o que reflete na redução de investimentos em áreas estratégicas, como a educação.

A análise das justificativas dos projetos apresentados pelo executivo estadual demonstra que políticas de austeridade, com reflexos na realidade do Estado do Paraná, estão prejudicando o trabalho docente. Ao mesmo tempo, há um certo movimento de criminalização de manifestações da sociedade civil organizada, representada por sindicatos, organizações não governamentais e organizações de base, já que as repressões feitas pela polícia demonstram um uso de força desigual em relação aos manifestantes.

Essa dissertação contextualiza a valorização docente e como isso foi se construindo desde a Constituição Federal de 1988, para então chegar ao contexto do Paraná durante a administração do Governador Beto Richa (PSDB). Ao comparar a legislação aprovada na ALEP com o posicionamento da APP-Sindicato, é possível compreender de que maneira a agenda política vem se desenhando para o fortalecimento ou desmantelamento de políticas voltadas à valorização docente no Estado. A opção por esse recorte temporal (2011 a 2018) se deu para que fosse possível analisar dois mandatos de um mesmo governador, e verificar se houve mudanças em relação às medidas adotadas, além de compreender se a conjuntura

altera o comportamento em relação a essas medidas, percebendo se as políticas adotadas demonstram inflexões e mudanças ao longo desse período.

Carlos Alberto Richa, popularmente conhecido como Beto Richa (PSDB – PR), foi governador do Paraná por duas gestões. A primeira de 2011 a 2014, tendo como vice Flávio Arns, e a segunda de 2015 a 2018, tendo como vice Cida Borghetti. Richa renunciou ao cargo em abril de 2018 para concorrer a uma posição no Senado. A partir de 7 de abril daquele ano, quem assumiu o governo do Paraná foi Cida Borghetti, sendo a primeira mulher a ocupar essa posição no Estado. Ao observar as propostas para a Educação contidas no Plano de Metas 2015-2018 de Beto Richa, é possível considerar que o documento destaca a importância e a sua intenção em investir na formação dos docentes do Estado, além da contratação de novos profissionais de ensino. Além disso, o plano inclui a necessidade de investimento em medidas para combate ao analfabetismo. Em relação ao Ensino Superior, o plano também apresentou a necessidade de reposicionar o papel das Universidades Estaduais para incentivar a inovação no Estado.

No entanto, como observado nessa pesquisa, não houve a concretização desse plano de metas. Na transição para o segundo mandato, algumas leis aprovadas após a eleição, ainda em 2014, acentuam conflitos entre o governo e os professores. Na época, o governo havia enviado um pacote de medidas para equilibrar as contas do Estado, o que incluía o corte de benefícios dos servidores públicos, além das questões da previdência. O chamado “pacotão¹” foi enviado à Assembleia Legislativa por meio de dois projetos de lei. O projeto foi protocolado em 4 de fevereiro de 2015 e votado em regime de urgência, o que causou questionamentos logo no início.

Em abril de 2015, os professores fizeram novas manifestações devido a propostas enviadas à Assembleia Legislativa que se referiam exclusivamente à previdência dos servidores públicos. O Projeto de Lei 252/2015² “dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná”. Na interpretação do Sindicato, a lei em questão prejudicaria de maneira contundente a carreira do funcionalismo público,

¹ CASTRO, Fernando. G1. **Entenda o 'pacotão' apresentado pelo Governo do Paraná**. Disponível em: <http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/02/entenda-o-pacotaco-apresentado-pelo-governo-do-parana.html>. Acesso em 5 de fev. de 2019.

² ALEP. Disponível em: http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=54498&tipo=I. Acesso em 5 de fev. de 2019.

motivo de novas greves naquele mês. As votações foram postergadas para 29 de abril, “o dia que ficou conhecido como o mais grave confronto, no uso de força desproporcional, contra professores e outros manifestantes na história do estado do Paraná” (BOZZA; SOUZA, 2015). Na ocasião, mais de 200 educadores, estudantes e funcionários ficaram feridos nos confrontos com a polícia.

O episódio ficou marcado pela truculência com que as forças policiais foram utilizadas para conter as manifestações. A sede da Prefeitura de Curitiba recebeu as pessoas feridas e crianças que foram evacuadas de uma creche municipal localizada nas redondezas, por inalarem gás lacrimogêneo. Houve enfrentamento com bombas de gás lacrimogêneo, de efeito moral, spray de pimenta e balas de borracha, tornando o Centro Cívico um verdadeiro cenário de guerra. Os atos de violência foram destacados em mídias sociais, pela intensa cobertura da imprensa nacional e internacional, condenando o uso desproporcional de força empregada na operação policial (BOZZA; SOUZA, 2015).

Alheios ao que se passava na rua, os deputados seguiram com a votação por exigência do presidente da Assembleia, Ademar Traiano, resultando na aprovação das medidas desejadas pelo governo, por 31 votos a 20. Após as cenas presenciadas em Curitiba, movimentos de resistência seguiram por todo o Paraná, demonstrando apoio aos professores. No dia 05 de junho, dez mil pessoas fizeram um grande protesto contra a truculência da polícia. “Enquanto isso no fim de junho, o Ministério Público do Paraná ingressou com uma ação civil pública por improbidade administrativa contra o governador Beto Richa, o ex-secretário de segurança pública Fernando Francischini, três coronéis e um tenente-coronel da Polícia Militar do Paraná” (BOZZA; SOUZA, 2015). Esse contexto de disputa e conflito de interesses demarca diferenças entre o primeiro e o segundo mandato. Salientando que, em nível nacional, as medidas de austeridade se estabelecem a partir de 2016, principalmente a partir da publicação da EC 95, durante o governo de Michel Temer, embora no Paraná questões como aposentadoria dos servidores já eram alvo de disputa antes disso.

Do outro lado da mesa de negociações, está a APP-Sindicato, selecionada para esta pesquisa pela sua representatividade junto aos professores do Paraná.

Segundo informações coletadas no site institucional³, a APP-Sindicato foi criada em 26 de abril de 1947 por professores e professoras do Paraná, ainda na forma de organização recreativa. Em 13 de dezembro de 1981, por meio de assembleia, a entidade se unificou com a Associação do Pessoal do Magistério do Paraná (APMP). Em uma assembleia realizada em Londrina, em 18 de março de 1989, "livre do impedimento imposto pela ditadura militar, pôde assumir a condição de sindicato, passando a denominar-se: APP-Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais no Paraná".⁴

Por sua vez, os funcionários e funcionárias de escola se organizaram em uma associação separada, que se transformou em Sindicato dos Trabalhadores na Educação Pública do Paraná (Sinte), no ano de 1990. Em 1998, as duas entidades se uniram no atual APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná, tendo em vista que os profissionais de escola também têm a função de educar. Dessa forma, a atual configuração do sindicato visa à defesa dos interesses de "professores(as), pedagogos(as) e funcionários(as) de pré-escola, ensino fundamental, médio e especial, independente do regime jurídico; das redes públicas estadual e municipais do Paraná⁵". Representa atualmente um ator forte e considerado pelo Poder Executivo no momento de tomada de decisões. Além disso, atua na defesa dos direitos e interesses dos professores.

Para a confecção desse trabalho, realizou-se um primeiro exercício de pesquisa envolvendo sindicalismo e valorização docente. Procedeu-se a leitura de duas teses: a primeira de Silvia Leticia de Oliveira da Luz (2017), "Sindicalismo e educação no Estado do Pará: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente", que apresenta o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) como espaço de lutas e formação dos docentes do Estado. A segunda, de Danusa Mendes Almeida (2015), "Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962-1992): a APEOC/SINDICATO e o SINDIUTE", compara os movimentos de associativismo e

³ APP-SINDICATO. **Histórico da APP Sindicato**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

⁴ APP-SINDICATO. **Histórico da APP Sindicato**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

⁵ APP-SINDICATO. **Histórico da APP Sindicato**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

depois a consolidação dos sindicatos dos professores no Ceará, fazendo um resgate histórico das trajetórias dos movimentos de professores.

É possível considerar essas referências interessantes para o desenvolvimento de uma pesquisa relacionando o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), tendo em vista sua atuação junto aos docentes paranaenses, nas disputas por questões salariais e de valorização da carreira do magistério no Estado nos oito anos. Além disso, ao fazer a leitura de um trabalho voltado mais a um resgate histórico, é possível ter embasamento do cenário brasileiro no qual os sindicatos estão inseridos e de que maneira eles atuam na defesa e ampliação dos direitos dos educadores, combatendo a lógica neoliberal e a mercantilização da força de trabalho.

Realizaram-se buscas no banco de teses da Capes com as palavras-chave "APP-Sindicato", utilizando o filtro de teses de doutorado nos anos de 2016 e 2017, com a obtenção de 22 resultados. Após a leitura dos títulos e dos resumos que mais se aproximam com o tema deste trabalho, a tese que oferece uma base para a compreensão das políticas atuais é a de Aline Chalus Vernick Carissimi (2016), "Ação sindical na construção da agenda política: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP Sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015". A autora analisou o sindicalismo docente e a construção de uma agenda política, além de fazer uma revisão sobre a história do sindicalismo no Brasil e do contexto da educação no Paraná.

Outro trabalho que contribuiu para a pesquisa foi "O Programa de Formação Político-Sindical e Educacional da APP-Sindicato (2007-2014) e a renovação de quadro de dirigentes", de Donizete Aparecido Fernandes (2016). A tese problematiza a mudança do perfil combativo para uma postura mais vinculada aos interesses do governo do PT entre os anos de 2007 e 2014. Um problema nesse modelo de formação, segundo o autor, é que os textos são desconexos e que, ao ter a intenção da formação mais crítica dos trabalhadores da educação, esse conteúdo acaba sendo desarticulado. Esse trabalho pode contribuir para a pesquisa na medida em que analisa a formação dos profissionais docentes no âmbito do sindicato, que poderia ser um incentivo para as ações de mobilização, na medida em que os sujeitos estariam mais conscientes em relação à sua situação e sua realidade social.

Realizaram-se pesquisas no site da Assembleia Legislativa do Paraná para verificar as legislações que alteraram questões relacionadas a proventos,

aposentadoria e formas de contrato de professores no Estado, entre os anos de 2011 e 2018. Para tanto, levaram-se em consideração os apontamentos dos autores Altina Ramos, Paulo M. Faria e Ádila Faria (2014) sobre a sistematização da revisão de literatura. Nesse sentido, configura-se como uma avaliação política, segundo Marcus Faria Figueiredo e Argelina Maria Cheibab Figueiredo (1986), buscando compreender quais as intenções e princípios que moveram as tomadas de decisões nesses últimos anos.

Para analisar o conflito entre os professores e o Poder Executivo no Paraná, foram compiladas as justificativas dos projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo, bem como as notícias publicadas no site da APP-Sindicato, além de trazer os resultados dessa disputa, compilados e detalhados no Capítulo 4. Optou-se por analisar esses materiais de fontes distintas por demonstrarem a disputa da narrativa: de um lado, as justificativas dos projetos de lei, que expressam claramente os objetivos e interesses do poder executivo naquele momento; de outro lado, as notícias publicadas no site da APP-Sindicato, que demarcam a postura do sindicato e os interesses dos professores, de maneira compilada e acessível. Ainda que a comunicação sindical vise, principalmente, o diálogo com quem já está sindicalizado ou inserido nessa realidade de lutas, caracteriza-se como uma fonte de documentos pela qual o sindicato disputa com o governo estadual a narrativa política, além de ser uma fonte de consulta interessante para fazer o contraponto com o que Executivo apresenta. Utilizou-se a análise documental, a partir das concepções de Cellard (2014), o qual defende que a memória pode ser falha, então o documento escrito é, segundo ele, "uma fonte extremamente preciosa" (CELLARD, 2014, p.295).

O autor defende ainda que os documentos podem caracterizar-se como testemunho do que ocorreu em um passado recente. Além disso, a análise documental "favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos e conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc, bem como o de sua gênese até os nossos dias" (CELLARD, 2014, p.295). Pensando em estabelecer um panorama da política adotada pelo Poder Executivo durante os anos de 2011 a 2018, esse método se mostrou interessante, permitindo que se percebesse a evolução de uma política voltada à valorização docente no Paraná, ou a adoção de políticas mais voltadas à mercadorização da força de trabalho e de questões relacionadas à redução de custos do Estado.

Outra característica da análise documental apresentada por Cellard (2014) é que elimina, pelo menos em parte, a reação do sujeito na operação. Além disso, o documento oferece somente o que consta para análise do pesquisador, não permitindo suplementações. O primeiro passo dessa metodologia é a localização dos documentos, percebendo se eles são realmente representativos para o problema que se deseja resolver.

O pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e contentar-se com o que tiver a mão: fragmentos eventualmente, passagens difíceis de interpretar e repleta de termos e conceitos que lhe são estranhos e foram redigidas por um desconhecido (CELLARD, 2014, p.296).

O autor define como documento "um texto escrito, manuscrito ou impresso registrado em papel" (CELLARD, 2014, p.297). Nessa pesquisa foram analisados arquivos públicos, que são as justificativas do Poder Executivo, e documentos públicos não arquivados, quando se referem às notícias publicadas no site da APP-Sindicato. Esses documentos foram escolhidos como fontes para as análises por estarem disponíveis *online*, na íntegra, e por trazerem a justificativa para a proposição, possibilitando uma análise mais refinada na tentativa de compreender os objetivos do Poder Executivo com aquelas propostas, e quais os conflitos estabelecidos, a partir da comparação com as publicações disponíveis no site da APP-Sindicato, bem como o acompanhamento dos resultados desses embates.

Para realizar essa análise documental, a partir do que apresenta o autor, o primeiro exercício foi encontrar o "contexto social global, no qual foi produzido o documento e no qual mergulhava se o autor e aqueles a quem ele foi destinado, é primordial, em todas as etapas de uma análise documental" (CELLARD, 2014, p.299). Nessa pesquisa, se definiu como iniciais as justificativas dos projetos de lei, a fim de verificar a continuidade de uma política de valorização docente ao longo de oito anos, ou a sua descontinuidade.

Outro ponto destacado por Cellard é que, ao interpretar um texto, é necessário levar em consideração os interesses e motivos que levaram a pessoa a escrever, além de perceber se essa pessoa fala em nome de uma instituição ou grupo social. "Elucidar a identidade do autor possibilita, portanto, avaliar melhor a credibilidade de um texto, a interpretação que é dada de alguns fatos, a tomada de posição" (CELLARD, 2014, p.300). Além do contexto, é preciso observar quem produziu

aqueles documentos, percebendo se eles se referem a um nome próprio ou a um grupo e a razão para produção de tal documento e a quem ele se dirige.

Considerando esse ponto trazido pelo autor, é interessante destacar que, em relação a esta pesquisa, os documentos foram assinados pelo então governador ou seu representante direto, e estavam sempre destinados aos membros da Assembleia Legislativa do Paraná, representando, assim, a voz oficial do chefe de Estado naquele momento, e que indicam os interesses do Governo e de seu representante, bem como de seus apoiadores políticos. "Não basta, entretanto, informar-se sobre a origem social, a ideologia ou os interesses particulares do autor de um documento. É importante assegurar-se da qualidade da informação transmitida" (CELLARD, 2014, p.301).

Além disso, o autor destaca a necessidade de "levar em consideração a natureza de um texto, ou seu suporte, antes de tirar conclusões" (CELLARD, 2014, p.302). Nesse caso, as justificativas são provenientes diretamente do Poder Executivo, o que as torna uma fonte interessante para a análise, demonstrando não apenas a opinião de uma pessoa, mas a representação do que almeja o Poder Executivo na figura do governador, que assina os documentos. Ao fazer o contraponto com as publicações da APP-Sindicato, é possível detectar as pautas que foram conflituosas ao longo desse período, considerando as características de conteúdos da comunicação sindical. Vladimir Caleffi Araújo⁶ comenta sobre a evolução da informação sindical ao longo dos anos e das condições de produção da informação. Segundo o autor, o movimento sindical desenvolveu experiências significativas no campo da comunicação nos anos 80, quando visava à mobilização dos "atores diretamente implicados" na luta sindical. Atualmente, as ações de comunicação visam à sensibilização da opinião pública. Para além dos meios tradicionais, houve um investimento em publicações como boletins eletrônicos, sites e portais da internet fugindo um pouco das publicações mais tradicionais, como os boletins que eram distribuídos aos sindicalizados. O autor comenta que a realidade da comunicação atual exige a presença das novas mídias para ampliação do público atingido com essas publicações e destaca como características principais dessas:

⁶ ARAUJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical no Brasil: atores, práticas e estratégias de produção jornalística**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-vladimir-jornalismo-sindical.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

O jornalismo de informação sindical tem na sua natureza fundamentalmente engajada uma de suas principais características. Além de informar, exerce plenamente seu papel militante ao expor e ao defender uma política, ao tomar posições em relações aos fatos da atualidade, ao dirigir suas convicções como elemento central de sua prática jornalística (ARAÚJO [s.d.], p.6).

Ainda sobre a análise documental, Cellard descreve que a qualidade desse estilo de pesquisa se deve a certas precauções:

Uma análise confiável tenta cercar a questão, recorrendo a elementos provenientes, tanto quanto possível de fontes, pessoas ou grupos representando muitos interesses diferentes, de modo a obter um ponto de vista tão global e diversificado quanto pode ser (CELLARD, 2014, p.305).

Sendo assim, a pesquisa se debruçou sobre as principais ideias contidas nas justificativas e de que modo o sindicato apresentou o contraponto em relação a essas ideias. Ademais, conforme Cellard (2014), a análise documental, além de buscar os objetivos da pesquisa, "deve continuar flexível, pois, diante de novas fontes documentais, bases de arquivos inesperadas, pode-se ser levado a elaborar novas teorias, novas hipóteses, ou a aperfeiçoar alguns conceitos iniciais" (CELLARD, 2014, p.306). Desse modo, ao fazer o contraponto entre a versão do Governo do Paraná e as reações da APP-Sindicato, é possível estabelecer em que pontos há conflito de interesses ao longo do período analisado nesta dissertação.

Para se estabelecer um contexto para a seleção dos textos a serem analisados, realizou-se uma entrevista exploratória com o atual presidente da APP-Sindicato, Hermes Silva Leão. Esse momento foi importante para perceber ocasiões em que o sindicato precisou realizar movimentos de resistência frente às posições do governo, e outros em que foi possível a reivindicação de mais direitos para a categoria. A entrevista foi realizada em novembro de 2018, e entre as pistas que apareceram nesse momento, é possível apontar o árduo trabalho para evitar a perda de outros direitos, ou seja, há uma postura de resistência frente ao desmonte de direitos básicos. Além disso, há apontamentos sobre o 29 de abril, o cancelamento do processo eleitoral de diretores e questões como a entrada da iniciativa privada no campo da educação e ao embate com interesses voltados à redução da ação do Estado em campos estratégicos, como saúde, educação e segurança, o que deverá ser aprofundado.

Observou-se o texto de Barbot (2015) sobre como realizar entrevistas face a face, a partir de um questionário aberto organizado previamente e o conteúdo foi

gravado. A entrevista foi agendada com certa antecedência e, desde o início do processo, o entrevistado tinha ciência de que esse material seria utilizado para a confecção deste trabalho, o que gerou uma relação de confiança entre ele e a entrevistadora.

O entrevistado respondeu às questões individualmente, o que evitou a interferência de outras pessoas. Além disso, ao serem realizadas dessa forma, as entrevistas podem auxiliar no desenvolvimento do questionário e aprofundamento das questões. *"In face-to-face interviews, interviewers have more cues available for identifying when interviewees do not understand questions, are unsure about their answers, or even when they appear to provide misleading answers"*⁷ (FREY; BOTAN; KREPS, 2000, p.2180).

Antes de iniciar as perguntas, o entrevistado foi informado da temática do trabalho e a que estava respondendo para que estivesse previamente orientado sobre o conteúdo e a duração aproximada da gravação, postura que, segundo os autores, é recomendada para pesquisas com entrevistados. As entrevistas foram gravadas em vídeo a fim de que pudessem ser utilizadas posteriormente.

Em relação à pesquisa documental, foram realizadas buscas no site da Assembleia Legislativa do Paraná a fim de encontrar projetos de lei que tenham relação com a carreira docente. Após essa seleção, foram escolhidos para análise somente os projetos e leis apresentados pelo Poder Executivo. Para tomar como base as ações do sindicato em relação às demandas da categoria e seus posicionamentos e reivindicações, foram analisadas as publicações disponíveis no site da APP-Sindicato, a partir do número do projeto de lei ou da temática por ele tratada, entre os anos de 2011 a 2018.

A pesquisa tem como material empírico o conteúdo das justificativas dos projetos de leis relacionados à carreira docente no Estado apresentadas pelo Poder Executivo do Paraná, além das notícias publicadas no site da APP-Sindicato referentes àquela temática, a fim de compreender as pautas que foram mais conflituosas e como se deu o desenho dessa política ao longo do mandato do governador Beto Richa (PSDB), buscando os conflitos estabelecidos entre sua gestão e o sindicato dos professores.

⁷ Tradução livre: "Nas entrevistas cara a cara, entrevistadores têm mais pistas disponíveis para verificar quando os entrevistados não compreendem as questões, estão relutantes em relação às suas respostas e quando fornecem respostas enganosas".

O objetivo foi compreender, a partir do conteúdo desse material, a construção ou o desmantelamento de uma política de valorização docente no Paraná, bem como compreender as ações de resistência realizadas pelo sindicato frente às propostas e leis aprovadas pelo governo estadual, e em que medidas essas propostas legislativas se voltam para a construção de uma política de valorização docente ou se elas se inclinam mais para políticas de austeridade, camufladas sob um discurso da necessidade de equilíbrio das contas públicas. Para a construção desse trabalho, o capítulo dois relaciona o papel do sindicato com a defesa dos direitos, a manutenção e defesa do estado de bem-estar social, tendo como bases teóricas Jessé Souza (2012) e Célia Lessa Kerstenetzky (2012), dentre outros autores. Para tratar sobre sindicalismo docente, a pesquisa tomou como base Offe e Wiesenhal (1984) e para abordar o desmantelamento de uma política voltada à valorização docente há momentos em que o Estado atende aos interesses de mercado, como demonstra Oliveira (1999).

O terceiro capítulo trata sobre as relações entre a qualidade da educação e a valorização docente, fazendo uma revisão da legislação que versa sobre isso. Nesse momento, são retomados princípios constitucionais que regem a valorização docente e políticas que são estabelecidas ao longo dos anos, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 1996); a previsão de mais financiamento para a educação por meio do FUNDEF e FUNDEB; a Lei do Piso (Lei n.º 11.738, de 2008); a previsão de uma reserva de carga horária de trabalho para planejamento e revisão das atividades; a necessidade de contratação dos professores via concurso público, a fim de garantir estabilidade na carreira.

O capítulo quatro apresenta, de início, uma contextualização sobre o cenário social e político brasileiro, para então aprofundar no período que diz respeito ao governo Beto Richa (PSDB) no Paraná, de 2011 a 2018, buscando descrever os conflitos entre a categoria de professores e o poder público, tendo em vista que os primeiros meses da segunda gestão já foram marcados pelo episódio de 29 de abril de 2015. Nesse momento de análise dos resultados, as leis apresentadas pelo Poder Executivo foram classificadas em cinco categorias: 1) Reajuste salarial dos servidores; 2) Recomposição salarial docente; 3) Previdência; 4) Hora-atividade; 5) Gestão da educação. Para fazer um contraponto, há a apresentação de notícias publicadas no site do sindicato que se referem a essas leis.

2 ESTADO MODERNO E DIREITOS SOCIAIS

Considerando que a pesquisa busca compreender como se deu a disputa entre o Governo do Estado do Paraná e o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná (APP-Sindicato), esse capítulo aborda temas que sustentam a análise, iniciando com um delineamento da constituição do Estado moderno e da dominação burocrática descrita por Weber (1994). Depois, traz considerações sobre o estado de bem-estar social e de que maneira ele se desenvolve no Brasil. Tendo em vista a dissertação se debruçar sobre o conflito entre uma gestão e um sindicato, o texto também trata sobre o sindicalismo docente, estabelecendo relações entre a atuação dos sindicatos na manutenção e/ou desenvolvimento de um estado de bem-estar social, e de que maneira se organiza para defender direitos dos grupos de interesse e como realiza suas ações, baseado nas considerações de Offe e Wiesensthal (1984).

Os sindicatos estão inseridos na sociedade civil, espaço de atuação dos grupos para buscarem junto ao Estado seus direitos, tendo assim maior representatividade na esfera pública e garantindo o exercício da cidadania. Ao analisar os projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo paranaense, houve a intenção de verificar o que foi feito em relação à manutenção dos direitos dos trabalhadores da educação e, ao mesmo tempo, a garantia da construção de uma sociedade mais aberta ao diálogo e às diferenças, visando ao bem-estar social por meio da manutenção da qualidade da educação. Considerando que a relação entre o estado e o sindicato é conflituosa, é relevante perceber a disputa pelo fundo público, especialmente no que diz respeito à remuneração docente, e em que momentos o Estado se utiliza desse fundo para atender aos interesses do mercado, tomando como base os textos de Oliveira (1999).

Inicialmente, faz-se uma breve conceituação do que é Estado, para que seja possível melhor continuidade dos temas relacionados na sequência. Ao trabalhar a conceituação de Estado, utilizou-se como referencial o trabalho de Poggi (1981), que faz uma revisão histórica da constituição do Estado Moderno europeu, demonstrando que ele é construído como objeto da política e se estabelece a partir de relações de poder. Segundo as definições do autor, o Estado, em sua concepção moderna, só existe diante de outros, tem um território definido e um poder de coerção legítima. Durante o estabelecimento de suas origens, o estado é o que ele consegue manter pela força, dentro de suas fronteiras.

Todo e qualquer Estado existe, em primeiro lugar, na presença de outros Estados como ele e em competição com ele. [...] O sistema de Estados modernos é composto de unidades soberanas, coordenadas e justapostas. Os Estados individuais não são *órgãos* do sistema de Estados, dado que não são postulados e investidos de poderes por ele, os estados não derivam suas prerrogativas de governo do sistema de Estados mas possuem-nas, outrossim, a título igual a autodeterminado. Os Estados não pressupõem o *sistema*, geram-no (POGGI, 1981, p.97).

Ao apontar que os estados se constituem das mudanças dos feudos para reinos, é possível destacar que houve todo um processo para que os estados europeus se consolidassem e atingissem a sua configuração atual, fruto de um processo político que tem algumas nuances. Nesse processo político, Poggi destaca a ideia de civilidade, ou seja, antes os estados se focavam na questão militar para defesa de territórios. Depois, passam a organizar questões internas.

As decisões fundamentais acerca de sua organização e financiamento, e sobre o emprego de seu poderio, cabem a *outros* órgãos (legislativos, executivos). Assim, a coerção legítima converte-se num aspecto menos difuso, penetrante e visível, e mais controlado e especializado do governo. (POGGI, 1981, p.116).

Além disso, outro aspecto que o autor cita para esse processo de civilidade, ou seja, de tornar civil, é a adoção de formas mais humanas nos processos de investigação e punição de crimes. Por essas características, é importante salientar que os Estados modernos devem operar com a controvérsia e a pluralidade, ou seja, a partir do estabelecimento de um Estado efetivo há forças internas que demandam mais direitos, derivando em conflitos que são característicos dessa estrutura de organização política. Essas diferentes vozes existirão sempre e é necessário que o Estado esteja apto a operar com todas essas diferenças. Desse modo, é preciso que se busque o consenso, ou seja, o estabelecimento de leis que atendam a maioria das demandas e aos interesses públicos, para que haja mais condições de governabilidade.

As pessoas não têm as mesmas condições ou forças para exigir o poder, pois alguns grupos são mais organizados politicamente, conseguindo mobilizar mais pessoas, como os sindicatos; e outros têm mais poder econômico, como as grandes empresas que forçam a tomada de decisões governamentais – devido às pressões econômicas que exercem sobre o Estado e suas estruturas. Desse modo, o Estado se estabelece como um equilíbrio dessas diferentes forças, para que haja estabilidade e governabilidade. Essas considerações sobre o Estado são importantes para

contextualizar o seu papel e como ele atua na relação entre os cidadãos e entidades organizadas, como é o caso da APP-Sindicato. Ao delinear as relações entre o Estado do Paraná e o sindicato em questão, é possível também fazer um paralelo com Weber (1994), que apresenta três tipos de dominação legítimas para encontrar a obediência dos cidadãos a uma determinada estrutura do Estado, bem como, vincular quesitos como a inclinação e os interesses individuais, os costumes e as bases jurídicas. Nesse sentido, o autor explica formas de dominação que são exercidas de maneira a não utilizar a violência explícita, como em uma situação de escravidão.

A primeira forma descrita por ele é a dominação legal, ou seja, a que se efetiva por meio de normas, leis e regulamentos. Nesse modelo, as pessoas obedecem às normas, pois reconhecem que elas também atendem aos seus próprios interesses e que funcionam como uma forma de contrato. Há uma estrutura administrativa nesse modelo de dominação, no qual as pessoas reconhecem o poder do Estado e as relações com as empresas a partir de um conjunto de regras. Esse modelo é o que mais interessa no contexto dessa dissertação, em que são analisados os projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo e de que maneira a APP-Sindicato se posiciona em relação a cada um deles.

O modelo de dominação tradicional apresentado por Weber baseia-se na relação de dependência de súditos para com o senhor, e se mostra algo mais comunitário. As relações pessoais imperam nesse modelo, e há uma lógica de privilégios para aqueles mais chegados. A dominação carismática é a que se baseia na devoção a uma pessoa devido aos seus dotes de liderança. Há, nesse modelo, a vinculação pelas faculdades mágicas e pelo carisma, na qual não há um questionamento de conduta dessa pessoa.

É preciso ponderar, no entanto, que o autor constrói essas caracterizações a partir de "tipos ideais", ou seja, idealizados. Não há como uma única teoria ou descrição dar conta de toda a realidade do mundo social e o autor faz, dessa forma, uma simplificação da realidade para facilitar a compreensão das diferenças de dominação, permitindo uma comparação mais clara entre cada modelo. Nesse sentido, a legitimidade se dá também por meio de diálogo e, mesmo que haja leis, as pessoas precisam reconhecer a legitimidade dessas normas para que elas se efetivem e para que sejam cumpridas.

As relações históricas que se estabelecem com o passar dos anos são diferentes entre os Estados, pois cada um trilhou uma trajetória diferente. No entanto,

é importante destacar que todos os estados precisam manter seu reconhecimento e estabilidade, funcionando como uma mediação entre as diferentes forças e demandas em seu interior. Ao falar sobre a legitimidade do estado, a população precisa se reconhecer nesse modelo que ajuda a estabelecer, pois o Estado atua com a cobrança de impostos, por exemplo. Esses impostos devem ser revertidos em serviços para a população e para a manutenção desse estado. É possível aferir, portanto, que há legitimação do poder do estado quando a população tem acesso ao bem comum e aos serviços e direitos de maneira eficiente. Após a apresentação da teoria sobre a constituição do Estado Moderno, há características relacionadas ao estado brasileiro que precisam ser aprofundadas a fim de compreender nuances que desenharam a nossa realidade, na qual a temática desta dissertação se insere.

2.1 O ESTADO BRASILEIRO

A constituição do Estado Brasileiro tem algumas características destacadas por Souza (2012), com um longo período de escravização de populações de origem africana que resultou no que o autor denomina de uma raiz estrutural. Esse modelo de exploração reflete até a atualidade nos altos níveis de desigualdades sociais existentes no Brasil, tendo em vista que muitas pessoas não têm condições para se inserir no mercado formal de trabalho, ficando à margem do desenvolvimento social. O emprego formal e com garantias seria um dos princípios para a manutenção de um estado de bem-estar social, pois afasta os trabalhadores de um cenário de precarização da mão de obra e dá condições para que tenham acesso a direitos básicos. Ainda assim, a consolidação de direitos, cujo marco no Brasil é a Constituição de 1988, é fruto de lutas e conflitos travados ao longo de décadas e, mesmo que essas garantias estejam descritas no texto constitucional, muitos direitos não são respeitados, e há mais ainda por se fazer para chegar a uma melhor qualidade de vida para a população em geral.

Enquanto a maioria das pessoas têm condições de vida precárias, ainda derivadas do período de escravização e de uma exclusão social histórica e nunca reparada de maneira adequada, Souza (2012) destaca a existência de uma elite econômica que tem algum poder para controlar o Estado e até mesmo se beneficiar dele, enquanto boa parte da população não consegue ter acesso ao básico.

"Gente" e "cidadão pleno" vão ser apenas aqueles indivíduos que se identificam com a concepção de ser humano contingente e culturalmente determinada que "habita", de forma implícita e invisível, a consciência cotidiana, a hierarquia valorativa subjacente à eficácia institucional de instituições fundamentais como Estado e mercado e que constitui o cerne da dominação simbólica subpolítica que perpassa todas as ações e comportamentos cotidianos (SOUZA, 2012, p.181).

A constituição do Estado brasileiro se dá a partir das desigualdades, produzindo assim uma subcidadania. Para fazer uma aproximação com o Estado brasileiro, é possível tomar algumas reflexões de Kerstenetzky (2012). Fazendo um contraponto com Poggi (1981), que coloca a constituição do Estado com funções de defesa e ordem social externa, em um primeiro momento, o Estado moderno passa a ser uma força econômica de organização interna que tem como objetivo também o crescimento da economia. Para Kerstenetzky (2012), há uma adição nas funções do Estado, pois considera que este é responsável por gerar também o bem-estar social com a redistribuição de riquezas, o que não pode ser confundido com os direitos sociais, tendo em vista que o poder, por meio de uma intervenção organizada, é quem produz a redistribuição de recursos.

Dessa forma, o Estado regula todas as relações, inclusive, as de mercado e os regimes de trabalho, o que é culturalmente aceito. Ademais, é preciso interpretar que a promoção de um estado de bem-estar social pode estar vinculada à economia ou à manutenção de um mercado de direitos, considerando também a atuação da APP-Sindicato na manutenção ou mesmo ampliação de direitos dos profissionais docentes. Essa busca é feita no interior do Estado, com a aprovação de legislação que garanta direitos aos professores, dando condições para o exercício profissional pautado na garantia de direitos e estabilidade, permitindo, também, a liberdade para fazer exigências ao Estado, tanto no que diz respeito às condições de trabalho, quanto na luta por uma educação de qualidade.

Ademais, é preciso sublinhar que a construção de um estado de bem-estar social que garanta aos indivíduos a atuação como cidadãos é fruto de décadas de lutas e reivindicações. As garantias aos cidadãos trazem como consequência reflexos econômicos importantes que merecem ser destacados, como a necessidade de mais investimentos do Estado em uma parcela da população que, antes das garantias constitucionais, era simplesmente ignorada pelo poder público. Assim, o cenário

apresentado por Kerstenetzky (2012) demonstra que o estado de bem-estar social é essencial e que também está sujeito aos riscos da economia.

Assim, aos riscos representados pela globalização, se somam os trazidos pela desindustrialização e terciarização da economia e pela nova economia do conhecimento. A paisagem de economias com pequeno grau de abertura, baseadas na indústria e com baixo grau de segmentação entre trabalhadores qualificados e não qualificados, em todo caso abrigados sob a proteção de sindicatos fortes, evanesce rapidamente em favor de outra de economias fluidas, terciarizadas, com mercados de trabalho fortemente segmentados, premiando intensamente a qualificação, além de pouco protegidos, com o enfraquecimento dos sindicatos, e gerando ineditamente desemprego duradouro (KERSTENETZKY, 2012, p.63).

Como se percebe, no contexto do bem-estar social, os direitos sociais são também importantes para a manutenção da situação econômica e do estilo de vida da classe média. Para fazer uma relação entre as relações de trabalho e a desmercantilização, a autora apresenta conceitos trazidos por Martínez Franzoni (2008), que traz a realidade vivida na América Latina, com a informalidade no mundo do trabalho, as regulações de estado e mercado:

Os indicadores positivos de mercantilização se referem à participação lícita no mercado de trabalho, envolvendo variáveis como formalização, salários adequados e níveis médios de renda. Um valor baixo para mercantilização indica, portanto, participação precária no mercado de trabalho. A desmercantilização combina seguridade social e serviços sociais públicos, sendo possível identificar o principal grupo beneficiário, se os trabalhadores formais ou os pobres (KERSTENETZKY, 2012, p.105-106).

Em relação à realidade latino-americana, a autora destaca que o Estado tem um papel importante tanto de apoio ao mercado quanto na sua função de manutenção dos direitos sociais. Ela elenca três modelos de atuação dos Estados predominantes na região, entre os anos de 1999 e 2004, sendo que o primeiro incentiva a mercantilização do trabalho, optando pela privatização de serviços como a educação; o segundo modelo se constrói a partir do alto índice de trabalho formal, o que fortalece a desmercadorização; e o terceiro, que valoriza o trabalho feminino, tendo em vista que há trabalho doméstico e "evidenciando o fardo de provisão de renda e de cuidado que recai sobre as mulheres, especialmente considerando a importância das famílias estendidas e o maior número de dependentes" (KERSTENETZKY, 2012, p.106). Há, portanto, uma relação entre o mercado de trabalho formal e a desmercantilização e

maior acesso aos direitos sociais. É preciso considerar, no entanto, que esse cenário de manutenção dos direitos sociais caracterizado pela autora se refere à primeira década do século 20.

No Brasil, a autora destaca a política de valorização do salário mínimo e da distribuição de renda para a ampliação do acesso ao estado de bem-estar social. Essas duas ações combinadas resultaram em ampliação do consumo e do mercado de trabalho formal, o aumento da arrecadação de impostos (impulsionada pelo consumo) e, até mesmo, o crescimento dos lucros de empresas privadas.

A inserção de amplos contingentes da população no emprego com proteção social e no mercado de consumo de bens duráveis/não duráveis e serviços representou a mercantilização, no sentido abonável do termo, de milhões de pessoas: o direito ao emprego lícito, com segurança econômica e proteção social, e o direito a usufruir de um padrão de consumo mínimo que está disponível para tantos outros. Em conjunto, transferências do governo federal e salário-mínimo afetaram diretamente mais de 40 milhões de pessoas (KERSTENETZKY, 2012, p.137).

Apesar dos benefícios para o bom andamento da economia, o estado de bem-estar social não está somente vinculado à ampliação de direitos. Isso porque, em muitos casos, as políticas sociais são pensadas especialmente para a manutenção da economia e não propriamente para a melhoria das condições de vida da população. Há diferentes maneiras de intervenção econômica para melhorar as condições de vida da população, mas algumas são mais voltadas ao benefício do capital privado. É possível também fazer um paralelo com as capacidades ou condições de acesso das pessoas aos serviços públicos. Quesitos como local de residência, sexo, idade são condicionantes que podem tornar as desigualdades sociais mais definidas. Esses quesitos, aliados a práticas culturais e sociais que são excludentes e que estigmatizam alguns grupos, dificultam

[...] o acesso de certos grupos sociais a recursos disponíveis ou dar acesso apenas a recursos de baixa qualidade, ou ainda minorar a fruição potencial destes – sejam estes grupos definidos, por exemplo, em termos de classe, cor, etnia, sexo, idade, residência ou recebimento de benefícios públicos. Podem debilitar a vontade, as expectativas, a motivação e a agência, reforçar e perpetuar crenças arruinadoras de identidades ou promotoras de resignação e desalento (KERSTENETZKY, 2012, p.30).

A partir da leitura dessa autora, é possível aferir que a crise do estado de bem-estar social se dá quando ele deixa de ser resultado da luta de classes e das

demandas da sociedade civil e se volta para atender aos interesses pessoais de um grupo limitado de pessoas. No caso da análise do conflito entre a APP-Sindicato e o governo do Paraná, isso fica claro nos embates e ações coletivas realizados para evitar que o governo se utilize dos fundos de pensão para sanar dívidas do Estado. Pois, ao fazê-lo, está atendendo a demandas do mercado e deixando de investir, a longo prazo, no bem-estar social e na garantia de direitos da categoria docente, utilizando um discurso de falência do Estado. Ao atender ao interesse de uma minoria privilegiada, o bem-estar pode vir a se tornar corporativo e deixar de atender às necessidades de uma parcela maior da população, que depende das condições de bem-estar social para a manutenção do seu modo de vida ou mesmo para acessar serviços públicos. Para tanto, a contextualização da constituição do estado de bem-estar social no Brasil se faz necessária para aprofundar as análises das disputas que permeiam o fundo público e como os atores se apresentam nesse cenário.

Quando se analisam as justificativas dos projetos de lei e as reações do sindicato, é possível considerar que há um reconhecimento dos atores e que há uma tentativa de diálogo para que os direitos sejam efetivados utilizando as ferramentas disponíveis no interior do próprio estado, caracterizando uma dominação legal e legítima. Após a contextualização da constituição do Estado Moderno e das formas de dominação, o texto se debruça sobre a construção de um estado de bem-estar social, que envolve um longo processo de lutas e conflitos para a garantia e manutenção de direitos dos cidadãos, um processo que segue contínuo e que demanda prontidão para que os direitos não sejam novamente violados ou ignorados. Ou seja, não basta que os direitos se tornem textos de lei, é necessário que sejam garantidos ou mesmo ampliados, para que esse estado de bem-estar social seja consistente.

2.2 ESTADO DE BEM-ESTAR E GARANTIA DE DIREITOS

A partir da conceituação do Estado, a ideia agora é seguir a discussão tomando como base a sua importância para garantir o acesso dos cidadãos ao bem-comum. Esping-Andersen (1991) traz uma reflexão sobre as relações entre o *welfare state* e a democracia, demonstrando diferenças entre o modelo de bem-estar social liberal e socialdemocrata. O autor explana que o estado de bem-estar social é resultado de um equilíbrio de forças dentro de uma sociedade e que varia de um país para o outro, dependendo do grau de estabilidade das economias e da relevância da

institucionalização, especialmente promovida por meio da legislação, e que é um compromisso social que surge a partir da história daquela sociedade e de que maneira se deu seu desenvolvimento. Ao abordar as relações entre o mercado, a cidadania e a população, o autor demonstra que há um certo receio do capital com o avanço da democracia:

A democracia tornou-se o calcanhar de Aquiles de muitos liberais. Enquanto o capitalismo se mantivesse com um mundo de pequenos proprietários, a propriedade em si pouco teria a temer da democracia. Mas, com a industrialização, surgiram as massas proletárias, para quem a democracia era um meio de reduzir os privilégios da propriedade. Os liberais temiam com razão o sufrágio universal, pois era provável que este politizasse a luta pela distribuição, pervertesse o mercado e alimentasse ineficiências. Muitos liberais concluíram que a democracia usurparia ou destruiria o mercado. (ESPING-ANDERSEN, 1991).

O autor traz diferenciações entre os modelos de bem-estar social liberal e social democrata. O primeiro tem como premissa que os direitos sociais, ou "benefícios", devem ser destinados apenas a pessoas com baixa renda. Sob essa ótica, há uma tendência em considerar esses benefícios como algo negativo, e esse modelo valoriza mais o trabalho e a capacidade do mercado em garantir os direitos das pessoas e minimiza os efeitos da desmercadorização, pois coloca os direitos relacionados com as classes sociais e status social. O que vale sublinhar é que acaba por ser mais conservador e visa à preservação também de um modelo tradicional de família, tendo em vista que, com a redução dos direitos, as mulheres têm mais dificuldades de acessar o mundo do trabalho.

Por outro lado, o modelo social-democrata visa ao universalismo da desmercadorização dos direitos sociais, almejando à elevação dos gastos sociais em um padrão para a classe média, ao contrário do modelo anterior, que era voltado às classes de baixa renda. Esse modelo preconiza a solidariedade e a socialização dos custos das famílias, permitindo, assim, maior participação dos trabalhadores na exigência de mais direitos sociais e maior acesso da população de maneira geral a eles. Nesse contexto, é possível sublinhar as ações realizadas pela APP-Sindicato na manutenção ou ampliação dos direitos dos trabalhadores em educação do Paraná. Este modelo é mais propenso para a atuação de entidades organizadas, como os sindicatos, nas lutas por direitos e garantias dos trabalhadores e trabalhadoras associados e no momento da negociação de salários e benefícios.

O autor traz o conceito da desmercadorização. A partir da lógica do capital, a força de trabalho é vista como mera mercadoria, ou seja, o trabalhador recebe salário ao realizar as suas tarefas, vende a sua força de trabalho, em uma concepção marxista. A desmercadorização considera situações em que o trabalhador se vê menos dependente de vender a sua força de trabalho para a manutenção do seu modo de vida. Nesse sentido, os direitos sociais garantem que o trabalhador seja menos dependente das condições de mercado, tendo garantias em certos momentos da vida em que suas condições de trabalho são reduzidas, como na aposentadoria, por exemplo, ou no caso de doenças graves, ou mesmo nas licenças maternidade e paternidade. No caso das disputas do cenário paranaense, é possível elencar temáticas como a hora-atividade, a garantia das condições para a aposentadoria, além de outros temas que serão mais bem trabalhados no Capítulo 4, quando os projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo serão esmiuçados.

O modelo da desmercadorização permite a emancipação do trabalhador das realidades de mercado. Além disso, há uma situação que permite maior mobilização social e divisão dos custos que no modelo liberal são arcados pela família. Há, portanto, maior preocupação com o bem-estar coletivo. Muitas das atitudes que o Estado toma para manter a ordem social são frutos de pressão da própria sociedade, que com o tempo percebe a necessidade da garantia de novos direitos. Já a esfera pública é o espaço no qual os movimentos sociais se inserem para conseguir que o Estado faça a sua parte, no sentido de garantia de direitos e políticas públicas específicas, conforme a necessidade de cada grupo social que se organiza em torno de alguma causa. Após a contextualização da constituição do estado moderno e do estado de bem-estar social, a sequência do texto se dedica à análise do delineamento da construção do bem-estar social no contexto brasileiro.

2.3 O ESTADO DE BEM-ESTAR NO BRASIL

Historicamente, as lutas trabalhistas no Brasil se intensificam no final do século XIX e início no século XX, com a industrialização e com a passagem para o sistema capitalista, com a abertura de fábricas e empresas, a oferta de mão de obra livre, imigrantes e escravos recém-libertos. No entanto, o país teve seu processo de industrialização tardia, que ocorreu a partir da década de 1940. As lutas trabalhistas demoraram longos anos até terem uma regra geral que controlasse as relações de

trabalho, especialmente com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), da década de 1940, com o governo Getúlio Vargas. Um momento importante para o movimento de sindicalização no Brasil foi a criação do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio, em 1930. Esse ministério deveria atuar juntamente às categorias profissionais para a fiscalização dos direitos sociais:

O Ministério certifica as profissões, por meio da regulamentação de "categorias profissionais"; os sindicatos correspondentes às categorias, a quem concede o selo do reconhecimento; e o exercício das profissões por parte dos trabalhadores, por meio da concessão de carteiras de trabalho. A elegibilidade aos direitos sociais – trabalhistas e previdenciários – depende da obtenção da carteira profissional e, em parte, também, da sindicalização (KERSTENETZKY, 2012, p.118).

O período entre as décadas de 1930 e 1940 foi importante para o estabelecimento dos sindicatos, que deveriam respeitar a unicidade sindical, que limita a organização dessas associações em um determinado território. Os sindicatos garantiam aos trabalhadores férias e espaço para exigir melhores condições de trabalho ao Ministério somente com a condição de sindicalização, o que acarretou a chamada "cidadania sindical". Ao mesmo tempo em que essa fortalece a atuação das categorias de trabalhadores por meio da figura desses sindicatos, há um delineamento de desigualdades de condições de trabalho conforme as categorias e mesmo em relação aos trabalhadores informais:

Na prática, esse arranjo implicará a definição de um padrão próprio de incorporação e estratificação social, que define, vale dizer, quem está dentro e quem está fora, como se dará a distribuição de direitos sociais entre os incorporados e sob qual lógica se expandirão esses direitos. Desde logo, estão excluídas as categorias profissionais não regulamentadas, como os trabalhadores rurais e os trabalhadores urbanos sem contratos formais de trabalho – então a esmagadora maioria da população (KERSTENETZKY, 2012, p.118).

Essa temática se relaciona com os objetivos dessa dissertação, pois faz um resgate do papel dos sindicatos no cenário de conquista e manutenção de direitos e de defesa de uma classe de trabalhadores. No entanto, no princípio, o acesso aos direitos trabalhistas e a melhores condições de trabalho só atendeu a poucas pessoas sindicalizadas. Nos anos de 1960, e durante a ditadura civil-militar, as condições dos sindicatos avançaram no sentido da criação de condições para as ainda informais intersindicais, que proporcionam a união de categorias, bem como, a inclusão da

reforma agrária nas pautas (KERSTENETZKY, 2012). Apesar da política autoritária, os sindicatos se mantiveram atuantes no meio rural quando ainda eram responsáveis pela previdência social desse nicho de trabalhadores.

A partir de meados dos anos 1970, com a crescente deterioração de alguns dos condicionantes de sucesso do modelo (com o endividamento externo e a inflação), emerge um sindicalismo independente. Sem raízes na tradição sindical corporativista, ele rapidamente se politizará graças à pedagogia repressora do regime – que não hesitará em prender lideranças e reprimir com violência manifestações pacíficas –, passando a incorporar às bandeiras de reajuste salarial a reivindicação por liberdades democráticas (KERSTENETZKY, 2012, p.124-125).

Os anos de 1980 trouxeram avanços importantes para a cidadania e os direitos sociais no Brasil. A Constituição cidadã de 1988 estabelece, em seu artigo 8º, que a filiação sindical é livre no Brasil, e que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas". Tendo em vista o desmonte dos direitos verificados ao longo dos últimos meses, em especial com a Lei n.º 13.467, de julho de 2017, que altera a CLT, permitindo mudanças no que diz respeito a férias, jornadas e salários, há um forte discurso defendendo esse tipo de "flexibilização" que, ao fundo, só tende a fragilizar as relações de trabalho. Essa reflexão é importante para destacar a importância da atuação organizada na luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras da área da educação.

É preciso considerar, no entanto, que as lutas políticas também estão inseridas no contexto capitalista e na disputa por capital, como demonstra Chesnais (2005) e que há um esforço do mercado e do capital em promover a desregulamentação das leis, para abrandar as normas e permitir o acesso facilitado do capital ao fundo público, por exemplo. Além disso, segundo o autor, há uma aposta de que o mercado poderia solucionar questões que o Estado estava com dificuldades para resolver. No entanto, a partir dos anos 80, é possível destacar o surgimento de um cenário de dependência de muitos Estados em relação ao capital estrangeiro, o que traz efeitos na América Latina como desindustrialização dos países e o endividamento de Estados. No Brasil, isso é consequência de políticas econômicas adotadas durante o regime civil-militar, que focavam no milagre econômico e não primavam pela transparência das contas públicas, provocando consequências drásticas para a economia.

Conforme Chesnais (2005), isso resulta, nos anos 90, em uma situação de abertura das fronteiras para o capital estrangeiro, com a depreciação dos valores das moedas nacionais e os altos índices de inflação, tendo em vista que os bancos passaram a liberar empréstimos sem calcular os riscos. É possível perceber a hegemonia americana, que está baseada na abertura e desregulamentação das economias, foco nos objetivos do mercado e a noção de que esse precisa ter a "liberdade" para atuar além das fronteiras nacionais, buscando sempre mercados e países que ofereçam melhores condições de obtenção de matéria-prima e redução dos custos de produção, por exemplo. Um exemplo disso é o Consenso de Washington (1989), que reuniu membros do governo norte-americano e de organismos financeiros, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, com o objetivo de avaliar as reformas econômicas realizadas na América Latina. Nessa ocasião, se ratificou a agenda neoliberal que o governo norte-americano vinha propondo para esses países, em troca de apoio financeiro (BATISTA, 1994).

Outro tema destacado pelo autor e que também está presente durante o período de análise desse trabalho, é a atuação dos sindicatos no controle dos chamados fundos de pensão, considerando especialmente momentos em que o governo paranaense buscou a aprovação de leis que autorizassem o uso desse fundo para sanar dívidas estatais. Nessa situação, o papel do sindicato também é decisivo, pois consegue atuar de maneira mais organizada:

O interesse recente das organizações sindicais no investimento socialmente responsável e nos fundos de investimento ético, assim como no ativismo acionário, inclusive na Europa, participa dessa lógica. Mas esse engajamento sindical ao lado de outros acionistas é ambíguo. Visando, a partir de sua postura de acionista, reequilibrar as relações de força em favor do trabalho e regenerar um sindicalismo em declínio em todo lugar, suas margens de manobra são extremamente estreitas (SAUVIAT apud CHESNAIS, 2005, p.110-111).

A partir do que foi apresentado, é possível perceber as relações entre a constituição de um Estado, a sua evolução ao longo dos séculos e, mais recentemente, as preocupações com o estabelecimento de um estado de bem-estar social que atenda às necessidades e anseios da maioria de sua população. O Estado só consegue estabelecer sua "dominação legítima" quando a população reconhece as leis e os líderes. Além disso, o Estado funciona como um mediador entre os interesses de mercado e a proteção de direitos sociais para a sua população. Assim, quando

enfraquecido pelo mercado, ele acaba por adotar políticas de privatização e mesmo a mercantilização da força de trabalho.

As concepções do que é um estado de bem-estar social são distintas, conforme a legislação de cada país. Além disso, dependem da maneira como os Estados se desenvolvem. No Brasil, o estabelecimento desse estado de bem-estar social (que ainda está em construção e talvez longe do que seria ideal) se deu de maneira diferente devido, também, a um histórico de escravização e de décadas de ditadura. Nesse sentido, as características do estado de bem-estar social se afastam do modelo desenvolvimentista vivenciado pelo país ao longo dos anos da ditadura. Em relação ao trabalho e à atuação dos sindicatos, é notável a importância desses atores na manutenção ou mesmo na exigência de direitos, tendo em vista o momento político em que se observa uma fragilização das condições de trabalho de uma parcela considerável da população.

A alteração das leis pode atender a uma exigência do mercado e das empresas, e as disputas se dão no interior do estado objetivando também a destinação de recursos, que podem ser utilizados para a manutenção de um bem-estar social ou para o pagamento das dívidas estatais, o que atende aos interesses de uma elite econômica. Para compreender como se dá essa disputa no contexto paranaense, é preciso observar como transcorrem os debates no interior do parlamento para a aprovação dos projetos e de que maneira seus membros são pressionados pelos sindicatos em sua atuação para tentar reverter o fundo público para os interesses da classe trabalhadora.

2.4 SINDICALISMO E DISPUTA PELO FUNDO PÚBLICO

Considerando o período de oito anos do governo Beto Richa e como a APP-Sindicato atuou na defesa ou ampliação de direitos dos professores, em especial questões relacionadas ao movimento sindical e a disputa pelo fundo público, é possível destacar algumas considerações de Przeworski (1989), que trata sobre o sindicalismo na disputa pelo fundo público até a constituição da social-democracia. Nesta dissertação, o que merece ênfase é a maneira como o autor descreve as ações dos sindicatos e como eles atuam na disputa pelos direitos dos trabalhadores. Ao fazer uma revisão histórica, no início do século 20, havia um embate entre o movimento socialista, se este tomava uma decisão de "construir uma sociedade dentro da sociedade, uma

comunidade de produtores imediatos associados em oficinas e fábricas, cooperando como consumidores e administrando suas próprias atividades" (PRZEWORSKI, 1989, p.19), buscando uma independência em relação ao modelo burguês já existente. No entanto, foi-se percebendo que seria necessária a conquista do poder político para então construir a sociedade dentro dessa sociedade, ou seja, a ruptura não seria o único caminho para a mudança, a qual poderia acontecer na realidade e não apenas na utopia. Para a "revolução" seria necessário muito tempo, e as necessidades materiais são mais urgentes e palpáveis. A questão era se os trabalhadores deveriam fazer uma revolução ou se deveriam encontrar maneiras de melhorar o seu modo de vida dentro do sistema já estabelecido. O autor se debruça sobre a necessidade de participação do modelo democrático para os trabalhadores atingirem algumas de suas reivindicações.

A abstenção eleitoral nunca se constituiu em uma opção viável para partidos políticos de trabalhadores. A participação, por sua vez, não pode permanecer meramente simbólica. Uma vez que a competição democrática oferece a vários grupos a oportunidade de promover alguns de seus interesses no curto prazo, qualquer partido político que pretende mobilizar os trabalhadores deve tirar proveito dessa oportunidade (PRZEWORSKI, 1989, p.23).

Segundo o autor, a democracia política permitiu que os trabalhadores defendessem seus interesses, pois, por meio do voto, o indivíduo se torna cidadão, podendo reivindicar direitos. Além disso, o autor destaca que os capitalistas conseguem alcançar seus objetivos dentro do próprio sistema por meio da alocação dos recursos da sociedade, eles podem então contratar ou não, investir ou não. No entanto, não fica muito claro o que seria possível a um grupo organizado de trabalhadores reivindicar, pois parece que esses interesses não estão tão consolidados. O capital parece já ter justificada sua intenção na ampliação dos lucros, mas, no caso do trabalhador e cidadão, esse

[...] só pode reivindicar seus direitos coletivamente e de forma indireta, por intermédio de organizações embutidas em sistemas de representação, principalmente sindicatos e partidos políticos. Por conseguinte, a participação necessária para a efetivação dos interesses dos trabalhadores (PRZEWORSKI, 1989, p.24).

Como resultado, para participar de uma eleição, foi necessário que os partidos da chamada social-democracia atendessem às demandas das suas bases de

trabalhadores e, ao mesmo tempo, dialogassem com o restante da sociedade a fim de angariar mais votos e conseguir uma colocação no parlamento. Por isso, quando os sindicatos apoiam os partidos políticos, há interesses distintos entre seus membros e os interesses mais amplos representados pelos partidos. É possível fazer um paralelo, portanto, na representatividade da APP-Sindicato quando negocia com o poder político, pois leva ao parlamento questões que interessam aos docentes.

Outra mudança citada pelo autor é que a democracia é um sistema de representação, ou seja, "uma relação de representação impõe-se à classe pela própria natureza das instituições democráticas capitalistas" (PRZEWORSKI, 1989, p.27). Os líderes tornam-se representantes e o processo de negociação se apresenta distante da experiência de massa.

Ao participar do sistema democrático e se afastar do objetivo revolucionário, os partidos socialistas "acreditavam que as classes dominantes podiam ser vencidas em seu próprio jogo" (PRZEWORSKI, 1989, p.30). Ainda, assim, é preciso levar em consideração o modelo capitalista que objetiva a competição entre os operários. Muitas vezes, o interesse da classe não é necessariamente o interesse do operário como indivíduo. Para atingir os seus objetivos, o autor salienta ser necessário que os trabalhadores se organizem por meio de sindicatos do partido, ou gerando uma "força coletiva". No entanto, o proletariado nunca foi a maioria numérica entre as pessoas que votam, e os partidos formados com base sindical precisam convencer um maior número de pessoas para conseguir força no parlamento.

As regras do jogo democrático, conquanto universais e às vezes justas, são implacáveis. Se um partido pretende governar sozinho, livre da influência moderadora de alianças e das dívidas provenientes de compromissos, o que deve obter uma determinada proporção de votos, não muito diferente de 50%. As instituições eleitorais precederam o surgimento de partidos que buscam usá-las como veículo para o socialismo, e tais instituições encerram a regra fundamental que impossibilita a vitória de uma minoria isolada (PRZEWORSKI, 1989, p.38).

Um partido que não tem muitas alianças não consegue vencer as batalhas eleitorais. Percebeu-se que, para obter sucesso nas urnas, os partidos social-democratas deveriam negociar com diferentes grupos e ter convergência de outros interesses econômicos. Como resultado, as pautas não seriam apenas aquelas relacionadas a proletários, mas as que envolvem interesses em consonância com os de outras classes. Ainda assim, esses partidos ainda são orientados para o povo, e

não para os interesses do grande capital. Além de melhorias das condições de trabalho, outros interesses estavam em jogo, como o

[...] desenvolvimento de programas habitacionais, introdução de legislação sobre o salário mínimo, instituição de algum tipo de proteção contra o desemprego, tributação sobre renda e herança, pensão para os idosos. Tais medidas, embora favorecessem os trabalhadores, não eram politicamente inviáveis nem economicamente explosivas (PRZEWORSKI, 1989, p.52).

Essas reformas baseadas no bem-estar acabam mantendo o *status quo* e não interferindo no funcionamento do mercado. Mas, se deve reconhecer que houve um esforço então nesses partidos de, em vez de pregar a abolição da propriedade privada, por exemplo, buscar um lado da distribuição de renda e na elevação da produtividade.

Offe e Wiesenhal (1984) apresentam reflexões interessantes sobre as questões democráticas. A começar pela igualdade, destacando que não existe uma igualdade real, pois vivemos em uma sociedade em que "o poder da classe capitalista sobre a classe operária não somente não está institucionalizado na sociedade burguesa, mas também é aparentemente neutralizado pelo padrão institucional da cidadania igual" (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.58). Há uma crítica ao que os autores chamam de desigualdade institucionalizada, ou seja, da participação do mercado e da cidadania, como se essas diferenças pudessem ser neutralizadas a partir do modelo democrático. No entanto, ao fazer a reflexão à luz dos objetivos deste trabalho, é possível detectar que há momentos na negociação entre o poder público paranaense e a APP-Sindicato em que os professores são silenciados em função de uma disputa pelo fundo público, especialmente quando o governo apresenta pautas que o autorizariam a mexer nos fundos de pensão para pagamento de dívidas do Estado. Esse embate de forças é tão desigual que desemboca em situação extremas, como o ocorrido em 29 de abril de 2015, que será melhor detalhado no Capítulo 4.

Nesse sentido, ficam nítidas algumas peculiaridades da classe operária, ainda assalariada, que sofre diretamente "o impacto da mecanização, da desqualificação e da crescente insegurança de emprego, que afetam tanto os trabalhadores manuais quanto os não-manuais" (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.59). Ao trazerem reflexões sobre questões intrínsecas à força de trabalho, consideram que a negociação é essencial para defender interesses de grupos, tornando a adesão a grupos organizados necessária:

[...] nesses tipos de organização encontramos adesão voluntária à associação, estrutura mais ou menos burocrática de tomada de decisão, dependência de recursos materiais e motivacionais, esforços para alterar favoravelmente os ambientes respectivos (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.62).

Nesse cenário, os sindicatos são capazes de organizar trabalhadores a fim de atingir objetivos comuns, o que foi realizado em diversas ocasiões também pela APP-Sindicato ao longo do período analisado nessa dissertação. Os autores destacam que os sindicatos são

[...] associações de membros que, antes de se tornarem integrantes de um sindicato, já fazem parte de outras organizações, a saber, empregados de empresas capitalistas. Portanto, os sindicatos são organizadores "secundários", enquanto que o próprio capital funciona como organizador primário (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.63).

O trabalhador atua na empresa por necessitar recursos para garantir o seu sustento e, ao mesmo tempo, poder fazer parte do sindicato. Dentre os objetivos para integrar o sindicato, é possível citar a condição de se galgar novos direitos relacionados ao trabalho e, conseqüentemente, melhores condições de vida, a partir de uma luta coletiva.

Na ausência dos esforços de associação por parte dos trabalhadores, o conflito que está embutido na relação capital/trabalho assalariado necessariamente permanece muito limitado. Os trabalhadores simplesmente não teriam poder de negociação para melhorar as suas condições de trabalho ou seus salários por que cada trabalhador individual que começasse a fazer essas reivindicações correria o risco de ser substituído por outro trabalhador ou por maquinaria (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.65).

A constituição de sindicatos é uma resposta de uma associação que se consumou anteriormente por parte do capital. No entanto, ao contrário das instituições que visam meramente o lucro, os trabalhadores galgarão outros objetivos, como melhor remuneração, saúde no trabalho, satisfação pessoal, continuidade no emprego e tempo livre. Os autores destacam que não há como avaliar o que seria a satisfação plena no trabalho, somente por deliberação coletiva. No caso da carreira docente, alguns quesitos como o piso salarial, a reserva de hora-atividade e contratação via concurso público são algumas das conquistas reconhecidas, e que trazem mais garantias à profissão docente. Esses direitos serão melhor abordados no Capítulo 3. A

ampliação de direitos é fruto de embates quando os trabalhadores buscam a positivação dos direitos por meio de legislação e, ao mesmo tempo, os capitalistas visam reduzir os custos com pessoal utilizando maquinário e processos mais eficazes para a exploração da força de trabalho.

Por outro lado, o trabalho não pode liberar-se de sua dependência da disposição do capital de empregá-lo, por que não há praticamente possibilidades de reproduzir-se mais eficientemente, a saber, com base em salários mais baixos ou mesmo retirando-se do mercado de trabalho (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.67).

Tendo em vista essa relação ser assimétrica, para que os trabalhadores consigam atingir algum tipo de resultado, é necessário que haja uma visão mais clara do que se deseja defender em relação aos seus direitos, além de criar uma identidade coletiva. No contexto paranaense, a APP-Sindicato é uma entidade cuja longa trajetória lhe dá condições de pleitear direitos junto ao poder político, sendo, inclusive, convocada a negociações em alguns momentos importantes e decisivos na conjuntura. Muitas vezes, os objetivos são atingidos sem a necessidade de mobilização, quando se reconhecem condições para manter o que foi acordado, reconhecimento esse que garante à APP-Sindicato condições para avaliar os momentos que necessitam de ações mais ou menos enfáticas de pressão dos parlamentares. Offe e Wiesenthal (1984) destacam que os processos internos envolvem greves, assembleias e outras maneiras de deliberação coletiva.

A liderança é muito menos capaz de exercer sanções ao seu livre arbítrio. Seja qual for o potencial de sanções existentes nas associações de trabalhadores, ele somente se torna efetivo através dos membros organizados e de sua ação explicitamente coordenada (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.72).

Os sindicatos dependem de uma "participação ativa, consciente coordenada de seus membros" (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.73) para que uma greve seja possível e para que seja gerada em seus membros a intenção de agir. Sendo assim, na perspectiva de Toro e Werneck (1997), a participação do cidadão é essencial para a construção de um "objetivo comum". Para os autores, a mobilização acontece quando o indivíduo tem o desejo de participar: "Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também

compartilhados" (TORO; WERNECK, 1997, p.5). Em relação à atitude, os autores destacam:

A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os "males" da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar (TORO; WERNECK, 1997, p.8).

Nesse sentido, a construção social do público requer que os cidadãos desenvolvam uma cultura democrática, compreendendo que o que convém a todos pode ser um bem público, ou "bens ou serviços destinados à satisfação das necessidades comuns e indispensáveis, que possibilitam a vida digna da população" (TORO, 2005, p.30), como saúde, educação, moradia, vigilância de ruas e outros. A desigualdade se dá quando parte da população não tem acesso a esses bens públicos.

O público é construído nos espaços para deliberação, debate e acordo. Os lugares onde se tomam decisões. Nos espaços educativos e de produção do saber, nos meios de comunicação e nas indústrias culturais. O público, entendido como o que convém a todos de forma igualitária e para sua dignidade, se constrói no Estado e em espaços não-estatais (TORO, 2005, p.34).

No entanto, quando há um aumento do tamanho do sindicato, surgem demandas diferentes em seu interior, o que pode prejudicar uma ação coletiva mais coesa. A ação coletiva aqui é compreendida como ações que visam reunir pessoas para alcançar objetivos comuns a diversas pessoas, as quais podem também estar vinculadas a sindicatos ou outros movimentos sociais. Tendo em vista que os trabalhadores não são apenas sindicalizados, mas que eles exercem outras funções dentro da sociedade, é necessário que o sindicato busque congregar os objetivos a fim de encontrar interesses comuns. Ademais, quando o sindicato precisa negociar com o poder político vigente, pode ser que alguns dos interesses entre o poder político e os sindicalizados entrem em conflito.

A liderança sindical está sempre sendo pressionada pela tentativa de assegurar uma representação ampla para todos os interesses dos seus integrantes da classe operária e limitada em sua capacidade de encontrar uma fórmula que reconcilie esses interesses, parcialmente contraditórios, sem arriscar sua aceitação interna, por parte dos sindicalizados. (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.76).

No contexto da democracia liberal, na qual há uma premissa de igualdade, mas os membros não são efetivamente iguais, as relações são assimétricas e a negociação só é possível, em muitos casos, pela congregação de forças dentro de um sindicato ou uma associação. Tendo em vista o cenário apresentado, Offe e Wiesenhal (1984) descrevem que, muitas vezes, o sindicato não atua somente por meio de greves, mas há outras ações conforme o oportunismo, isto é, conforme a situação se dá no cotidiano, ou seja, são oportunidades de negociação ou táticas de ação que não representam apenas as pessoas na rua. A depender da posição em que o sindicato se encontra no contexto social, esse grupo já é convocado para negociação com o poder político a fim de evitar justamente uma greve e medidas mais drásticas. Os autores destacam três práticas que podem ser consideradas oportunistas. A primeira é a dimensão substantiva, "atuação como mecanismo de filtragem seletiva dos objetivos e princípios organizacionais" (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.105). A segunda é a dimensão temporal, ou seja, priorizar ações a curto prazo e ignorar algumas consequências futuras. A terceira é a dimensão social, visando critérios qualitativos e a formação de identidades coletivas.

Segundo os autores, há estágios para a realização de ações coletivas, sendo que o primeiro é a formação de uma organização de classe, o segundo ocorre quando essa organização já é reconhecida e há a busca de alternativas para evitar que se realize uma greve. No entanto, essa negociação pode entrar em conflito com os interesses dos sindicalizados, tornando necessárias ações para evitar que esses membros se dissipem da organização. O terceiro estágio se dá quando a organização se torna mais independente e reconhecida tanto interna quanto externamente.

Permitindo-lhe, assim, crescer burocraticamente, sem arriscar a sua sobrevivência e sua existência, assegurados de fora. Essas garantias, promovidas pelo Estado, podem ganhar, nessas circunstâncias, uma capacidade de atração considerável para a liderança sindical (OFFE; WIESENTHAL, 1984, p.107).

Nesse ponto há a substituição das garantias internas de sobrevivência pelas garantias externas; é necessário, então, que a entidade traga também confiança quanto aos seus objetivos no longo prazo. Aí aparece o estágio 4, quando há substituição dos interesses internos pelos externos e o sindicato não depende tanto da vontade de agir dos seus membros. No entanto, os autores destacam que o que acontece nesse

estágio é a incapacidade de "garantir as garantias" (OFFE; WIESENTHAL, 1984). Nesse estágio, a organização já está à mercê das negociações, as quais podem ser prejudicadas pela falta de aderência dos membros ao sindicato. Afinal, há possibilidade de que não se possa contar com o apoio de um número razoável de pessoas para manter aquilo que o sindicato deseja negociar. Nesse ponto, entra-se no estágio 5, quando o sindicato precisa voltar, então, a responder aos interesses dos seus sindicalizados e buscar novamente o apoio das pessoas e a sua vontade de agir.

Ao trazer o cenário do conflito de interesses entre as classes trabalhadoras e os detentores do capital – e de que maneira os trabalhadores conseguem alcançar novos direitos – no caso brasileiro, Oliveira (1999) faz uma análise da história do país e detecta que as classes dominantes continuam com o poder sobre a política desde os tempos coloniais até atualmente. No entanto, com a Constituição Cidadã de 1988, entraram questões como o direito à saúde, à educação, direitos da criança entre outros,

[...] todas as reivindicações que significam política como o processo mediante o qual se põe em xeque a repartição da riqueza apenas entre os que são proprietários, ganhou uma forma, talvez a mais acabada que as condições históricas permitiram. (OLIVEIRA, 1999, p.65).

Ao relacionar direitos e bem-estar social, há uma mudança de foco da geração de capital, ou seja, o capital não seria apenas para ser acumulado por uma elite, mas para subsidiar direitos sociais e, talvez, uma melhor distribuição de renda – o que gera também uma disputa pelo fundo público. Porém, concomitantemente, há a criação de um discurso que destaca a expressão do "Estado falido": "a crise interna do Estado colocou os holofotes sobre a despesa pública e converteu as despesas sociais públicas no bode expiatório da falência do Estado" (OLIVEIRA, 1999, p.67). Alegações nesse sentido foram utilizadas em diversos momentos nas justificativas do Poder Executivo paranaense, a fim de utilizar verbas de fundos de pensão para o pagamento de dívidas do Estado, sob o argumento da necessidade do "equilíbrio de contas". No entanto, Oliveira destaca que o endividamento do Estado, de maneira geral, se deve à dívida interna pública e a outras questões, como a inflação. Na sequência, o autor trabalha com a privatização do público e a publicização do privado, definindo que:

A privatização do público é uma falsa consciência de desnecessidade do público. Ela se objetiva pela chamada falência do Estado, pelo mecanismo da

dívida pública interna, onde as formas aparentes são as de que o privado, as burguesias emprestam ao estado: logo, o estado, nessa aparência, somente se sustenta como uma extensão do privado. O processo real é o inverso: a riqueza pública, em forma de fundo, sustenta a reprodutibilidade do valor da riqueza, do capital privado. (OLIVEIRA, 1999, p.68).

Oliveira (1999) comenta também que a imagem burguesa no Brasil é radicalmente antipública, como se o bem público fosse desnecessário. Além disso, o autor destaca as relações políticas entre empresas e o próprio Estado, ou seja, muitas vezes, o bem público se torna um campo privado de atuação e dominação. Isso se deve à desigualdade existente no país, onde a burguesia tem uma vida muito diferente da maior parte da população, que não tem tantos privilégios, conforme demonstra o autor. Porém, as situações de conflito direto entre classes são poucas.

O cotidiano de um empresário passa-se sempre nesse "circuito fechado", de seu gabinete para reuniões com outros empresários em ambientes semelhantes. Muito raramente defrontam-se, por exemplo, com representações de trabalhadores: se esse fato era mais comum na década de 70, hoje ele é raríssimo: não apenas os assessores que os substituem, como a dinâmica do conflito, por estratégia da burguesia, está transitando do sindicato para o chão de fábrica, do coletivo de trabalhadores de uma categoria para pequenos coletivos de trabalhadores de cada empresa, de cada fábrica e de cada seção de fábrica, onde não é o patronato, com suas caras oficiais, que está lá, mas seus prebostes dos "recursos humanos". (OLIVEIRA, 1999, p.71).

Na prática, ao reforçar a imagem de um estado falido, há uma tentativa de exaltar os interesses individuais e quebrar a representatividade sindical, o que provoca, o que o autor chama de "anulação da fala", ou seja, um trabalhador não tem força política para negociar direitos. Ainda na lógica da falência do Estado, emerge o discurso de que este deve ter a mesma racionalidade da empresa privada e os mesmos critérios de negócios. No entanto, a crise do Estado se deve a sua "dilapidação financeira, e, subjetivamente, da falsa consciência da desnecessidade do público pelas burguesias e seus afiliados" (OLIVEIRA, 1999, p.73). Há um discurso de que os gastos do Estado são exacerbados, mas pouco se fala sobre as relações patrimonialistas entre este e a burguesia.

O sindicato, nesse contexto, visa a união de forças para disputar o fundo público. Ao buscar mais acesso ao poder político, o que está em jogo é a divisão mais abrangente dos recursos. Aproveita-se do jogo democrático para fazer avançar questões de base e fazer com que suas exigências se transformem também em legislação.

Como é possível destacar, no caso da carreira docente, um terço de hora-atividade, o piso, um modelo de contratação estatutário e, mesmo o FUNDEB, quando se determina um valor mínimo de investimento do poder público na remuneração docente, temáticas que serão aprofundadas no Capítulo 3. O conflito entre o sindicato docente e o poder público paranaense se refere também ao fundo público.

2.5 VALORIZAÇÃO DOCENTE COMO RESULTADO DE DISPUTA

Ao refletir sobre condições de trabalho docente, é interessante levar em consideração as ponderações de Oliveira (1988) sobre o antivalor, compreendendo que as despesas do Estado não devem visar ao lucro, mas englobam o fator do bem-estar social e o desenvolvimento da sociedade como um todo. Em relação aos gastos sociais, o autor os apresenta como:

A medicina socializada, a educação universal gratuita e obrigatória, a previdência social, o seguro-desemprego, os subsídios para transporte, os benefícios familiares (quotas para auxílio-habitação, salário família) e, no extremo desse espectro, subsídios para o lazer, favorecendo desde as classes médias até o assalariado de nível mais baixo, são seus exemplos. (OLIVEIRA, 1988, p.20).

O autor sublinha a tendência histórica do financiamento público a partir da transferência de uma parte do que os trabalhadores produzem, ou seja, há custos do Estado que são socializados a fim de promover o bem-estar coletivo. No entanto, "o padrão de financiamento público do Estado-providência é o responsável pelo continuado déficit público nos grandes países industrializados. É este padrão que está em crise". (OLIVEIRA, 1988, p.23). Há um conflito, portanto, no uso dos chamados fundos públicos para a produção de bens e serviços sociais ou para dar suporte ao capital.

O discurso utilizado para combater a ideia da utilização de recursos para gastos sociais é que a criação de bens sociais levaria ao "socialismo burocrático e estacionário", reduzindo os recursos privados das pessoas e famílias que poderiam ser voltados ao consumo. Outro ponto é a internacionalização financeira, que leva ao rompimento do estado-providência. Ao contrário do capital, conforme demonstra Oliveira (1988), o estado de bem-estar social não pode se desterritorializar:

Em outras palavras, a circularidade anterior pressupunha ganhos fiscais correspondentes ao investimento e à renda que o fundo público articulava e financiava; a crescente internacionalização retirou parte dos ganhos fiscais, mas deixou aos fundos públicos nacionais a tarefa de continuar articulando e financiando a reprodução do capital e da força de trabalho. (OLIVEIRA, 1988, p.26).

No entanto, o autor destaca que o fundo público também é importante para criar condições de desenvolver estruturas para que o capitalismo se desenvolva e garanta o progresso técnico.

O que torna o fundo público estrutural e insubstituível no processo de acumulação de capital, atuando nas duas pontas de sua constituição, é que sua mediação é absolutamente necessária pelo fato de que, tendo desatado o capital de suas determinações autovalorizáveis, detonou um agigantamento das forças produtivas de tal forma que o lucro capitalista é absolutamente insuficiente para dar forma, concretizar, as novas possibilidades de progresso técnico abertas. (OLIVEIRA, 1988, p.31).

Segundo o autor, o antivalor é o fundo público, que garante as condições para a continuidade da geração de valor, tendo em vista que "a produção do excedente social, toma novas formas. E essas novas formas, para relembrar a asserção clássica, aparecem não como desvios do sistema capitalista, mas como necessidade de sua lógica interna de expansão" (OLIVEIRA, 1988, p.35). Essa concepção deve ser destacada nessa pesquisa, pois na disputa entre o Poder Executivo paranaense e a APP-Sindicato há interesses distintos que se colocam na arena pública, e o embate se volta também sobre a maneira como o Estado investe suas riquezas. A geração de antivalor ocasiona mudanças nas relações sociais, pois garante o mínimo de condições para a manutenção da vida e do trabalho, além de fortalecer as intuições democráticas, pois permite o reconhecimento de direitos dos trabalhadores.

O que é fundamental na constituição da esfera pública e na consolidação democrática que lhe é simultânea, é que esse mapeamento decorre do imbricamento do fundo público na reprodução social em todos os sentidos, mas, sobretudo, criando medidas que medem o próprio imbricamento acima das relações privadas. A tarefa da esfera pública é, pois, a de criar medidas, tendo como pressupostos as diversas necessidades da reprodução social, em todos os sentidos. (OLIVEIRA, 1988, p.40).

Nesse sentido, o fortalecimento da democracia e dos novos atores na esfera pública amplia a geração de antivalor, desde que as democracias estejam

consolidadas e os Estados não estejam subordinados ao capital, pois assim o Estado se tornaria um elemento de manutenção do status quo e dos benefícios de uma classe dominante. O fundo público busca o equilíbrio entre o valor e o antivalor,

[...] isto é, um valor que busca a mais-valia e o lucro, e uma outra fração, que chamo antivalor, que por não buscar valorizar-se per se, pois não é capital, ao juntar-se ao capital, sustenta o processo de valorização do valor. Mas só pode fazer isso com a condição de que ele mesmo não seja capital, para escapar, por sua vez, às determinações da forma mercadoria e às insuficiências do lucro, enquanto sustentação da reprodução ampliada. (OLIVEIRA, 1988, p.53).

Segundo o autor, a ampliação do Estado de bem-estar social está relacionada também ao espaço público, e a geração de antivalor pelos Estados se mostrou imprescindível para o fortalecimento da democracia em países periféricos, inclusive no Brasil. Nessa concepção, o *welfare state* se diferencia do mecanismo de acumulação primitiva de capital, no entanto, ele garante a reprodução da sociedade e da ordem social. O fundo público pode, também, ser utilizado para reduzir os gastos da iniciativa privada em investimentos de alto risco, ou seja, somente o fundo público a fundo perdido é capaz de dar suporte ao capital. O fundo público, conforme o autor, pode ser definido como um recurso que o Estado arrecada da sociedade para administrar e ele se forma a partir da tributação. Essa tributação pode estar relacionada aos bens de consumo ou ao patrimônio e, no caso do Brasil, ainda falta a tributação de patrimônio.

A disputa em relação ao fundo público se dá na forma como esse montante será gasto: ele pode ser investido, por exemplo, em saúde e educação; ou pode ser revertido para o pagamento da dívida pública. Nesse sentido, não é só a questão econômica que está envolvida, mas também questões políticas, no momento da decisão de como será destinado esse dinheiro. Ao analisar o contexto desta dissertação, no caso dos saques dos fundos do Paraná Previdência é possível detectar que houve uma escolha política pelo pagamento de dívidas públicas em detrimento da previdência dos servidores do Estado. Houve o interesse também de mercado por esse fundo público dos devedores a quem o Paraná estava em débito. Para acentuar mais essa situação, há um prazo extenso para reposição desse fundo o que não garante que ele será suficiente para suprir as demandas futuras e para garantir os direitos dos servidores públicos que ainda se aposentarão.

Observando-se a teoria do antivalor e a oferta do serviço público, é possível fazer uma relação entre o serviço público e a sua influência na reivindicação de novos direitos voltados ao mundo do trabalho, especialmente no caso dos profissionais docentes do Estado, que ingressam na carreira por concurso público. Segundo Supiot (1995), uma das diferenças entre os servidores públicos e os trabalhadores da esfera privada é que o serviço público tem como base o estatuto, e não o contrato. "Enquanto que o contrato permite que se faça do trabalho objeto de negócio, o estatuto, ao contrário, separa relações de trabalho e esfera comercial" (SUPIOT, 1995, p.18). No contrato da esfera privada, o salário se refere ao trabalho que foi fornecido e essa relação é assimétrica.

Nenhuma dessas características se encontra no estatuto, o que implica outra relação com o poder, o dinheiro e o tempo. Em cada um desses níveis, é possível salientar uma característica -própria à lógica estatutária-. O que é reunião de características que constituem o que se pode chamar "espírito de serviço público" e quem instituiu um tipo particular de moral profissional. (SUPIOT, 1995, p.18).

O autor destaca ainda que, diferentemente da esfera privada que estabelece a relação entre empregador e assalariado, o serviço público não envolve apenas uma relação de poder, mas "inclui o público, a cujo serviço ambos se encontram; e a ideia de moral profissional impregna tanto a relação com o público, como a relação com o superior hierárquico" (SUPIOT, 1995, p.19). O autor demonstra que há uma noção do bem público e, nesse caso, a insubordinação é possível na defesa do bom funcionamento do serviço público. No caso dos educadores da rede pública estadual, há também, no bojo das reivindicações e nos embates com o poder público, interesses em defesa de uma educação de qualidade, como adendo às demandas por melhores condições de trabalho. Os servidores públicos conseguem ter mais condições, como a estabilidade, para a realização de greve e para pressionar o governante para conquistar mais direitos⁸.

Isso faz com que os servidores públicos não estejam à mercê de quem está governando no momento. Nesse tipo de relação, o estatuto faz com que seja mais

⁸ Até o momento da elaboração desta dissertação, estava em andamento a PEC 32/2020, proposta pelo atual ministro da economia, Paulo Guedes, que visa retirar a estabilidade dos servidores públicos, além de conferir mais poderes para o Poder Executivo de realizar mudanças a partir de decretos.

difícil a entrada de interesses privados na esfera pública, pois os trabalhadores passaram por um concurso público, ao invés de serem indicados por políticos. Em relação à valorização docente, a defesa de uma carreira pública do magistério é essencial para que os professores consigam ter liberdade para reivindicar direitos, não apenas aqueles que dizem respeito a melhores condições de trabalho, mas os que dizem respeito à educação de qualidade como um todo.

Após a contextualização da disputa pelo fundo público, é preciso destacar que a valorização docente se insere nesse contexto quando se objetiva atingir uma educação de qualidade e a ampliação da oferta de educação. Questões que permeiam a valorização da carreira do magistério englobam o ingresso por concurso público, um plano de carreira para valorização de profissão e a regulamentação da profissão (JACOMINI; PENA, 2016).

O ingresso por concurso público garante aos professores a estabilidade necessária para o estabelecimento do progresso de carreira, e, além de prever o certame, é importante que os planos estaduais ou municipais de educação "obriguem os governos a realizarem-no periodicamente e convocarem os aprovados para iniciar exercício". (JACOMINI; PENNA, 2016, p.187).

Outra questão apresentada pelos autores se refere à jornada de trabalho, com preferência aos contratos com 40 horas semanais e em uma escola. A valorização docente envolve também a previsão de dois terços da carga horária dedicados à preparação de aula e formação continuada. Os autores abordam, ainda, a progressão de carreira, que "implica aumento no vencimento base do professor". Dentre as formas de progressão há: "titulação, tempo de serviço, formação continuada e a avaliação de desempenho" (JACOMINI; PENNA, 2016, p.191). No que tange à valorização docente, os autores destacam que,

Nessa perspectiva, a carreira e os salários dos professores deveriam ser definidos em consonância com o valor e a importância que esses profissionais têm na sociedade contemporânea, possibilitando a eles uma jornada de trabalho compatível com a especificidade do trabalho docente. (JACOMINI; PENNA, 2016, p.196).

Ainda que a profissionalização docente esteja na agenda dos governos, não há um avanço efetivo nas condições de trabalho dos professores. Para alcançar os quesitos da valorização docente é importante destacar o papel dos sindicatos dos

professores na busca por esses direitos. Gindin (2011) aborda práticas sindicais dos docentes na Argentina, no Brasil e no México. Ao traçar um histórico sobre a constituição dos sindicatos dos docentes no Brasil, é possível assinalar que essas entidades começam como associações que buscavam, em um primeiro momento, a melhor remuneração dos profissionais. Depois, passam a exigir do estado uma maneira de lidar adequadamente com as demandas trabalhistas.

Uma das questões destacadas pelo autor é que no início da associação do professorado, na primeira metade do século 20 no Brasil, a profissão do magistério era tipicamente exercida por mulheres, o que pode ajudar a explicar a dificuldade de se estabelecer a necessidade de um piso – sublinhando que, no contexto da época, as mulheres eram vistas como dependentes do marido. Outro destaque é que, nessa época, houve uma estrutura própria de sindicato e com a ditadura de 1964 essa associação foi prejudicada. No entanto, a partir de 1978, as greves se tornaram mais frequentes e, em 1984, a categoria docente era uma das que tinha maior presença nas manifestações de rua. A partir da abertura democrática se fortalece o novo sindicalismo, uma tradição sindical

[...] mais classista e mais democrática [...] Em parte pelas determinações institucionais, mas basicamente porque no contexto político e sindical da década fortaleceram-se muito o classicismo e as demandas democratizadoras no movimento sindical. Associações implantaram-se na base da categoria, o que se expressou na realização mais periódica de assembleias [...]. Na eleição de representantes de escola e no crescimento dos índices de participação eleitoral. (GINDIN, 2011, p.170).

A abertura democrática, segundo o autor, confere aos sindicatos menor intervenção do Estado. No entanto, ele destaca que a transformação das organizações em sindicatos de professores não trouxe consequências tão claras:

O direito de greve não foi regulamentado e praticamente não houve avanços na negociação coletiva. Em termos de finanças sindicais, muitas organizações já contavam com desconto automático das cotas sindicais e, em geral, decidiram não receber o imposto sindical por considerá-lo um desconto coercitivo que gerava dependência financeira em relação ao estado. (GINDIN, 2011, p.174).

Com o fortalecimento da democracia é possível perceber que os sindicatos são organizações para representação de interesses dos trabalhadores que podem também pressionar o poder público. Mesmo assim, é preciso ponderar que a

consolidação da transição democrática do Estado brasileiro, ainda hoje, é incompleta e inacabada, pois a constituição traz resquícios de leis do período da ditadura. Mas, muitas vezes, os sindicatos não conseguem negociar questões que envolvem reformas educacionais, pois precisam atuar dentro das regras democráticas a fim de atingir novos objetivos. Ainda assim, conseguem ter uma estrutura, uma organização interna, que permite o diálogo com o poder político vigente. Além disso, os sindicatos podem se valer de diferentes estratégias para atingir os objetivos, atendendo as demandas internas também.

Por fim, no cenário do conflito entre a APP-Sindicato e o Governo do Paraná há uma disputa ao longo do tempo por questões relacionadas à destinação do fundo público, sendo que um dos principais momentos dessa disputa desembocou no 29 de Abril, evento que será melhor descrito mais adiante. Após fazer referências à constituição do estado moderno, compreendendo que o Estado brasileiro tem uma realidade empírica diferente da de outros, é possível fazer relações com o estado de bem-estar social. Este, constituído a partir de disputas no interior do Estado, sob o viés democrático, pela garantia e ampliação de direitos, além da importância dos sindicatos na conquista de direitos sociais, especialmente os que geram antivalor e que protegem o trabalho. Considerando os avanços que estão ligados à carreira docente, o próximo capítulo se dedica aos avanços legais que foram obtidos visando à valorização dos profissionais da educação.

3 POLÍTICA EDUCACIONAL E VALORIZAÇÃO DOCENTE

Após a apresentação do capítulo anterior sobre a conceituação do que é o estado de bem-estar social e vincular a educação como um direito, esse trecho do trabalho se dedica a relacionar a valorização docente e o campo de estudo da política educacional. O objeto a ser observado é a relação de conflito entre a APP-Sindicato e o Governo do Estado do Paraná, no que tange à valorização docente, baseado nas justificativas dos projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo e as notícias publicadas no site da APP-Sindicato, visando delinear o posicionamento oficial do sindicato a respeito da legislação e dos trâmites dos projetos de lei, bem como, a postura adotada pelo Poder Executivo no período de 2011 a 2018.

Esse capítulo traz reflexões sobre a realidade de trabalho docente e os marcos legais que balizam as políticas em andamento no país, voltadas à valorização do profissional da educação em nível nacional. Analisa, ainda, momentos em que a legislação aprovada é de interesse dos professores que atuam nas redes estaduais e em que momentos há mudanças na política, levando a situações em que o Estado faz uma opção por reduzir os investimentos em educação e opta pelo equilíbrio de contas, se afastando das características de um estado de bem-estar social voltado aos interesses coletivos e se foca em interesses mercadológicos.

3.1 A VALORIZAÇÃO DOCENTE E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PÓS-CONSTITUIÇÃO DE 1988

A ideia inicial é vincular o trabalho docente e a valorização da atividade como uma ferramenta da qualidade, ou que possa contribuir para melhorar a qualidade da educação no Brasil. A valorização docente envolve quesitos como remuneração, formação e planos de carreira. Ainda assim, no que diz respeito ao direito à educação, é interessante perceber as mudanças ocorridas conforme o tempo histórico. Tendo em vista que a qualidade da educação leva em conta o acesso e permanência, por exemplo, nem sempre isso foi plenamente garantido em textos constitucionais.

O direito de acesso ao Ensino Fundamental, por exemplo, é reconhecido na Constituição de 1934 e, no texto constitucional outorgado em 1937, o Estado era considerado subsidiário da família e do setor privado na oferta da educação, além de desvincular a destinação de impostos para o financiamento da educação

(CURY,2005). Na Constituição de 1946, retoma-se a "vinculação de impostos para o financiamento da educação como direito de todos, a distinção entre a rede pública e a privada, a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário" (CURY, 2005, p.23-24).

A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aconteceu em 1961, e o texto foi modificado após o golpe civil-militar de 1964. Nesse período, os atos institucionais ignoraram diversos direitos constitucionais estabelecidos anteriormente. A Constituição de 1967 foi refeita após os atos institucionais de 1968, e a vinculação de verbas aparece somente como responsabilidade dos municípios. Eles deveriam destinar 30% dos seus rendimentos para a educação. Não havia, assim, uma previsão de verbas federais para investimento em educação, o que garantiria a efetivação desse direito, tendo em vista a obrigatoriedade do ensino dos 7 aos 14 anos, na época.

A obrigatoriedade dos Estados e da União em relação à vinculação de verbas para a educação aparece novamente por meio de uma emenda constitucional de 1983 (CURY, 2005). Nesse contexto, é interessante salientar que não havia uma obrigação de um investimento mínimo do estado em educação. Somente após 16 anos é que se chegou à necessidade de um investimento de, no mínimo, 25% da receita em educação, por parte do governo federal. Um marco importante para o avanço dos investimentos na área educacional é a Emenda Calmon, de 1983, que "Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino".¹ A partir desse momento, há um respaldo para que entidades organizadas da sociedade civil exijam do Estado o cumprimento dessa obrigação, permitindo também a ampliação de investimentos e criando uma responsabilidade, por parte dos entes federados, em destinar recursos para a educação.

É interessante frisar que os anos de 1985 a 1988 foram decisivos para as transformações almejadas no Brasil após duas décadas de ditadura civil-militar. Versiani (2010) destaca que esse foi um momento de diversas manifestações populares

¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS. Emenda Constitucional n.º 24, de 1983. Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-24-1-dezembro-1983-364949-norma-pl.html>. Acesso em: 20 mai. 2020.

da sociedade brasileira para a consolidação da República. Havia o interesse de diversas camadas da sociedade a fim de se estabelecer um estado democrático de direito. A Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 agrupou

[...] experiências e iniciativas por todo o Brasil, mobilizando entidades e pessoas as mais diversas. O processo constituinte que antecedeu a promulgação da Carta de 1988 retratou embates políticos pela afirmação de direitos e pela ampliação das garantias de cidadania, contando com a participação intensa de vários movimentos sociais. (VERSIANI, 2010, p.237-238).

Mesmo que os reflexos na vida cotidiana das pessoas ainda fossem pouco perceptíveis, havia um engajamento de entidades como sindicatos, associações trabalhistas e de moradores, bem como, movimentos minoritários com o objetivo de estabelecer a garantia de direitos e inserção de pautas no debate público: "O conjunto de temas tomados como bandeiras de luta no processo constituinte envolveu questões políticas, econômicas, sociais e culturais as mais variadas" (VERSIANI, 2010, p.248). Todas essas pautas entraram nos debates para a construção do texto constitucional. A Constituição de 1988 foi, portanto, resultado de interesses diversos a fim de se estabelecer um estado democrático de direitos que traz em seu bojo diretrizes iniciais para que a consolidação e ampliação dos direitos se desse a partir desse texto.

Tomando como foco os artigos que se dedicam ao direito à educação, a Constituição de 1988 estabelece, em seu artigo 205, que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho" (BRASIL, 1988). A Constituição também versa sobre a gestão democrática, a liberdade de ensinar e aprender, a gratuidade do ensino público, o reforço da vinculação de impostos e prever um piso salarial para profissionais do magistério. Nesse texto constitucional, a educação é obrigatória dos quatro aos 17 anos de idade, a partir da Emenda Constitucional n.º 59, de 2009, que também prevê a necessidade de ampliar programas suplementares para a educação básica.

A Constituição Federal traz, em seu artigo 206, a "valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas". Ao partir dos pressupostos da Carta Magna, a valorização docente, além de um direito, é

algo que precisa ser desenvolvido e ampliado, também como quesito para atingir a qualidade – outro princípio constitucional.

Barbosa (2014) relaciona a remuneração docente com o financiamento da educação e com a qualidade. Segundo a autora, a remuneração docente pode ser considerada baixa no Brasil, especialmente quando se considera a faixa salarial de outras categorias profissionais que têm a mesma formação, embora a autora aponte que alguns estudos das áreas da economia, por exemplo, consideram que a remuneração de uma categoria só poderia ser comparada aos seus pares.

Ainda assim, a atividade docente está relacionada à qualidade da educação quando se compreende que os professores seriam "viabilizadores" dessa qualidade e, conseqüentemente, haveria mais necessidade de investimentos para criar condições para aumentar a remuneração desses profissionais, o que também se relaciona com as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Nesse sentido, a autora defende a necessidade de mais recursos para o financiamento da educação, compreendendo que esse valor seria, também, voltado para a remuneração docente. Desse modo, o investimento em educação seria um indício se um determinado governo considera a educação como prioridade, ou seja, o aporte de recursos para a área da educação pode representar um projeto de governo que tem como prioridade o desenvolvimento de uma nação a longo prazo.

Ao trazer dados sobre os investimentos públicos com educação, Barbosa (2014) destaca que países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) investem cerca de 21% do PIB/habitante² para os estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental, no entanto, o Brasil investe apenas 15%, segundo informações da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2010).

Outro ponto a ser destacado para a valorização docente é o estabelecimento de um plano de carreira para os docentes, indicando o reconhecimento social e político desses profissionais, segundo Gatti (2012). Ainda segundo a autora, as condições do trabalho docente se apresentam como um desafio para o campo das políticas educacionais, e os planos de carreira ganham destaque para melhorar essas

² O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma do que um país arrecada anualmente. O PIB por habitante é a divisão desse montante entre todos os habitantes do país. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O que é o PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 08 jul. 2019). Não confundir com a Meta 20 do Plano Nacional de Educação, que estipula de 10% do PIB nacional para a Educação.

condições. A autora frisa a necessidade do reconhecimento dos docentes como "uma categoria profissional de forte impacto em aspectos fundamentais da civilização humana" (GATTI, 2012, p.91).

Ao abordar a profissionalização docente, Weber (2003) descreve que os professores foram peças chave no processo da construção da democracia nos anos de 1980, tanto nas lutas pelo reconhecimento profissional como pela abordagem da figura profissional como agentes de mudança para ampliação do acesso à educação e como agentes da qualidade. A autora descreve o processo de profissionalização

Como um processo que transforma uma atividade desenvolvida no mundo do trabalho mediante a circunscrição de um domínio de conhecimentos e competências específicos, como processo que, calcado nas características de profissões estabelecidas (as profissões liberais), nomeia, classifica uma ocupação como profissão, associando-lhe imagens, representações, expectativas historicamente definidas, ou como processo de reconhecimento social de uma atividade ou ocupação. (WEBER, 2003, p.1127).

Quando se reconhece o direito subjetivo à educação, os professores são profissionais essenciais para a sua efetivação. É preciso considerar ainda que o trabalho docente difere de outras funções, pois não há como medir os resultados. Além disso, traz outras peculiaridades como as diferentes modalidades de contratos de trabalho; a dificuldade de quantificar a jornada, tendo em vista que o trabalho não se encerra em sala de aula, além de que essa profissão é responsável pela formação de todas as outras. Nesse sentido, Gatti (2012) destaca:

É necessário criar condições para que esse profissional se sinta suficientemente reconhecido do ponto de vista social no esforço de formação de novas gerações, na perspectiva democrática sinalizada pela Constituição Federal e na direção da ampliação da base cultural da população brasileira, no presente e no futuro. (GATTI, 2012, p.94).

Para tanto, se faz necessário um plano de carreira para que esses professores se sintam valorizados e não busquem outras profissões. Além disso, a remuneração condigna permite que esse profissional tenha condições materiais de continuar a sua formação, lhe permitindo atingir níveis mais elevados e melhores remunerados dentro de uma estrutura de plano de carreira. Gatti (2012) ressalta a Resolução n.º 2 do Conselho Nacional de Educação (CNE) apontando quesitos como a equiparação salarial com outras profissões, a jornada de 40 horas semanais, a dedicação a uma

única unidade escolar e o envolvimento no projeto de trabalho da escola como essenciais para o desenrolar dos processos escolares.

São ainda elementos essenciais, o ingresso por concurso público e o reajuste salarial anual, bem como a formação continuada. Weber (2003) também destaca a formação como essencial no processo para reconhecimento da docência como profissão, tendo em vista que permite "a adoção de um código formal para a profissão" (WEBER, 2003, p.1128). O estabelecimento de políticas para a valorização da carreira docente no Brasil foi uma luta travada ao longo de anos para buscar o piso salarial, o plano de carreira e a formação continuada.

Segundo Abreu (2008), a formação e valorização dos professores começa a ter destaque com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. O documento já defendia uma unidade, tendo em vista que, até aquele momento, os professores não tinham reconhecimento social ou formação adequada. O Curso de Pedagogia foi criado a partir do Decreto-Lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, e fazia a distinção entre o trabalho docente, em sala de aula, com a licenciatura; e de um profissional para atuar na administração, com o bacharelado. A Reforma Capanema, de 2 de janeiro de 1946, apresenta o perfil do profissional docente e as exigências para o exercício da profissão, como a idade mínima de 18 anos e boas condições físicas e mentais, além da previsão de concurso público para contratação.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, "se reportou apenas à formação para a atuação no magistério. Não fez referência à carreira e ao piso salarial dos profissionais" (ABREU, 2008, p.32). Nessa época, a formação exigida era de diploma de ensino primário "obtido em curso normal ginasial" ou curso normal colegial (WEBER, 2003). Sendo assim, nesse momento, a educação era elitista e restritiva, pois não era universalizada e não havia, também, a obrigatoriedade de o Estado garantir o acesso e a permanência dos estudantes. Em 1968, com a reforma do Ensino Superior, são abolidas as distinções entre licenciatura e bacharelado, além da definição de conteúdo mínimo para a formação do pedagogo.

A partir de 1971 iniciaram-se os debates sobre a carreira e necessidade de formação. Depois dessa lei, somente em 1985 os debates sobre carreira docente avançaram, quando os municípios passaram a receber o salário educação. Ainda assim, sob o viés de um regime autoritário, a educação era considerada como um capital humano (WEBER, 2003). Nessa época, a formação docente era vinculada à

necessidade de formação de professores para ministrar aulas em cursos profissionalizantes visando atender às demandas de formação de profissionais para atuação no mercado de trabalho:

Essa visão profissionalizante da docência, com predomínio de seu caráter tecnicista e instrumental, em um contexto no qual se consolidava a compreensão da importância da educação escolar para a construção da democracia e ganhava relevo o papel do professor, como educador, na oferta de uma escolarização de qualidade, tornou-se um obstáculo considerável para o debate a respeito da profissionalização da atividade de ensino no país. (WEBER, 2003, p.1131).

É preciso considerar ainda o fato de que a docência foi, ao longo de muitos anos, considerada uma ocupação predominantemente feminina, ligada ao cuidado com as crianças. Considerando o contexto do ingresso tardio das mulheres no mundo do trabalho e as barreiras socialmente impostas ao gênero feminino, a docência demorou um pouco mais para passar da condição de uma ocupação para uma profissão. As questões de gênero surgem especialmente no discurso das pessoas, quando há julgamento, piadas cotidianas, a intenção de definir o que é "permitido" para mulheres e o que não é, inclusive, quando se fala de profissões. De acordo com Michel Foucault:

[...] a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (FOUCAULT, 2012, p. 8-9).

Segundo Michel Foucault, o corpo é objeto de observação e vigilância constante ao longo dos séculos. No entanto, há um momento em que as mulheres começam a perceber a necessidade de mudança desse padrão, e buscam, cada vez mais, o empoderamento. "Emerge inevitavelmente a reivindicação de seu próprio corpo contra o poder, a saúde contra a economia, o prazer contra as normas morais da sexualidade, do casamento, do pudor [...] O poder penetrou no corpo, encontra-se exposto no próprio corpo" (FOUCAULT, 2010, p.146).

Os mecanismos de controle se mostram cada vez mais atentos ao corpo feminino, às suas condutas e de que forma esse se apresenta no contexto social. Há estereótipos construídos em relação ao gênero feminino, ditando o que é "ser mulher",

aliado à questão da vigilância e da autocensura. Segundo Foucault, a intenção não seria punir as pessoas efetivamente, "mas que nem pudessem agir mal, de tanto que se sentiriam mergulhadas, imersas em um campo de visibilidade total em que a opinião dos outros, o olhar dos outros, o discurso dos outros os impediria de fazer o mal ou o nocivo" (FOUCAULT, 2010, p.215-216). Com isso, o autor destaca que as próprias pessoas são vigiadas e, ao mesmo tempo, vigilantes dos corpos e das atitudes umas das outras, fazendo com que haja uma ação sobre o indivíduo.

Com a Carta Magna de 1988 são permitidos outros avanços em relação à valorização, como a necessidade do estabelecimento de um piso e o ingresso somente por concurso previstos em texto constitucional (ABREU, 2008). O artigo 205 da Constituição de 1988 traz considerações sobre a profissão do magistério, definindo critérios que são importantes para a carreira: "V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas". O texto sofreu modificações, sendo essa versão dada ao texto na Emenda Constitucional n.º 53, de 2006. Para exemplificar um modelo de plano de carreira nos Estados, Gatti (2012) aponta que o plano de carreira dos professores é regulado pela Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004, no Estado do Paraná.

A carreira é estruturada em seis níveis, por critérios de titulação ou certificação, com 11 classes para cada nível, classes essas associadas a critérios de avaliação de desempenho e participação em atividades de formação ou de qualificação profissional, conjuntamente. A progressão em cada classe prevê um acréscimo salarial de 5%. (GATTI, 2012, p.105).

Essas regras são aplicadas após o período de estágio probatório de três anos e permitem que os professores analisem a sua prática cotidiana, também para que consigam vislumbrar caminhos para o seu crescimento profissional.

A Constituição de 1988 também traz a descrição de outros elementos que embasam, depois, a reivindicação e ampliação de mais direitos no que diz respeito à educação. A partir da Emenda Constitucional n.º 53, de 2006, há a inclusão no texto constitucional da previsão de um piso salarial: "VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal". Desse modo, a partir da Constituição de 1988, há condições para a reivindicação de mais direitos. A seguir, esta dissertação aborda algumas leis fundamentais para a

valorização docente, pautas que foram incluídas após 1988 e que também se constroem a partir de conflitos com o poder público e da disputa pelo fundo público para a garantia e ampliação desses direitos.

3.1.1 Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996: Diretrizes e Bases para a Educação Nacional

Após as premissas lançadas pela Constituição Federal de 1988, a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional e traz regulamentação mais precisa sobre a profissão do magistério. Em seu capítulo IV, descreve normas sobre o profissional do magistério. Em relação à formação, exige a habilitação "em nível médio ou superior para a docência na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio"; e, para a atuação no Ensino Fundamental I, "nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade normal".

Sendo assim, é possível destacar a importância da formação dos professores para a atuação em sala de aula. Além da formação inicial, a legislação estabelece a necessidade da formação continuada e a capacitação, que devem ser realizadas por meio de regime de colaboração entre a União, Estados e Municípios. No que diz respeito especificamente à valorização docente, o artigo 67 descreve:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim; III - piso salarial profissional; IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho; V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho; VI - condições adequadas de trabalho. (BRASIL, 1996).

A fim de garantir que esses quesitos relacionados à valorização sejam cumpridos, há previsão de recursos para financiamento da educação em regime de colaboração entre os entes federados. Os recursos serão derivados de impostos, transferências constitucionais, recursos do salário-educação e incentivos fiscais, além de outros. Segundo esse texto constitucional,

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, da receita resultante de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. (BRASIL, 1988).

As despesas com a remuneração e o aperfeiçoamento dos profissionais docentes descritas nesse texto constitucional são consideradas, portanto, manutenção e desenvolvimento do ensino. É interessante destacar que, no Brasil, a legislação pôde ser efetivada desde a década de 1980, quando há a previsão de vinculação de impostos para a educação, e que foi estabelecida como princípio constitucional a partir de 1988, pois o financiamento é um elemento essencial para a garantia do direito à educação. No caso brasileiro, a vinculação torna o investimento em educação uma política de Estado, não de governos, ainda que o conteúdo das políticas seja determinado pelos governos³. Além disso, quando a economia cresce, permite que haja mais investimentos nessa área.

3.1.2 FUNDEF e FUNDEB

Alguns dias após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foi aprovada a Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996, que "dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério" (FUNDEF), que foi instituído nos Estados e começou a ser implantado em janeiro do ano de 1998. Gouveia (2011), ao abordar a questão do financiamento da educação no Brasil, destaca que grande parte da arrecadação é proveniente de impostos indiretos, ou seja, são valores agregados aos produtos que são consumidos pela maioria das famílias brasileiras. Considerando que o texto constitucional determina a destinação de impostos dos entes federados para investimentos em educação, a principal ideia dos fundos é propiciar uma melhor redistribuição dos recursos dentro dos Estados. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi

[...] constituído por receitas que já eram compartilhadas entre os entes federados, facilitou o funcionamento automático do mecanismo, pois

³ Com a Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, houve mudança no cenário do princípio da vinculação.

independente de qualquer forma de adesão, no processo de arrecadação os recursos eram destinados ao fundo e só depois repartidos entre estado e municípios. (GOUVEIA, 2011, p.60).

Após a arrecadação do valor total por cada Estado brasileiro, a verba seria distribuída conforme o número de estudantes matriculados nas escolas de nível fundamental. O chamado custo-aluno é calculado a partir da soma de todos os recursos arrecadados no país e dividido pela quantidade de estudantes, resultando em um valor de referência nacional. Com isso, o investimento dos entes federados nunca poderia ser menor do que esse valor de referência nacional. No entanto, os estados com baixa arrecadação continuam investindo pouco em educação, tendo em vista que o valor arrecadado dentro daquele estado somente é revertido para os seus municípios. Ademais, municípios com altas arrecadações deveriam contribuir mais com o fundo, e talvez receber menos na hora da redistribuição pelo número de matrículas.

O resultado disso é que os estados com melhores arrecadações já costumavam investir mais do que esse mínimo por estudante. O que muda com a lei do FUNDEF é que os estados com baixa arrecadação conseguiriam melhorar seus índices, o que não muda a realidade desigual entre os estados da federação, pois o fundo é referente ao arrecadado dentro de cada Estado. Nesse modelo, o governo federal tem a função de suplementação, ou seja, complementa o orçamento quando os estados não conseguem atingir o mínimo necessário para cada estudante. Destaca-se que, nesse sistema, o fundo só atenderia aos estudantes do Ensino Fundamental.

Essa legislação ganha destaque também por assegurar que parte desse recurso, ou a sua totalidade, seja investida na remuneração docente ou formação de professores. Traz em seu artigo 9.º que os estados e municípios deveriam assegurar "I - a remuneração condigna dos professores do ensino fundamental público, em efetivo exercício no magistério; II - o estímulo ao trabalho em sala de aula; III - a melhoria da qualidade do ensino". Nesse trecho, é possível destacar, portanto, a remuneração e a criação de um plano de carreira como elementos da valorização dos profissionais docentes, relacionando com a qualidade da educação, tendo em vista a previsão de destinação de impostos para a educação, bem como, a função de suplementação da União. A previsão de verbas garantiria, assim, um mínimo de obrigação de investimento do governo em cada estudante brasileiro, o que tem como

objetivo a redução da desigualdade, tendo em vista a disparidade da arrecadação nos diferentes estados brasileiros.

A lei do FUNDEF foi substituída pela Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007, que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O que se amplia na década seguinte à primeira previsão de recursos é que todos os estudantes da Educação Básica brasileira seriam contemplados pelo fundo, e não apenas os estudantes do Ensino Fundamental – como ocorreu anteriormente. Nesse modelo, há responsabilidade de investimento também no Ensino Médio e na Educação Infantil, portanto,

A ampliação da abrangência do fundo foi acompanhada de uma ampliação dos recursos subvencionados e de um mecanismo de implantação progressiva entre 2007 e 2009 [...] A progressiva ampliação dos impostos correspondeu a uma progressiva ampliação das matrículas a serem computadas no fundo. (GOUVEIA, 2011, p.64).

Dentre as mudanças, é possível destacar o aumento de 15% para 20% dos impostos para o fundo, além do acréscimo de novos impostos que complementam a renda, como o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (*ITCMD*); Imposto sobre Propriedades de Veículos Automotores (*IPVA*) e Imposto sobre Propriedade Territorial Rural. No entanto, a autora destaca que, apesar de ampliar a porcentagem e os impostos a serem destinados para a educação, "a ampliação dos impostos que compõem o fundo não mudou de forma significativa o peso que as diferentes fontes tinham comparativamente ao que acontecia na vigência do FUNDEF" (GOUVEIA, 2011, p. 65), tendo em vista que, nessa nova etapa, houve um aumento também na quantidade de estudantes atendidos. Com isso, é passível de questionamento se esse aumento da cobertura também representa a manutenção da qualidade da educação. Ainda assim, o que essa nova legislação traz de maneira mais organizada é a exigência e maior participação da União na complementação desse orçamento.

Além disso, o FUNDEB cria uma cultura de fiscalização mais pungente, por meio dos Conselhos de Acompanhamento e Controle Social, para verificar o que está sendo destinado a cada aluno em cada município. No que tange à carreira docente, o fundo prevê que "pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos serão destinados ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública", o que demonstra

um avanço no investimento na categoria. É importante mencionar que a Emenda Constitucional 108, de agosto de 2020, amplia e torna o FUNDEB permanente⁴. O texto é resultado da Proposta de Emenda à Constituição 26/2020, aprovada na Câmara em julho de 2020. Contudo, no momento de conclusão desta dissertação, não havia sido finalizada a regulamentação.

3.1.3 Lei do Piso

A Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, institui "o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica". A norma define a remuneração mínima de R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais) para profissionais do magistério público em nível médio, valor estipulado em 2008 e reajustado conforme previsto em lei. Atualmente, o piso dos professores é de R\$ 2.886,24 (dois mil oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos), conforme informações do Ministério da Educação.⁵ Os vencimentos nos Estados e Municípios não poderão ser menores do que esse valor, para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais e devem ser ajustados anualmente no mês de janeiro.

Além de um valor mínimo para o piso dos professores, o documento destaca a necessidade de reserva de dois terços da carga horária para a execução de atividades junto aos estudantes, ficando o restante reservado para o planejamento e organização do trabalho pedagógico.

Fernandes e Miura (2019) descrevem que a aprovação da lei do piso deriva de uma longa disputa entre governos dos estados, sindicatos e organizações docentes. Ademais, foi a síntese do compromisso assumido em campanha pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010). As autoras destacam que a pauta foi complexa, pois é uma reivindicação de longa data dos profissionais da educação, mas tornava federalizada a remuneração docente, antes responsabilidade dos estados e prefeituras. Houve resistência das unidades federadas no cumprimento dessa lei,

⁴ SENADO. **Emenda Constitucional que garante a permanência do Fundeb é promulgada.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/26/emenda-constitucional-que-garante-a-permanencia-do-fundeb-e-promulgada>. Acesso em 27 set. 2020.

⁵ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **MEC divulga reajuste do piso salarial de professores da educação básica para 2020.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32666>. Acesso em: 30 maio 2020.

demandando que os movimentos sindicais docentes realizassem atos em todo o país, pressionando pelo cumprimento da lei.

3.1.4 O Plano Nacional de Educação (PNE)

A Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), que é válido por um período de dez anos (até 2024). As diretrizes visam ao cumprimento do artigo 214 da Constituição Brasileira, que já previa a elaboração de um plano a fim de atingir metas como

I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988).

A legislação que aprova o Plano Nacional da Educação traz premissas como a melhoria da qualidade da educação, a valorização docente, a gestão democrática, além de outras, como a erradicação do analfabetismo e superação das desigualdades. Destaca, ainda, que o cumprimento das metas e a avaliação do andamento cabe ao Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Fórum Nacional de Educação e às comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

No que diz respeito especificamente aos docentes, o Plano Nacional de Educação apresenta quatro metas que contemplam a carreira docente. Por exemplo, a meta 15 trata sobre a formação docente:

Meta 15: garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. (BRASIL, 2014).

Ao abordar a qualificação profissional, o Plano a coloca como "requisito indispensável ao exercício" da profissão; interpretando, ainda, a formação como um

direito dos professores da educação básica. Muitas lutas foram travadas buscando este objetivo, que ainda não se concretizou:

A proporção de professores com formação de nível superior concluída ou em andamento atuando nos anos iniciais do ensino fundamental regular, em 2013, era de 77,2%; e, nos anos finais do ensino fundamental regular, de 88,7%. Não é raro encontrar professores atuando em sala de aula sem a formação específica, como nas áreas de Matemática, Física, Química e Biologia, entre outras. Esse quadro mostra que as políticas de formação docente no ensino superior, em especial nas licenciaturas, precisam ser incrementadas de modo a universalizar esse acesso.

O plano prevê que haja um esforço dos entes federados para a divisão das obrigações, além do estabelecimento de uma política nacional de formação dos profissionais da educação, que foi instituída por meio do Decreto n.º 8.752, de maio de 2016. Entre os objetivos dessa lei, é possível citar a articulação de "ações das instituições de ensino superior vinculadas aos sistemas federal, estadual e distrital de educação, por meio da colaboração entre o Ministério da Educação, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios". Além disso, descreve que os professores tenham formação na área de saber específica e o domínio de técnicas e conhecimentos por parte desses profissionais.

Na sequência, a Meta 16 trata sobre a formação:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (BRASIL, 2014).

Segundo informações do site do Ministério da Educação⁶, que indicam os avanços de cada meta, o Brasil tem atualmente 30,2% dos professores da Educação Básica com pós-graduação *latu* ou *stricto sensu*. O Paraná, no entanto, se destaca em relação ao cenário brasileiro, pois tem 60,3% dos seus educadores com esse grau de instrução.

A Meta 17 aborda especificamente a valorização docente, assim descrita:

⁶ BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php. Acesso em: 26 maio 2019.

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE. (BRASIL, 2014).

O objetivo é que, até o ano de 2020, a média salarial dos professores seja equivalente a de outros profissionais com o mesmo nível de formação. Nesse sentido, a ideia é que a valorização ocorra de maneira efetiva, considerando-os como profissionais da educação e não pessoas que exercem a profissão por "vocação". Em relação   situação atual da remuneração docente no país, os professores recebem aproximadamente 76,5% do recebido por outros profissionais . Em relação ao Estado do Paraná, a remuneração chega a 89,9%.

Ao estipular a necessidade dessa formação por meio de um decreto, não se abre o espaço necessário e democraticamente desejado para o debate dessas questões, como destacou a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE⁷), que considera a retirada dos professores da Educação Básica dos assentos do Comitê Gestor Nacional uma atitude negativa.

A Meta 18, por sua vez, trata especificamente sobre a necessidade de implantação de um plano de carreira e remuneração para os profissionais da educação escolar básica pública. O objetivo é garantir que a carreira seja mais atrativa para esses professores, para que eles se mantenham atuantes na rede e, com isso, seja possível a garantia de uma educação de qualidade.

Como se percebe, há uma preocupação em relação   formação dos professores, t  mb  m na sua valorização, tanto que há uma previsão de recursos financeiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) para a remuneração dos professores. O fundo prev  e que sejam destinados pelo menos 60% do valor anual para isso, sem impedimentos para que todo o valor seja investido na remuneração dos educadores.

Ao refletir sobre o trabalho do magistério, é interessante levar em consideração apontamentos de Tardif e Raymond (2000). Segundo os autores, a profissão docente  

⁷ CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Política Nacional de Formação de Professores**. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/documentos/notas-publicas/19239-politica-nacional-de-formacao-de-professores-mec.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

aprendida a partir de uma experiência prática e novos saberes adquiridos ao longo da formação para o exercício da docência. Há, portanto, saberes que são adquiridos a partir da prática cotidiana em sala de aula e aqueles aprendidos com a pesquisa e que são, posteriormente, incorporados na prática. Uma peculiaridade da profissão docente é que, antes de exercê-la, o futuro profissional já teve contato prévio com ela, devido à sua trajetória escolar enquanto aluno. Sendo assim, o professor já começa sua formação no período em que foi estudante, pois participou de processos como a observação de diferentes metodologias de ensino, da aplicação de testes, de como são feitos os registros de faltas e a burocracia escolar.

Tendo em vista que as pessoas já tiveram algum contato com a sala de aula durante a sua trajetória de vida, os autores destacam que os professores possuem ainda uma experiência "pré-profissional", adquirida quando eles mesmos foram alunos. A impressão, ao mesmo tempo, é que as pessoas se sentem à vontade para opinar sobre as práticas docentes, pois já passaram por uma escola, diferente de outras profissões com as quais a maioria da população não tem tanto contato.

No entanto, os autores ponderam que o ato de ensinar não é inato. Ao contrário, é preciso uma formação adequada, que envolva teoria e prática, para o domínio do método adequado para atuar de maneira mais efetiva na formação dos estudantes. Além de um ambiente propício para o exercício da profissão, como o envolvimento dos próprios alunos, o compartilhamento de informações com colegas, bem como uma equipe de direção que consiga desenvolver um bom clima organizacional.

3.2 VALORIZAÇÃO DOCENTE: CONCEITO EM DISPUTA

Ao relacionar a qualidade às condições de trabalho docente e à formação dos profissionais, é perceptível que isso gera um espaço de conflitos e disputas, tendo em vista que há diferentes interesses que permeiam o Estado. Se, em um momento, há a construção de uma agenda política mais voltada à manutenção dos direitos, em outro, há ocasiões em que essa política se curva aos interesses econômicos. Muitas das atitudes que o Estado toma para manter a ordem social são frutos de pressão da própria sociedade, que com o tempo percebe a necessidade da garantia de novos direitos. Já a esfera pública é o espaço no qual os movimentos sociais reivindicam que o Estado faça a sua parte, no sentido de garantia de direitos e políticas públicas

específicas, conforme a necessidade de cada grupo social que se organiza em torno de alguma causa.

Marshall (1967) diferencia os direitos levando em consideração os elementos civil, político e social. É preciso considerar que a luta por direitos é algo que se desenrola com o passar dos anos e que se modifica com a própria sociedade. O primeiro elemento está relacionado à liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé; direito à propriedade, a contratos, direito à justiça, que são característicos do século 18. Houve mudanças importantes do regime de trabalho para o assalariado, o que possibilitava o exercício de uma profissão ou ofício; mas, na época, não era destinado às mulheres, por exemplo.

O elemento político se refere ao direito de participar do exercício do poder, eleger e ser eleito, e começam a ser exigidos no século 19. É preciso considerar, no entanto, que poucas pessoas tinham efetivamente o direito ao voto, algo que vai se modificando com as democracias mais fortalecidas no século 20, no qual as legislações começam a se voltar para questões de bem-estar social, segurança, participação da população nas decisões coletivas e também na reivindicação do direito à educação, o que, conforme Marshall, refere-se ainda

Ao direito de participar, por completo, na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p.63-64).

Esses direitos se alteram com o passar do tempo, com as mudanças nas formas de estrutura de estados e com a noção de que as pessoas passam a ser detentoras de direitos e que podem, em certa medida, exigir seu cumprimento, bem como, a sua ampliação. No entanto, essa exigência de direitos não acontece de maneira pacífica, conforme demonstra Marilena Chauí (1989).

Ela destaca que a positivação das leis, ou mesmo a sua declaração em formato de tratados internacionais, é um avanço do ponto de vista democrático, pois "cada direito, uma vez proclamado, abre campo para a declaração de novos direitos e que essa ampliação das declarações de direitos entra em contradição com a ordem estabelecida" (CHAUÍ, 1989). No entanto, o que impede a ampliação real de direitos é o privilégio delegado às elites. Ela explica que as leis visam à proteção do cidadão

dentro desse estado, além de promover o acesso à cidadania e direitos. No entanto, há grupos privilegiados que seguem impunes e que podem ostentar a fraqueza da lei.

Por fim, é uma sociedade que não pode tolerar a manifestação explícita das contradições, justamente porque leva as divisões e desigualdades sociais ao limite e não pode aceitá-las de volta, sequer através da rotinização dos "conflitos de interesses" (à maneira das democracias liberais). Pelo contrário, é uma sociedade onde a classe dominante exorciza o horror às contradições produzindo uma ideologia da indivisão e da união nacionais, razão pela qual a cultura popular tende a ser apropriada e absorvida pelos dominantes através do nacional-popular. (CHAUI, 1989, [s.p.]).

Ainda assim, é uma evolução quando os direitos são declarados e positivados, pois é a partir dessa positivação que é possível a sua exigência perante o Estado, que deve cumprir o que está previsto em lei. Nesse ponto, é possível destacar a educação como um direito a ser reivindicado, conforme explicita Ximenes:

O direito à educação em sentido amplo, assim, sob a base dos direitos humanos fundamentais reconhecidos na extensa normativa internacional, extrapola as dimensões imediatas relativas à disponibilidade de vagas e à acessibilidade à escolaridade obrigatória, exigindo o adensamento de conteúdos normativos relativos às características *aceitabilidade* e *adaptabilidade* (XIMENES, 2014, p.14, grifos do autor).

Segundo o autor, é preciso levar em conta o direito ao acesso, ao respeito aos direitos humanos ao longo do processo educacional e que a educação pode ser um meio de sua difusão, para que cheguem ao conhecimento das pessoas. Nesse sentido, o direito à educação habilita os demais direitos sociais. Em relação à qualidade enquanto direito, ela se estabelece em:

[...] normas e políticas voltadas à garantia do direito às condições básicas de funcionamento das escolas, mas também quando se incorpora a dimensão dos resultados educacionais, nesse caso, como parte do direito de todos ao desenvolvimento e à aprendizagem de conteúdos socialmente relevantes. Ainda que esses enfoques, baseados nas condições e nos resultados do processo de escolarização, sejam fundamentais para uma educação de qualidade, esta não se realiza desconsiderando as demais, ao menos não em uma perspectiva de direitos humanos. (XIMENES, 2014, p.14).

É possível destacar, portanto, a ação de entidades da sociedade civil organizada para a reivindicação desses direitos. Em relação às melhorias nas condições de trabalho, historicamente, as lutas no Brasil se intensificam no final do

século XIX e início do século XX, com a industrialização e com a passagem para o sistema capitalista, com a abertura de fábricas e empresas, a oferta de mão de obra livre, imigrantes e escravos recém-libertos. As lutas trabalhistas demoraram longos anos até terem uma regra geral que controlasse as relações de trabalho, especialmente com a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), da década de 1940, com o governo Getúlio Vargas, que garantiu direitos aos trabalhadores de maneira geral. Ainda assim, a profissão docente apresenta outras demandas que seguiram (e seguem) se configurando como campo de disputa entre os docentes e o poder público, visto que a CLT não se aplica diretamente ao serviço público.

Considerando o tema da valorização docente, num diálogo com o direito do trabalho, a organização sindical é importante na efetivação dos direitos dos trabalhadores. Os sindicatos são institucionalizados e conseguem envolver diversas temáticas em sua agenda de lutas (GOUVEIA; FERRAZ, 2013). Os autores destacam que, historicamente, a ação política de professores tem relação com ações corporativas e outras que visam à melhoria das condições da educação; a diversidade de entidades, muitas que se dedicam às demandas locais; e a existência de associações trabalhistas e outras associativas que se referem à questão da educação como um todo.

Em relação ao modelo de contrato, por exemplo, há uma forte defesa do ingresso por concurso público, para que o Estado cumpra o seu dever de investir na contratação de professores, o que demanda um investimento público que confere a esses profissionais a estabilidade e as condições de reivindicarem junto ao Estado melhores condições para o desenvolvimento da educação como um todo. É importante frisar que, pela característica da profissão, os professores não fazem reivindicações somente por questões salariais, mas pela melhoria da qualidade da educação. Além disso, a exigência de um concurso público evita situações de concorrência e negociação de salários, bem como, impede que haja a "uberização" do trabalho, ou seja, situações em que o professor só é chamado quando o Estado precisa, o que cria um cenário de mercadorização da força de trabalho.

Há uma série de demandas sociais que se tornam legislação também por atuação de sindicatos, que conseguem se mobilizar pela realização de greve e pela congregação de pautas para ingressar no debate público. Muitos desses já são considerados pelo poder público na hora de desenhar as políticas, por serem institucionalizados e por representarem os interesses da categoria. No entanto, a valorização docente é um tema de constante disputa com o poder público, especialmente

quando a gestão eleita se volta para os interesses do mercado e deixa de ter foco na manutenção de direitos.

Com as mudanças nas relações de trabalho, os sindicatos são importantes nas lutas por direitos e garantias dos trabalhadores e trabalhadoras associados, também no momento da negociação de salários e benefícios. A Constituição Cidadã de 1988 estabelece, em seu artigo 8.º, que a filiação sindical é livre no Brasil, e que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas".

3.3 VALORIZAÇÃO DOCENTE E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

É possível fazer uma relação entre a valorização da atividade docente e a qualidade da educação, tendo em vista as metas⁸ do Plano Nacional de Educação, também o que está previsto na Constituição Federal de 1988. Conforme demonstram Oliveira e Araújo (2005), a Constituição de 1988 é um marco para o desenvolvimento da educação, tendo em vista que a coloca como direito público subjetivo, ou seja, do indivíduo ou estudante. Outro avanço nesse aspecto é quando se estabelece que a responsabilidade da garantia do direito à educação é também do Estado, que deve oferecer as matrículas, regular as instituições privadas que oferecem o serviço educacional e garantir que todos os estudantes tenham acesso ao ensino público e gratuito, além de proporcionar a igualdade de condições, pluralismo de ideias e a liberdade de aprender e ensinar. No entanto, conforme demonstram os autores,

[...] nunca houve, de fato, um debate público consistente sobre a melhoria da qualidade do ensino oferecido pela escola pública brasileira. Os nossos políticos primaram pela construção de escolas para toda a população, sem que fosse dada a ênfase necessária na questão da qualidade do ensino a ser oferecido por essas escolas (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p.9).

O esforço do poder público parece estar voltado mais à abertura de escolas e compra de material – devido à demanda da universalização da oferta da educação. Nesse contexto, em alguns momentos, a valorização do trabalho docente pode ficar em

⁸ BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década**: metas do Plano Nacional de Educação. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

segundo plano e, ao longo dos anos, passa a ser precarizado "pelo aviltamento dos salários e das condições de trabalho" (OLIVEIRA, ARAÚJO, 2005, p.9). Partindo dessas considerações, é possível destacar que a qualidade da educação é uma percepção social e histórica, ou seja, não há nada definindo o que é, exatamente, a qualidade da educação.

A qualidade depende de condicionais como negociações; a relação com as necessidades dos estudantes e professores, as demandas e os direitos que precisam ser defendidos. Nessa perspectiva, a partir da Constituição, artigo 206, a qualidade é tratada como um princípio básico para a educação, sendo necessário que todas as normas editadas posteriormente sejam norteadas por esses princípios. As condições de trabalho docente podem ser relacionadas com a qualidade, pois não é possível, assim, o estabelecimento ou a positivação de um mínimo necessário, para não correr o risco de estabelecer o mínimo como um teto.

Segundo Oliveira e Araújo (2005), a qualidade é analisada, atualmente, a partir de três aspectos: "Na primeira, a qualidade determinada pela oferta insuficiente; na segunda, a qualidade percebida pelas disfunções no fluxo ao longo do ensino fundamental; e na terceira, por meio da generalização de sistemas de avaliação baseados em testes padronizados" (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2005, p.6). Assim, a classificação da qualidade é interpretada, em um primeiro momento, como a oferta suficiente de matrículas, vinculando a qualidade à possibilidade ou não de acesso.

Ximenes (2014) destaca que alguns direitos básicos ainda não estão devidamente regulamentados, e que é preciso deixar claro na legislação para que seja possível a efetivação desse direito. Desse modo, a Constituição Federal deixa algumas diretrizes e as garantias básicas para que os grupos busquem as melhorias necessárias – o que torna a educação, também, um campo de disputa, tendo em vista que essas demandas envolvem interesses dos setores público e privado.

3.4 POLÍTICAS DE AUSTERIDADE E VALORIZAÇÃO DOCENTE

Ao longo dos anos houve uma série de avanços no que diz respeito à educação, com a ampliação e universalização da oferta, políticas para remuneração e valorização docente. No entanto, há um conjunto de políticas que vão se acumulando com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação e momentos em que ocorrem rupturas com essas políticas. Observa-se o

desmantelamento de direitos sociais básicos e o direito à educação começa com resquícios das chamadas marchas de 2013. Naquele momento, as pessoas que estavam nas ruas vinham de classes sociais que, historicamente, não ocupam os espaços públicos para reivindicar direitos (SILVA; MEI, 2018). Há, nesse momento, um movimento amorfo, sem organização de base e cujas reivindicações eram as mais diversas.

Entre as pautas, a necessidade de mudanças em relação à cultura da mobilidade urbana, convocadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre. Esses movimentos desembocam, mais adiante, em um conjunto de manifestações pelo país inteiro, inclusive, com um forte apelo midiático e sem características típicas das manifestações – como a existência de um objetivo comum e de uma pauta de reivindicações.

Além disso, essa ambiguidade também resulta em mais de uma forma de identificação na política dos sujeitos-atores que compareceram às ruas em 2013: por um lado, os identificados com movimentos sociais e (ou) partidos políticos; por outro, os participantes individuais, convocados, sobretudo, pelas mídias digitais. Essas duas formas de ser sujeito político geraram as contradições e os conflitos políticos presentes no processo mobilizatório. (SCHERER-WARREN, 2014).

O ano de 2014 fica marcado, no cenário nacional, pelo início da operação Lava-Jato, em 17 de março, e as eleições para Presidente da República. A operação ocarretou na prisão de diversos políticos influentes no Brasil e, de início, foi considerada de maneira positiva. No entanto, após alguns anos, suas ações podem ser questionadas, tendo em vista que "os políticos ligados a determinados grupos não são investigados" (SILVA; MEI, 2018), além de ter se tornado uma ferramenta para a perseguição política. As eleições presidenciais naquele ano foram acirradas e, com 51,63% dos votos válidos, a chapa Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB) elegeu-se, com aproximadamente 54 milhões de votos. "É interessante destacar que a campanha foi marcada por diversas pesquisas de opinião confusas ao longo do período, além de uma expectativa do empresariado e elites que a chapa de Aécio venceria na ocasião, o que não aconteceu" (SILVA; MEI, 2018, p.292).

Em 2015, ocorre uma sequência de crises no governo Dilma, como a falta de apoio e de condições para negociação com o Congresso, a crise financeira – efeito de uma onda internacional – além da crise midiática, tendo em vista uma larga escala de campanhas negativas. No entanto, a crise parece efetivamente política,

considerando os interesses de certos grupos econômicos contrários às medidas sociais adotadas nos governos anteriores (SILVA; MEI, 2018).

Como resultado de 2015, o ano seguinte foi marcado pelo afastamento da presidenta eleita Dilma Rousseff em maio, e Michel Temer assumiu interinamente a presidência. Após todos os trâmites, Dilma foi afastada em definitivo no mês de agosto de 2016. A partir daí, diversas medidas impopulares e que ferem diretamente a educação começam a ser debatidas, como a Proposta de Emenda Constitucional n.º 241, depois PEC 55, e promulgada como Emenda Constitucional 95, que congela os gastos primários durante 20 anos; as propostas para a Reforma do Ensino Médio (MP n.º 746) e o movimento Escola Sem Partido. Além dessas medidas, outras posturas adotadas pelo governo Temer não agradam e acabam por tornar este mandato impopular, como a seleção apenas de homens para compor os Ministérios e a possibilidade de extinção do Ministério da Cultura e a sua junção com o Ministério da Educação, o que ocasionaria a redução de investimentos em projetos culturais.

Ao refletir sobre questões da atualidade brasileira em relação às condições de trabalho docente, é importante fazer uma alusão à Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, que "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências". Ainda que os pacotes do governo Beto Richa tenham sido aprovados, já em 2015, a realidade paranaense será aprofundada no Capítulo 4. Mas, a reflexão sobre as políticas de austeridade se faz necessária para a construção e compreensão do objeto de pesquisa.

A alteração, resultado dos projetos de Emenda Constitucional 241 e 55, estipula um limite de investimentos públicos nos próximos 20 anos, e ficará vigente até 2036. A votação foi precedida de muitos protestos por parte da sociedade civil organizada, em especial, estudantes de universidades públicas, que classificaram o projeto como prejudicial para o desenvolvimento da educação a longo prazo.

Amaral (2016) aponta que essas medidas interferem diretamente no cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, levando em conta que não haverá aumento dos investimentos para atender às demandas apontadas no plano. Além disso, prejudica a elaboração e o cumprimento do próximo Plano, que abrangerá o período de 2025 a 2035, prejudicando, assim, o andamento das futuras políticas públicas na área educacional. O autor considera que, devido ao arrocho, o Ministério da Educação não terá condições de pleitear mais verbas, considerando outras áreas:

Pode-se prever que o MEC não será o vencedor desta "contenda", pois vencerão aqueles setores que podem argumentar que uma proposta orçamentária maior poderá expandir de imediato a economia, elevando o Produto Interno Bruto (PIB) e gerando imediatamente novos empregos. Pode-se afirmar, portanto, a quase impossibilidade da existência, nesses longos 20 anos, de orçamentos do MEC maiores que a variação da inflação medida pelo IPCA no ano anterior (AMARAL, 2016, p.659).

Isso aconteceria porque, segundo o autor, não haveria uma previsão de verbas em orçamento para a manutenção ou ampliação dos investimentos em educação. Com a limitação do gasto, não há perspectiva para ampliação dos investimentos. O autor reconhece que a medida "promoverá maior desigualdade social, maior concentração de renda e, conseqüentemente, um recrudescimento da vida daqueles que são mais vulneráveis" (AMARAL, 2016, p.671). Com isso, as políticas que foram pensadas buscando a redução das desigualdades sociais ficarão sem novos investimentos.

Em consonância com esse posicionamento, Martins (2018) destaca que quando há políticas de austeridade e corte de orçamento, quem precisa "apertar o cinto" são as pessoas que estão na base da pirâmide social. Isso significa que essas medidas costumam interferir na distribuição de renda, sem prejudicar ou causar efeitos mais devastadores nas camadas mais abastadas dessa pirâmide.

A limitação das despesas primárias do Executivo federal é o que mais impacta negativamente nas políticas públicas sociais, inclusive as da educação, inviabilizando sua sobrevivência com eficácia, na medida em que provoca a compressão das despesas discricionárias e dos investimentos. (MARTINS, 2018, p.229).

Ademais, o autor sinaliza que, ao longo da história das constituições brasileiras, os valores destinados à educação estiveram relacionados aos rendimentos do PIB, o que não garante uma ampliação contínua desses investimentos, eles estão sempre condicionados às questões econômicas. Há uma disputa sempre em andamento, especialmente do mercado financeiro, que não deseja perder seu espaço e o seu filão nas dívidas públicas e do fundo público. O autor pondera que essas medidas geram "efeitos negativos sobre as políticas públicas, ainda acabam por realizar uma distribuição injusta e desproporcional do peso da crise entre os diferentes estratos da população" (MARTINS, 2018, p.232), além de não terem sido debatidas de maneira satisfatória e democrática. Como efeitos da emenda, o autor destaca:

A EC 95 tem por objeto a recuperação econômica, mas infelizmente desconsidera a importância da educação como indutora de outras políticas públicas, como multiplicador do PIB e como fator de aumento da produtividade – que será necessária num mercado global cada vez mais complexo e com uma população economicamente ativa em menor número – que pode chegar com qualificação mais baixa do que a desejável em um momento em que a população de idosos será maior. (MARTINS, 2018, p.236).

Outra questão que surge ao longo do processo de tramitação desta legislação é que houve, por parte do governo federal e da mídia, a utilização de um discurso que classificava a PEC como necessária para estabilizar os gastos do governo. Mariano (2017) analisa as consequências a longo prazo, incluindo a redução das taxas de crescimento da economia, o sucateamento de políticas sociais, em especial na saúde e na educação, comprometendo a qualidade de vida da população brasileira.

Segundo a autora, essa medida terá consequências, ainda, no investimento em novas tecnologias, contratação de pessoal, reajuste salarial, entre outros. Além disso, impedirá a ampliação do atendimento à população, sendo que os investimentos somente serão calculados pelo percentual da inflação. Cabendo à União a função de suplementação, e com as desigualdades dos municípios do Brasil, muitos apresentam condições financeiras insuficientes para investir efetivamente em educação.

Ao defender que a redução de investimentos em áreas estratégicas seria a "salvação" para as contas do governo, não se considerou a taxação de grandes fortunas como solução para os problemas econômicos. Ao comparar os dados⁹ de salário e alíquotas de imposto de renda, é possível perceber que as pessoas que recebem os salários mais altos do Brasil são as que menos pagam impostos, ou seja, tem mais renda que está fora da taxação. Uma pessoa que recebe aproximadamente dez salários mínimos paga a mesma porcentagem de impostos de alguém que recebe 70 salários. Isso indica que a porcentagem é a mesma, mas as diferenças de faixa salarial são grandes.

Com isso, as grandes fortunas continuam intactas, pois não são tributadas, o que gera ainda mais desigualdade no Brasil. Por outro lado, em relação aos impostos pagos pela população em geral, o Brasil tem uma carga tributária de 33,7, abaixo dos 35, que é a média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

⁹ FENAFISCO. **Sistema tributário brasileiro reforça a desigualdade, diz Oxfam**. Disponível em: <http://www.fenafisco.org.br/noticias-fenafisco/item/1197-sistema-tributario-brasileiro-reforca-a-desigualdade-diz-oxfam>. Acesso em: 04 abr. 2018.

(OCDE). No entanto, cerca de 50% dos impostos pagos no país são sobre bens e serviços, itens básicos para a manutenção das famílias, incluindo itens como mercado e combustível. Esses impostos são pagos igualmente por pessoas com rendas totalmente distintas, o que torna o cenário injusto para aqueles que recebem menos e precisam pagar os mesmos impostos que outros que recebem muito. Por outro lado, o imposto pago sobre os ganhos ou lucros soma apenas 6% dos 33% pagos, indicando que as pessoas com maior renda pagam menos impostos, ou pagam, ainda, muito pouco.

A partir das leituras realizadas, é possível perceber que a educação capacita o sujeito para pensar e refletir sobre a sua realidade, mas não produz nada palpável, algo que tenha valor ou que possa ser considerado uma "mercadoria". No entanto, os rituais e a maneira como o trabalho escolar é desenvolvido acabam se assemelhando ao trabalho de produção de mercadorias, por exemplo, quando se exige a memorização de assuntos ou a realização de tarefas repetitivas.

A qualidade da educação perpassa questões como o direito ao acesso à educação, a permanência e o acesso aos níveis mais avançados do ensino. Além disso, é preciso ressaltar que a valorização docente também é um componente importante para garantir educação de qualidade, já que um profissional mal remunerado tende a procurar outras fontes de renda, por exemplo, prejudicando as condições dos professores que exercem essa profissão.

O modelo de produção capitalista está na realidade da escola, que também está sendo afetada por políticas de austeridade que tendem à redução de investimentos a longo prazo, o que perpassa a questão da qualidade. A maneira como o trabalho pedagógico é realizado também remete às relações de poder, ainda mais quando não coloca o aluno como protagonista ou quando não permite a ele participar ativamente.

Após a apresentação das leis que tratam sobre a valorização docente e dos processos de positivação e efetivação dessas prerrogativas, bem como do surgimento de um momento de ruptura, quando as forças políticas se voltam para a austeridade, essa dissertação se dedica, no próximo capítulo, à apresentação das disputas que envolvem o Poder Executivo paranaense e a APP-Sindicato, a partir da análise das leis apresentadas e votadas em âmbito estadual, e quais as reações organizadas pelo sindicato em relação a essas decisões.

4 A AGENDA POLÍTICA DO GOVERNO DO PARANÁ ENTRE 2011 E 2018

Após a apresentação da legislação que versa sobre a valorização docente, buscando compreender se há um processo de desmantelamento de uma política para esse fim, este capítulo se dedica à análise das justificativas das leis e projetos de leis apresentados pelo Governo do Estado do Paraná durante o período de 2011 a 2018, bem como as notícias publicadas no site da APP-Sindicato referentes àqueles projetos, fazendo um acompanhamento do resultado final dessa disputa. Ao demonstrar esse contraponto, há ainda a intenção de encontrar momentos de acirramento de uma disputa entre o poder público e os professores do Estado do Paraná, representados na figura desse sindicato. Além disso, esse capítulo se dedica a detectar as ações tomadas por essa entidade a fim de buscar negociações junto ao poder executivo estadual, bem como a organização de ações coletivas, quando isso se fez necessário, a fim de reivindicar direitos, ou pelo menos garantir os que já estavam previstos.

Tendo em vista a atividade docente, é interessante fazer uma breve contextualização da rede de ensino do Estado. Segundo informações da Secretaria de Estado da Educação¹⁰, o Estado tem atualmente 32 núcleos regionais de educação divididos nos 399 municípios. Estão matriculados na rede estadual 1.076.310 estudantes em 2.134 escolas estaduais; além de 38.318 alunos matriculados em escolas especiais conveniadas. Em relação aos professores e pedagogos que atuam na educação, são 66.582 profissionais em todo o Estado¹¹, considerando os do quadro próprio, os contratados em regime especial, além dos que foram contratados pelo PARANÁ EDUCAÇÃO.

Em relação ao contexto paranaense no período de 2011 a 2018, há destaques, principalmente entre os anos de 2014 e 2015, sendo 2014 o momento de nova eleição estadual, com diversos projetos apresentados pelo Executivo, o chamado “Pacotaço de Natal”. Outro momento de conflito intenso se deu com a aprovação do

¹⁰ PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta escolas**. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf?jsessionid=E2aq66soaUHog3YsJXADBw0VSIIAkOfYx-o4Lf5V.sseed75003?windowId=6a2>. Acesso em: 19 jun. 2020.

¹¹ PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta escolas**: professores e pedagogos por vínculo. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/paginas/profissionais/professoresPedagogosVinculo.jsf?windowId=6a2>. Acesso em: 19 jun. 2020.

Projeto de Lei nº 252/2015, motivo do massacre de 29 de Abril. A medida trata sobre a reestruturação do plano de financiamento da previdência do Estado. Considerando o cenário político paranaense, é preciso ressaltar que, em agosto de 2015, o Ministério Público Estadual iniciou a ação chamada “Quadro Negro”, para investigar o desvio de aproximadamente 20 milhões de reais que deveriam ser investidos na construção de escolas, o que pode ter prejudicado a carreira política do atual ex-governador. A investigação feita pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), apurou irregularidades em dez contratos da Secretaria de Estado da Educação (SEED) com a Construtora Valor, entre 2011 e 2014 (SILVA, MEI, 2018). Segundo informações do Ministério Público do Paraná¹², houve pagamento antecipado das obras de construção ou reforma de escolas, sem a execução delas. Com o andamento das investigações, o Poder Executivo e a Secretaria de Estado da Educação ficaram de mãos atadas para a apresentação de novos projetos naquele momento. Depois disso, entre 2016 e 2018 não foram encontrados projetos relacionados à questão dos educadores paranaenses.

A APP-Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná foi escolhida para esta pesquisa pois se constitui, ao longo dos anos, na organização que representa os docentes no Estado do Paraná, e não apenas aqueles que são sindicalizados, sendo uma referência para todos os profissionais docentes. Por sua representatividade, é um agente importante na disputa pelos interesses da educação pública no Paraná e dos trabalhadores desse setor. A APP-Sindicato é filiada à Confederação Nacional do Trabalhadores em Educação (CNTE), sendo a única que abrange os professores do Paraná como um todo. Há outros sindicatos de professores dos municípios de Araucária, Paranaguá e Colombo ligados à CNTE.

Segundo a Constituição de 1988, os Estados possuem uma Constituição própria, que não deve entrar em conflito com a Carta Magna. Em relação à Assembleia Legislativa, o texto constitucional coloca como função: "dispor sobre seu regimento interno, polícia e serviços administrativos de sua secretaria, e prover os respectivos cargos" (art. 27). Além disso, cabe a ela fiscalizar a atividade do governador, que deve prestar contas anualmente de sua gestão. O governador, por sua vez, ocupa o maior

¹² MP-PR. Disponível em: <https://comunicacao.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteúdo=40>. Acesso em 27 set. 2020.

cargo político do estado, sendo sua função "administrar o Estado e representá-lo em ações jurídicas, políticas e administrativas" (POZZEBOM, 2014). Ele atua com auxílio da Assembleia Legislativa e uma das suas responsabilidades "é a segurança pública, envolvendo o controle das Polícias Civil e Militar e a construção e administração de presídios" (POZZEBOM, 2014). Ainda assim, as leis estaduais devem estar subordinadas ao que diz a Constituição Federal.

Tendo em vista que, no modelo federativo brasileiro, a União concentra os recursos, então é função do governador gerenciar a administração estadual e criar planos para melhorá-la. Além disso, buscar apoio federal para a realização de investimentos dentro do Estado. A Constituição do Estado do Paraná, em seu artigo 66, aponta as leis que são de iniciativa do governador:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração; II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva; III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar; IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública (PARANÁ, 1989).

Dada à estruturação da divisão de poderes, é possível considerar que os deputados podem sugerir projetos de lei que não envolvam questões relacionadas ao orçamento estadual, pois esta é função do governador. A título de ilustração, em fase inicial do desenvolvimento desta pesquisa, foram elencados todos os projetos de lei no site da Assembleia Legislativa do Paraná referentes ao período analisado, e somente depois foram selecionados aqueles apresentados pelo Poder Executivo, que geralmente são aprovados. A partir dessa análise preliminar, foi possível detectar que os projetos apresentados pelos deputados não tratavam sobre questões que envolviam comprometimento de orçamento. Como exemplo, é possível citar, rapidamente, o PL n.º 261/2014, de autoria do deputado Péricles de Mello, que "dispõe sobre a implementação do programa de combate e prevenção à violência de gênero nas escolas públicas do Estado do Paraná". Esse projeto foi arquivado em função do término da legislatura e, como se percebe, não é um assunto que envolva questões financeiras, pois sugere uma alteração de currículo. Ainda que o tema possa ser interessante, não é algo que prevê orçamento próprio. Outro exemplo como esse é o PL n.º 748/2015, que "institui, no âmbito do sistema estadual de ensino, o 'programa

escola sem partido". Proposto por uma bancada da assembleia, é um projeto que também não mexe em questões orçamentárias, apenas propõe uma alteração curricular. Ainda que trate sobre um tema polêmico, foi arquivado a pedido dos autores. Sendo assim, os projetos apresentados pelos deputados não podem tratar sobre temas como remuneração docente, pela característica de suas atribuições, então suas propostas acabam por tratar a respeito de outras temáticas.

Desse modo, há a proposição de projetos pelos deputados que também estão relacionados aos temas dessa pesquisa, mas o foco se deu nas propostas do poder executivo, a fim de verificar como este age em relação às questões relacionadas à valorização docente, e também é de se considerar que há uma atenção maior quando há propostas do executivo. Ao analisar a arena política e as lógicas de votação e proposição das leis pelos deputados paranaense, Cervi (2009) aponta que "parlamentares brasileiros tendem a ser fiéis às decisões de seus líderes partidários, respeitando as decisões de bancadas nas votações sobre os principais temas" (CERVI, 2009).

Ainda assim, os parlamentares podem atuar pelos seus interesses individuais, visando principalmente à reeleição. Para tanto, eles podem sugerir temas sensíveis a uma determinada região ou público, conforme seus interesses. Desse modo, "quando age individualmente apresentando projetos de lei de abrangência social segmentada e abrangência geográfica municipal ou regional, tende a apresentar votações mais localizadas" (CERVI, 2009) e obter melhor êxito no projeto de reeleição. Ainda que os parlamentares sigam as premissas do partido nas eleições dentro da Assembleia, há momentos em que eles podem apresentar projetos para agradar à sua base de eleitores. Mesmo assim, muitos desses projetos não são aprovados pela Casa, ao contrário dos projetos apresentados pelo Executivo Estadual, que costumam ser aprovados com mais facilidade. Ademais, é possível verificar que os parlamentares apresentaram mais propostas no segundo mandato do governador, pois no primeiro, os projetos eram, sobretudo, do Poder Executivo.

4.1 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A fim de obter um panorama da gestão dos dois governos de Beto Richa, realizou-se uma busca no site da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com o objetivo de fazer um levantamento sobre o que foi aprovado ou pautado durante os

oito anos de mandato. Ao fazer essa pesquisa, utilizaram-se descritores relacionados à carreira e valorização docente, como "educação", "docente", "previdência", entre outros que serão descritos na sequência. A busca foi realizada no site da Assembleia, no ícone "Pesquisa Legislativa".¹³

Nesse momento, pesquisou-se no ícone "Todos os tipos"; e utilizaram-se os descritores no campo "Assunto". Foram selecionadas para a apresentação as leis que abordam, em sua ementa, questões relacionadas à valorização docente, como remuneração, plano de carreira, previdência social, sendo desconsiderados outros temas, como os relacionados a conteúdos, nomes de escola, alimentação escolar, entre outros. No QUADRO 1 estão os descritores utilizados nas buscas e a quantidade de resultados encontrados para cada uma:

QUADRO 1 - PESQUISA DE PROPOSIÇÕES

DESCRIPTORES	QUANTIDADE DE RESULTADOS OBTIDOS
Previdência e Pensão	12
Valorização	10
Data-base	1
Docente	3
Professor	38
Educação	158
Hora-atividade	1
Carreira	4

FONTE: Alep (2020)

Outros verbetes também foram pesquisados no site da Assembleia Legislativa do Paraná, como "reajuste salarial", "salário docente", "equiparação salarial" e "hora relógio", mas não foram encontrados resultados com essas expressões para o período analisado. Para o refinamento dos resultados, em consonância com os objetivos desta pesquisa, selecionaram-se leis ou projetos de lei, a partir da leitura das súmulas. Essa primeira etapa da pesquisa envolveu todos os projetos encontrados a partir das palavras-chave, inclusive aqueles apresentados pelos deputados, como descrito anteriormente. Essa primeira análise observou o ano de entrada das propostas, as ementas ou súmulas e de onde veio a proposta, além de tentar encaixar cada proposta ou projeto dentro de uma categoria que envolve a valorização docente, como remuneração, piso salarial e previdência.

¹³ PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Pesquisa de proposições**. Disponível em: <http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao>. Acesso em: 05 jan. 2020.

Foram excluídos projetos que tratam sobre a educação superior ou ainda sobre outros cargos da Assembleia Legislativa ou de outras funções dos servidores do Estado que não a função docente. Dentre as leis ou projetos descartados estão ainda aqueles relacionados a nomes de escolas, nome de biblioteca e outras leis que não dizem respeito ao cerne da dissertação, que objetiva trazer resultados de temas relacionados à valorização docente, envolvendo remuneração, carreira e piso salarial.

Após a coleta dos dados da pesquisa no site da Assembleia Legislativa do Paraná, realizou-se uma segunda etapa filtrando somente os projetos apresentados pelo Poder Executivo, para refinar a análise posterior. Esses projetos se inserem no período entre 2011 e 2015, tendo em vista que, nos anos de 2016 a 2018 não foram encontrados projetos referentes aos professores da rede estadual de ensino, somente em outros assuntos ou relacionados, como o Ensino Superior – o que não diz respeito a essa pesquisa. O quadro completo está disponível no APÊNDICE.

Para a análise dos dados foram selecionadas as justificativas dos projetos de lei disponíveis no site da Assembleia Legislativa do Paraná, apresentados pelo Poder Executivo, e as leis aprovadas, também incluindo aquelas que já foram revogadas por outros projetos de lei como acontece no caso de 2011 com a questão do piso salarial, que foi reajustado nos anos seguintes. É possível considerar, portanto, que a Assembleia aprova em plenário as medidas apresentadas pelo poder executivo e as propostas geralmente são aprovadas de maneira rápida em comparação, por exemplo, a outras leis propostas por deputados ou pelas bancadas dos partidos, que levam mais tempo para debates.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, tomaram-se como base as posições do Poder Executivo a partir das justificativas contidas nos projetos apresentados por ele. Na sequência serão analisados cada projeto ou cada lei aprovada conforme a ordem de aprovação a partir do ano de 2011 até o ano de 2018. Para a realização dessa terceira etapa, realizou-se a leitura de cada projeto ou cada lei aprovada a fim de encontrar a justificativa do Poder Executivo para apresentação desses projetos ou leis. Visando revelar o conflito ou o contraponto, pesquisaram-se publicações no site da APP-Sindicato relacionadas a cada lei ou projeto. Tendo em vista que nem sempre o sindicato publica as notas com o número do projeto de lei e o número da lei aprovada, utilizaram-se também palavras-chave relacionadas a cada projeto ou lei apresentados. Nesse sentido, os projetos serão agora analisados separadamente, já demonstrando em cada parte como fez-se a pesquisa também no site do sindicato.

Todos os projetos de leis selecionados foram salvos e, para a realização da análise, se optou pela leitura da justificativa do projeto escrita pelo governador ou representante direto, quando ele estava ausente. Desse modo, a metodologia para realização dessa pesquisa foi contrapor a ideia apresentada pelo Poder Executivo e o conflito que se estabelece, a partir das reações apresentadas no site da APP-Sindicato.

Em relação à pesquisa no site da APP-Sindicato, não foram selecionadas as notícias publicadas no Jornal 30 de Agosto porque nem todas as edições estavam disponíveis na internet. Sendo assim, realizou-se a pesquisa na ferramenta de busca do site do sindicato a partir das palavras-chave conforme cada lei ou cada projeto apresentado. Ainda que o Jornal 30 de Agosto represente uma postura mais oficial da posição do sindicato, a publicação não dá conta de acompanhar o andamento da tramitação desses projetos, pois é um jornal mensal. Sendo assim, com a seleção de todas as publicações contidas no site do sindicato para cada projeto apresentado, é possível ter um panorama do andamento dessa reivindicação conforme cada projeto. A busca se deu no link <www.appsindicato.org>, na ferramenta de busca, onde é possível digitar a palavra-chave ou o número do projeto, e encontrar todas as publicações disponíveis sobre aquele tema.

Na sequência, as considerações de cada projeto e as pautas apresentadas pela APP-Sindicato referentes a cada um. A fim de facilitar o acompanhamento da legislação, separaram-se as leis encontradas nesta pesquisa em temas: 1) Reajuste anual dos servidores; 2) Recomposições salariais dos docentes; 3) Previdência; 4) Hora-atividade; 5) Plano de carreira.

4.1.1 Reajuste anual dos servidores

Esse tópico da análise das leis demonstra em que momentos houve o reajuste salarial dos servidores do Estado, o que pode revelar um interesse do governo em dialogar com os servidores. Ainda assim, é de se problematizar se esse reajuste representa um ganho real para esses trabalhadores. O reajuste pode indicar, ainda, uma intenção clara do governo visando ao desenvolvimento da economia e da valorização dos profissionais, inclusive docentes.

4.1.1.1 Projeto de Lei n.º 395/2011

O projeto entrou em pauta no dia 16 de maio de 2011 e "concede o índice geral de 6,5% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar, do poder executivo do Estado do Paraná" (PL 395/11, p.1). Tal projeto se tornou a Lei n.º 16.814, publicada no dia 19 de maio de 2011.

A justificativa traz que o pagamento dos servidores se refere à " revisão anual obrigatória, prevista na Constituição do Estado". (PL 395/11, p.5). A justificativa aponta ainda que estão contemplados contratos em regime especial com o Paraná Educação e convênios com as APAES, entre outras. Cita um estudo realizado pela Secretaria de Estado da Administração e da Previdência e da Secretaria de Fazenda, no qual "equalizou-se o índice de 6,5% (seis vírgula cinco por cento), termo bastante assemelhado ao percentual estabelecido para o salário mínimo regional" (p.7). A justificativa do projeto também faz referência à gestão anterior:

Nessa mesma toada, através da presente alteração legislativa, temos o afastamento do tratamento ilegalmente discricionário levado a efeito no passado, através de decretos que deixavam ao alvedrio do administrador a concessão dos encargos especiais em termos distintos dos legalmente previstos (PL 395/11, p.8).

O documento coloca que o reajuste se deve também ao compromisso de cumprimento do plano de governo, a destacar:

Mais uma vez, fica claro o comprometimento da atual Gestão do Estado para com a legalidade, a moralidade e a eficiência, princípios basilares da Administração Pública. Assim, o encaminhamento da presente Mensagem demonstra o compromisso do Governo do Estado do Paraná, no sentido de cumprir com seu Plano de Governo, a lei e o seu compromisso perante a sociedade (PL 395/11, p.9).

Ao fazer a busca no site do APP-Sindicato pelo número do Projeto de Lei 395/2011, encontraram-se dois resultados. Uma notícia publicada no dia 16 de maio de 2011, "Assembleia Legislativa vota a data-base dos servidores amanhã" apresenta que representantes do Sindicato acompanhariam a votação na Assembleia Legislativa. Além disso, há um pedido de urgência na votação desse projeto:

Os dirigentes, acompanhados pelo deputado estadual Professor José Lemos, reuniram-se com o líder do governo na ALEP, o deputado Ademar Traiano, e

solicitaram urgência na votação do Projeto de Lei que garante a reposição de 6,5% no salário de todos os servidores estaduais.¹⁴

A notícia "Assembleia aprova reajuste de 6,5% para todos os servidores"¹⁵, publicada no dia 17 de maio de 2011, informa ter ocorrido a aprovação do projeto para reajuste de 6,5% nos salários. Destaca ainda que esse reajuste acompanhou o Índice de Preços ao Consumidor: "O reajuste de 6,5% corresponde ao Índice de Preços ao consumidor Amplo (IPCA) registrado nos últimos 12 meses, medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ele será destinado aos 151 mil servidores ativos, 72 mil aposentados e 25 mil pensionistas".

Após a leitura do projeto apresentado pelo Poder Executivo e das notícias publicadas no site da APP-Sindicato, é possível interpretar que sua justificativa ainda apresentava um tom de campanha eleitoral que teve sucesso, pois enaltece o aumento concedido pelo atual governo e critica a maneira como a gestão anterior procedeu em relação a isso. Coloca como o cumprimento de promessas de campanha. Nesse momento, há o atendimento de reivindicações do sindicato, tanto que não houve muitas notícias publicadas a respeito, ou seja, o diálogo foi produtivo para o sindicato.

4.1.1.2 Projeto de Lei n.º 205/2012

Apresentado em 14 de maio de 2012, o projeto "concede o índice geral de 5,1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militares do poder executivo do Estado do Paraná" (PL 205/12, p.1). A justificativa cita a Constituição Estadual "que institui a data de primeiro de maio para revisão geral" (p.4) dos vencimentos dos servidores do Estado. O documento coloca ainda que o aumento da despesa constava da previsão de despesa do poder executivo e destaca que a "aplicação do índice de 5,1% importará em uma estimativa de custo mensal da ordem de R\$ 38,6 mi (trinta e oito milhões e seiscentos mil) alcançando, aproximadamente, 218 mil servidores ativos e inativos e geradores de pensão". (p.5)

¹⁴ APP-SINDICATO. **Assembleia Legislativa vota a data-base dos servidores amanhã**. 16 de maio de 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=9267/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=9257/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

Ao fazer a busca no site da APP-Sindicato pelo número do Projeto 205/2012, foram encontrados dois resultados, dos dias 16 de maio e 22 de maio de 2012.

A notícia "Projeto de lei data-base será votado na terça-feira¹⁶" comenta sobre o Plenário da Assembleia Legislativa que analisará o projeto. A notícia cita ainda que representantes da APP-Sindicato se reuniram com a liderança do governo e da oposição para garantir a votação do projeto na terça. No entanto, a nota destaca que, no caso da educação, há mais reivindicações: "Apesar de garantido para todos os servidores, no caso da educação os trabalhadores lutam por um índice ainda maior para os funcionários de escola".

A notícia "Aprovado reajuste de 5,1% para os servidores estaduais"¹⁷ foi publicada no dia 22 de maio de 2012 e comenta que houve o aumento de 5,1% na remuneração dos servidores estaduais, e que a compensação salarial obedece ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A aprovação do reajuste é vista como um ponto positivo pelo sindicato, destacado na notícia:

O índice de 5,1% será pago a todos que atuam no Poder Executivo: temporários, CLT, PSS e estatutários. De acordo com a presidenta da APP, professora Marlei Fernandes de Carvalho, é um fato positivo que pelo sexto ano consecutivo a data-base esteja, de fato, sendo respeitada. Para Marlei, que também é coordenadora geral do Fórum dos Servidores, esta é uma vitória do conjunto dos servidores.

Ainda assim, a notícia explicita, na fala da presidenta do sindicato, que o objetivo era obter um aumento de 10,31%, aplicado ao salário mínimo regional. E há apontamentos para a continuidade de mobilização a fim de atender a outras demandas:

E entendíamos que o governo poderia ter trabalhado um valor maior para o conjunto dos servidores. Mas vamos continuar a luta no que diz respeito aos funcionários de escola, para melhorar os salários dos Agentes Educacionais I e II. E, também, temos que acompanhar mais uma tramitação: do reajuste diferenciado dos professores relativo ao Piso Salarial Profissional Nacional. Além deste índice da data-base, os professores receberão outras duas parcelas, de 6,65%, nos meses de julho e outubro. E a APP também exige o pagamento, até o final do ano, do retroativo – a janeiro de 2012 – do Piso.

¹⁶ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7861/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7837/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

Então, a data de hoje é importante, mas, ao mesmo tempo, permanece o conjunto de mobilização e negociação com o governo.¹⁸

A partir do que foi apresentado, é possível aferir que, diferente do reajuste negociado anteriormente, não houve uma justificativa que remetesse a uma vitória eleitoral, sendo que o documento se mostra mais sucinto. Em relação à posição da APP-Sindicato, o sindicato considera que houve um avanço, mas há indícios de que as negociações deveriam seguir objetivando um reajuste maior e uma atenção para as pautas dos funcionários de escola, conforme as declarações da presidenta da APP na época. Ainda assim, houve atendimento de uma demanda do sindicato.

4.1.1.3 Projeto de Lei n.º 211/2013

O projeto foi apresentado em 27 de maio de 2013 e transformado em lei em 29 de maio do mesmo ano. Estabelece "o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras estatutárias civis e militar do poder executivo do Estado do Paraná". A justificativa cita novamente o cumprimento da Constituição Estadual, e o artigo 27, que garante a revisão anual da remuneração. "A proposta é conceder 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) de reajuste em cota única, retroativa a data de 1.º de maio de 2013, a ser implementado em folha de pagamento no mês subsequente a sanção da lei" (PL 211/13, p.6-7).

A justificativa expõe que "o aumento de despesas com pessoal decorrente da implantação da revisão geral anual consta na previsão de despesas de pessoal do poder executivo" (PL 211/13, p.7). A justificativa cita também que o reajuste será para mais de 291 mil servidores, gerando um custo de R\$ 68.685.874,00.

Ao fazer a busca no site da APP-Sindicato utilizando número do Projeto 211/2013, encontrou-se a uma notícia publicada no dia 28 de maio de 2013. A matéria "Mobilizações garantem data-base de uma única vez e em junho"¹⁹ considera que "o chamado feito pelos sindicatos que compõem o Fórum das Entidades Sindicais (FES) surtiu efeito" e complementa demonstrando que diversos servidores de categorias

¹⁸ Professora Marlei Fernandes de Carvalho apud APP-SINDICATO. **Aprovado o reajuste de 5,1% para os servidores estaduais**. 22 de maio de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7837/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

¹⁹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6569/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

distintas estiveram no plenário da Assembleia Legislativa do Paraná para acompanhar a votação do projeto.

Ainda segundo a notícia, houve uma série de mobilizações desde o mês de abril demonstrando que as entidades sindicais não aceitariam o parcelamento. "O artigo quinto do projeto indicou aplicação do percentual apenas no mês subsequente a sanção da lei, retroativa a 1.º de maio". A matéria ressalta que outros avanços são necessários, especialmente em relação à questão do piso dos professores.

Apesar de garantir os 6,49% para todos os servidores estaduais, o governo ainda não encaminhou à Assembleia o projeto de lei que trata do pagamento da diferença entre o percentual da data-base e o do Piso Salarial Profissional Nacional no Paraná (7,115%). O líder do governo também afirmou à direção da APP que o governo não esqueceu do pagamento do Piso e deverá encaminhar uma solução nos próximos dias.

A notícia destaca que, em um primeiro momento, o governo sugeriu o pagamento parcelado do piso e o Conselho Estadual da APP-Sindicato indicou que a categoria entraria em jornada de luta contra, reivindicando que o piso dos professores já deveria ter sido pago em maio.

A partir da justificativa, constata-se que o valor já estava previsto no orçamento do Estado e remete ao cumprimento da lei estadual. Na notícia publicada no site da APP-Sindicato, é possível verificar que parte das demandas foi atendida pelo governo. Porém, havia uma agenda de reivindicações que ainda não fora contemplada. No entanto, o atendimento de parte das demandas demonstra um espaço de negociação com o Poder Executivo.

4.1.1.4 Projeto de Lei n.º 219/2014

O projeto foi apresentado pelo Poder Executivo no dia 21 de maio de 2014 e transformado em lei em 29 de maio de 2014. "Concede o índice geral de 6,28% nas tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias civis e militar do poder executivo do Estado do Paraná" (PL 219/14, p.1). Mais uma vez, há citação do cumprimento do artigo 27 da Constituição Estadual que institui a data de primeiro de maio para revisão dos vencimentos. Dessa vez, foi solicitado regime de urgência para tramitação e votação da mensagem. Há referência também em relação a um custo de R\$ 75.243.419 mensais, e que o aumento seria destinado a mais de 284.000

servidores. No entanto, "o aumento de despesa decorrente da implantação da revisão geral consta da previsão de despesa de pessoal do poder executivo" (p.11).

Ao fazer a busca no site da APP-Sindicato pelo número do projeto 219/2014 encontrou-se uma notícia publicada no dia 27 de maio de 2014. "Data-base: reajuste de 6,28% foi aprovado na assembleia"²⁰ indica que a direção da APP-Sindicato acompanhou a tramitação do projeto na Assembleia Legislativa do Paraná e cita que "a Lei 15.512 que instituiu a data-base, conquistada pela nossa categoria em 2007, estabeleceu a reposição no mês de maio de cada ano, tendo como base para o cálculo da inflação dos últimos 12 meses". A notícia comenta também sobre o pagamento da data-base em parcela única, e em relação ao pagamento do salário mínimo para quem recebe um valor inferior a isso, sendo que na época o salário mínimo era de R\$ 948,20.

Ao que parece, esse valor de reajuste foi interessante para o sindicato, pois a notícia não fez referência a mobilizações realizadas ou novas reivindicações nesse contexto. Ainda em relação à justificativa, há citação de que o aumento já estava previsto no orçamento do Estado e que objetivava-se o cumprimento da lei estadual que prevê o reajuste. Após esse levantamento, não foram encontrados novos resultados sobre reajuste salarial dos servidores no site da Assembleia Legislativa do Paraná.

Em referência ao reajuste de 2015, segundo informações da Agência Estadual de Notícias²¹, o governo estadual pagou, em 30 de outubro de 2015, "o aumento de 3,45% nos salários dos servidores do Poder Executivo estadual, sendo que o IPCA de 2015 ficou em 10,67%", segundo informações do IBGE.²² Ainda segundo a notícia, esse valor é referente a uma parte do reajuste que deveria ser de 13,6% até janeiro de 2016.

Ao realizar buscas relacionadas ao reajuste anual dos servidores do Paraná no site da Casa Civil, é possível encontrar o Decreto n.º 3.293 – 11 de janeiro de 2016, que "dispõe sobre a implantação da revisão geral das tabelas de vencimento básico

²⁰ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=5232/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

²¹ PARANÁ. Governo paga 3,45% do reajuste salarial dos servidores estaduais. **Agência Estadual de Notícias**, 30 out. 2015. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=86550&tit=Governo-paga-345-do-reajuste-salarial-dos-servidores-estaduais>. Acesso em: 17 jul. 2020.

²² INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 17 jul. 2020.

e de subsídio das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná". Nesse caso, foi aplicado o índice 10,67%, referente ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referente ao ano de 2015.

Em notícia publicada no site da APP-Sindicato em 8 de janeiro de 2019²³ referente a esse quesito, é possível detectar que esse foi o último reajuste até aquele momento, então não houve novas negociações nos anos de 2017 e 2018. A notícia destaca ainda: "O descumprimento das leis que garantem a aplicação do reajuste anual no salário dos(as) servidores(as) já representa uma defasagem de aproximadamente 16% no bolso dos(as) trabalhadores(as)". Para ilustrar a situação, os dados foram compilados os dados na TABELA 1, que demonstra o ano, o IPCA e o ajuste concedido pelo governo estadual:

TABELA 1 - COMPARATIVO ENTRE O IPCA E O REAJUSTE DOS SERVIDORES

ANO	IPCA (%)	REAJUSTE DOS SERVIDORES (que também se aplica aos docentes) (%)
2011	6,50	6,5
2012	5,84	5,1
2013	5,91	6,49
2014	6,41	6,28
2015	10,67	3,45
2016	6,29	10,67
2017	2,95	-
2018	3,75	-

FONTE: IBGE (2020)

A partir do que se apresentou, é possível considerar que o Paraná tem uma legislação que versa sobre o reajuste anual dos servidores, que data de 2007, mas que a partir de 2015 essa política vem sendo desmantelada, ou seja, há momentos em que o governo parcela os pagamentos, e há momentos em que esse pagamento não é mais realizado. Em algumas situações, isso não indica um ganho real, e alguns pagamentos acabam sendo postergados, deixando o governo em débito com os seus servidores. Ademais, é possível sinalizar interesses econômicos que permeiam o Estado, ou seja, a opção por não investir no aumento salarial real para os servidores também é um indício na maneira como o Governo do Estado do Paraná, naquele

²³ APP-SINDICATO. **Há três anos sem reajuste, educador(a) paranaense acumula déficit de 16% no salário.** 08 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/ha-tres-anos-sem-reajuste-educadora-paranaense-acumula-deficit-de-16-no-salario/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

momento, optou por investir o fundo público. A falta de uma política consolidada para o reajuste anual dos servidores demonstra os interesses do Governo do Estado, e a maneira como decide pelo não investimento em seus servidores.

É possível aferir que não houve, por parte do governo estadual, o interesse em garantir o bem-estar social melhores condições de trabalho, ao contrário, se optou pelas justificativas que visam equilíbrio de contas e os aspectos financeiros, desconsiderando quesitos intrínsecos ao trabalho, como um salário mais digno e que garanta a esses servidores condições para a manutenção do seu modo de vida. Há, portanto, a colonização do estado pela economia, ou seja, demarca um ponto de disputa. De um lado, o Estado que se utiliza de um discurso de equilíbrio de contas e do outro os servidores que atendem diretamente à população e que necessitam de um reajuste real para que continuem a executar seu trabalho de maneira satisfatória.

É possível aferir que, no primeiro mandato, houve melhores condições de negociação, a partir da revisão das notícias no site do sindicato. Houve, inclusive, mais condições para diálogo e até abertura para pleitear um aumento maior, o que não se percebe no segundo mandato. Nesse segundo momento, o aumento concedido foi apenas referente à inflação e houve situações de maior tensão com o sindicato e a pauta se limitou a uma exigência de um direito já adquirido, não permitindo, assim, ações para ampliação de direitos. Houve, portanto, um momento de resistência, sem abertura do diálogo para pautar novas demandas.

4.1.2 Recomposições salariais dos docentes

A segunda questão nas análises é a recomposição e equiparação salarial dos docentes, que permeia a valorização desses profissionais e que relaciona-se também à Lei do Piso, tendo sido encontrados resultados somente nos três primeiros anos de governo.

4.1.2.1 Projeto de Lei Complementar n.º 681/2011

O projeto foi apresentado no dia 29 de agosto de 2011 e "dispõe sobre equiparação do salário dos professores da rede estadual de educação básica ao dos agentes profissionais do quadro próprio do poder executivo" (PL 681/11, p.1). A justificativa comenta que esse projeto dá

[...] continuidade ao conjunto de ações desta administração estadual voltadas a uma política remuneratória de valorização dos profissionais do magistério público do Estado do Paraná, que com seu empenho e denodo são os principais responsáveis pela posição que o Estado ocupa hoje em frente aos demais, em relação ao ensino público (PL 681/11, p.7).

A justificativa comenta sobre o mérito dos professores e que, ao equiparar os salários, o governo reconhece "o comprometimento desses profissionais para com as famílias paranaenses" (PL 681/11, p.7). A justificativa está pautada, assim, no reconhecimento, por parte do governo, do trabalho dos professores.

Em relação ao site da APP-Sindicato, é possível verificar uma notícia publicada em 19 de julho de 2011 com o título "APP debate com a SEED projeto de lei de equiparação salarial".²⁴ A notícia trata da equiparação salarial dos professores e os demais servidores de nível superior e esse aumento deve ser de 5,9%. Realizou-se uma reunião entre representantes sindicais e membros do governo, buscando "corrigir a distorção de anos dos salários do magistério em relação aos demais servidores públicos do Estado que iniciam a carreira com curso superior". É possível compreender que esse projeto se refere à valorização docente devido à busca pelo aumento salarial e pela equiparação salarial dos professores em relação aos outros servidores públicos. Ainda que o projeto seja referente ao salário de diversas categorias de servidores estaduais, indica a iniciativa do Poder Executivo em atualizar os vencimentos e aumentar o ganho real.

Ao fazer a busca específica pelo número do Projeto de Lei Complementar 681/2011 no site da APP-Sindicato, encontraram-se seis resultados entre os dias 29 de agosto e 27 de setembro de 2011.

A notícia "APP convoca categoria para votação do PL da equiparação"²⁵ comenta sobre a votação que seria realizada no dia 29 de agosto e a APP-Sindicato convocava os educadores a participarem também das mobilizações de 30 de agosto:

Amanhã (30), dia de paralisação dos trabalhadores e trabalhadoras da Educação Pública do Paraná, a APP organizou uma manifestação que tem como ponto de saída a Praça Santos Andrade, em Curitiba, com destino ao Palácio das Araucárias. Lá, o governador em exercício e secretário de

²⁴ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8953/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

²⁵ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8760/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

Educação Flávio Arns irá receber uma comissão formada por representantes dos educadores.

A segunda notícia, "30 de agosto: APP é recebida por governador em exercício"²⁶, relata ter havido uma mobilização dos professores também em recordação ao 30 de agosto e que eles foram recebidos pelo então Secretário de Educação, Flávio Arns.

A terceira notícia, "Conquista do '30 de agosto': veja novas tabelas salariais"²⁷ fala da aprovação do projeto de lei que trata da equiparação salarial e explica que será aplicada

a primeira parcela de 3% (índice necessário para alcançar o valor do piso nacional instituído pelo governo e confirmado pelo STF em abril) no salário de setembro, retroativo ao mês de julho; enquanto 2,83% (o restante da primeira das quatro parcelas da equiparação negociado com o governo em março e aprovado pela categoria em assembleia) serão aplicados nos salários de outubro.

A quarta notícia, "Sobre a reposição do '30 de agosto'"²⁸ foi publicada em 13 de setembro de 2011 e comenta sobre a questão da reposição do dia 30 de agosto, destacando que

[...] a imposição da reposição foi do governo e não da APP. Nós sempre faríamos a nossa luta. A reposição é para não termos a falta que pode prejudicar nossa vida funcional, como também manter nosso compromisso com os alunos e conjuntos de educação.

A quinta notícia, "Lei da equiparação é sancionada"²⁹ foi publicada no dia 21 de setembro e comenta sobre a aprovação da lei complementar da equiparação salarial dos professores da rede estadual, sancionada pelo governador Beto Richa. Também destaca que houve avanço para os professores com essa legislação, e que as mobilizações foram essenciais para a aprovação dessa lei:

Além da sanção da primeira parcela da equiparação, o governo confirmou, na folha de setembro, o pagamento das promoções e progressões em atraso

²⁶ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8755/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

²⁷ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8737/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

²⁸ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8720/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

²⁹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8687/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

(relativas aos anos de 2009 e 2010). Segundo o governo, serão gastos cerca de R\$ 14 milhões para selar esta dívida com a categoria. Para a presidenta da APP, a pressão feita pelos educadores – inclusive com a mobilização do último dia 30 de agosto – foi fundamental para a celeridade da aprovação do projeto de lei na Assembleia Legislativa e, agora, para a sanção do governador.

A notícia revela que foi entregue ao governador do Estado um ofício apresentando uma das demandas dos servidores, correspondendo a um modelo de atendimento à saúde dos trabalhadores.

A matéria "Reajuste de 3% será pago aos aposentados em folha complementar"³⁰ foi publicada no dia 27 de setembro de 2011 e considera que a aprovação do projeto de lei complementar "foi uma vitória de todo magistério da rede estadual do Paraná".

A partir da justificativa do projeto de lei complementar, é possível aferir que a intenção da proposta teve como pano de fundo o reconhecimento da profissão docente com a equiparação salarial. Além disso, comenta sobre o impacto da atividade na sociedade em geral, exaltando os docentes. A partir das publicações no site da APP-Sindicato, é possível destacar que as mobilizações foram necessárias para pressionar o Governo do Estado, e que houve espaço para o diálogo, pois os professores tiveram suas reivindicações atendidas e foram recebidos pelo executivo para negociar.

4.1.2.2 Projeto de Lei Complementar n.º 449 de 2012

O projeto foi apresentado pelo Poder Executivo em 28 de agosto de 2012, sendo transformado em Lei Complementar n.º 150, no dia seguinte. Dispõe sobre o piso nacional dos professores da Educação Básica. Estipula um percentual de 6,66% a partir do dia primeiro de julho de 2012 e define o piso com jornada de 20 horas com salário inicial de R\$ 979,78 e R\$ 1.959,56 para 40 horas semanais. Como justificativa, o governo estadual pondera que o Ministério da Educação divulgou o aumento de 22,22% no piso nacional dos professores do dia 27 de fevereiro de 2012. Com isso, o piso nacional passou a ser de R\$ 1.451 como remuneração mínima para um professor de nível médio e jornada de 40 horas semanais. Além disso, o governador destaca

³⁰ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8666/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

que o aumento do salário dos professores também visa à equiparação salarial, e seria feito da seguinte forma: 6,66% em junho de 2012 e 6,65% em outubro de 2012.

A justificativa faz referência à Lei do Piso, como no trecho: "O MEC divulgou no dia 27/02/2012 o aumento de 22.22% no Piso Nacional dos Professores e seu valor passou a ser de R\$ 1.451,00, como remuneração mínima do professor de nível médio e jornada de 40 horas semanais" (PL 449/12, p.5). Conforme o texto, essa legislação "repercutiu nas negociações salariais com a categoria de professores, de modo se fizesse por duas parcelas" (p.6). A justificativa do projeto de lei faz referência ainda à questão da equiparação salarial:

Ressalta-se que o atendimento da Lei Federal 11.738/08, referente ao Piso Nacional dos Professores da Educação Básica, converge com o compromisso de equiparar o salário inicial dos professores da rede estadual da educação básica ao dos agentes profissionais (nível superior) do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado, essa a razão do encaminhamento do presente Anteprojeto de Lei Complementar (PL 449/12, p.6).

Ao realizar a busca no site da APP-Sindicato pela expressão "piso salarial 2012", encontrou-se uma notícia publicada no dia 31 de março de 2012³¹, que demonstra que a classe dos professores estava descontente com a postura do Governo do Estado. Na ocasião, definiu-se que seria realizada uma paralisação no dia 26 de abril. A paralisação reivindicaria o pagamento do piso retroativo desde o mês de janeiro, como define a Lei do Piso, além do pagamento de 1/3 de hora-atividade. É interessante considerar que houve uma greve estadual no dia 15 de março³², convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), reivindicando o cumprimento da Lei do Piso, a destinação de 10% do PIB para a educação e melhorias na carreira docente.

Como contraponto, em 21 de junho de 2012, foi publicada no site da APP-Sindicato, a notícia "Reunião com governo dará continuidade às negociações"³³, referindo-se a uma reunião agendada para o dia 28 de junho de 2012 com o Governo do Estado e a presença do então Secretário de Educação, Flávio Arns. A reunião teve

³¹ APP-SINDICATO. **Assembleia da APP intensifica calendário de mobilizações**. 31 de março de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7986/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

³² APP-SINDICATO. **15 de março é dia de paralisação estadual**. 23 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8145/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

³³ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7731/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

como pauta o pagamento do piso salarial profissional nacional ao magistério estadual e adequação dos planos de carreira. A pauta completa envolveu ainda questões como a liberação de faltas referentes à mobilização, ingresso por concurso público, funcionários de escolas e ajustes da gratificação dos diretores, hora-aula, entre outros temas.

Ao fazer a busca no site do sindicato pelo número do projeto, não encontraram-se resultados. Ao buscar pela expressão "piso salarial 2012", foram obtidos seis resultados. A primeira notícia, "Para a CNTE, em 2012, o PSPN vale R\$ 1.937,26"³⁴, foi publicada em 5 de janeiro de 2012 e indica que, em nível nacional, há uma tentativa de descumprimento da Lei do Piso por parte dos governos. E destaca que a luta se concentra, naquele momento, no cumprimento do que estabelece a Lei do Piso e na garantia do reajuste para o ano de 2012.

A notícia "APP lança campanha salarial no dia 31"³⁵, publicada no dia 26 de março de 2012, anuncia que seria realizada uma assembleia de mobilização no dia 31 de março a fim de discutir questões como a proposta do governo estadual sobre o piso, um terço de hora-atividade, um modelo de assistência à saúde dos servidores e reposição de um aumento real, reivindicado na greve realizada em 15 de março.

A publicação "Engodos e subterfúgios para não cumprir o piso"³⁶, de 28 de março de 2012, trata sobre o não cumprimento da Lei do Piso em nível nacional e sinaliza as diversas mobilizações realizadas pelos professores em todo o país. Convoca novamente os sindicatos filiados a se mobilizarem para o cumprimento da lei. Nesse mesmo tom, a notícia "Mobilização contra o projeto de lei que muda o reajuste do piso"³⁷, publicada no dia 4 de abril de 2012, revela terem sido mantidos os critérios para reajuste do piso para o ano de 2012, após muitas manifestações realizadas pela CNTE. Ainda assim, a nota da CNTE considera que a vitória teria sido parcial, pois gestores municipais e estaduais buscavam alterações na lei.

A notícia "Gestores e professores: sem acordo sobre reajuste do piso"³⁸ também trata sobre os impasses em nível nacional para cumprimento da Lei do Piso,

³⁴ APP-SINDICATO. **Para a CNTE, em 2012, o PSPN vale R\$ 1.937,26**. 5 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8283/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

³⁵ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8009/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

³⁶ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7998/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

³⁷ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7978/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

³⁸ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7768/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

o que pode indicar que o reajuste salarial da categoria, ainda que determinado em lei, não estaria sendo cumprido. A nota destaca: "De acordo com dados do MEC, 12 estados não pagam o piso atualmente e 17 não cumprem a carga horária mínima fora da sala de aula prevista na lei, segundo a qual pelo menos um terço da jornada deverá ser exercida em atividades extraclasse".

Em relação à situação do Paraná, publicou-se a notícia "Lei do Piso é aprovada na Assembleia"³⁹, em 29 de agosto de 2012, revelando que houve unanimidade entre os deputados para aprovação de 19,55% de aumento para os professores, o que atende à Lei do Piso e às exigências por equiparação salarial. No entanto, a nota destaca que as mobilizações continuariam para que o governo atendesse a outros compromissos assumidos, como o reajuste para os funcionários de escola, a exigência de um projeto para o plano de carreira, promoções e progressões e um sistema de saúde.

No entanto, a postura do governo não estava agradando ao sindicato. Em notícia publicada no dia 23 de julho de 2012⁴⁰, a APP-Sindicato cobra a implementação do que fora negociado, envolvendo o plano de carreira e reajuste dos servidores da educação, a nomeação dos servidores aprovados em concurso público e cargo de 40 horas para professores. Segundo a notícia, os prazos estipulados em acordo com o Governo do Estado não estavam sendo cumpridos.

Como é possível aferir com as notícias publicadas, os prazos e as reivindicações realizadas pelo sindicato não foram atendidos pelo Governo do Estado. Ainda assim, é perceptível que houve tentativas de negociação e diálogo, permitindo que os professores demonstrassem seu descontentamento. Houve uma tentativa de se chegar a um consenso. Além disso, o projeto atende a exigências da Lei do Piso e revela que esta fortalece as condições para reivindicações dos professores, que pedem o reajuste conforme a legislação aprovada em nível federal.

³⁹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7489/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

⁴⁰ APP-SINDICATO. **APP-Sindicato exige a implementação das conquistas negociadas**. 23 de julho de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7621/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

4.1.2.3 Projeto de Lei Complementar n.º 11/2013

O projeto entrou em pauta no dia 24 de junho de 2013 e se tornou a Lei Complementar n.º 158, de 17 de julho de 2013. Trata sobre o piso salarial dos professores da rede estadual em virtude do reajuste do piso nacional. A mensagem do projeto se refere ao aumento do piso nacional dos professores divulgado pelo MEC no dia 10 de janeiro de 2013, quando o salário aumentou 7,97% e passou a ser de R\$ 1.567, para professores de nível médio.

Em atendimento ao disposto na Lei Federal n.º 11.738/2008, que regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do Magistério, e ao compromisso de equiparar o salário inicial dos Professores da Rede Estadual da Educação Básica ao dos Agentes Profissionais (Nível Superior) do Quadro Próprio do Poder Executivo do Estado, o GRHS/SEED elaborou estudo de impacto financeiro a fim de contemplar a adoção dessas medidas (PL 11/13, p.13).

O projeto define que, além do reajuste de 6,49% no mês de maio, haveria um reajuste diferente de mais 0,6% para o magistério, que se relaciona com a exigência do cumprimento da Lei Federal do Piso Salarial dos Professores, e justifica:

Como o índice da revisão geral anual para todos os servidores do Estado foi estipulado em 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento) para o mês de maio de 2013, conforme Lei n.º 17.580/2013, faz-se necessário, além da revisão de 6,49% do mês de maio, um reajuste diferenciado para os professores de 0,6% (zero vírgula seis por cento), a ser pago também retroativo ao mês de maio, equivalente ao impacto mensal de R\$ 1,6 milhão (PL 11/13, p.13).

Durante a busca pelo número do projeto no site da APP-Sindicato, encontraram-se quatro resultados referentes a esse projeto. Uma notícia publicada no dia primeiro de julho de 2013⁴¹ falando sobre a sessão que aconteceria no dia 2 para votação do aumento de 0,6% do piso, que já estava atrasado, conforme a publicação. Outra notícia publicada no dia 2 de julho de 2013⁴² relatando a mobilização que houve em frente ao prédio da Assembleia Legislativa do Paraná na tarde do dia 2, o que fez com que a sessão do plenário fosse interrompida. Por fim, o projeto foi aprovado no

⁴¹ APP-SINDICATO. **PL do Piso será votado nesta terça-feira (2), na Alep.** 1.º de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6443/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁴² APP-SINDICATO. **Adiada para amanhã (3), na Alep, a votação do PL do Piso.** 02 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6440/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

dia 3 de julho de 2013, com reajuste de 0,6% nos vencimentos dos professores, e esse valor ficaria valendo a partir do mês de outubro. Em notícia publicada no dia 3 de julho⁴³, o sindicato destaca que esse aumento se refere à equiparação salarial também exigida pela categoria. Em matéria publicada no dia 10 de julho de 2013⁴⁴ o sindicato explica que houve aprovação do texto final do dia 9 de julho e a proposta ficou em 0,62% de reajuste, e mais 3,94% referente ao retroativo que seria pago a partir do mês de outubro.

Em relação a esse projeto de lei específico é possível verificar, então, a existência de um indício de valorização docente devido ao aumento salarial, também à questão de equiparação salarial com outras categorias de servidores públicos com curso superior. No entanto, é interessante perceber que a justificativa do projeto se refere principalmente ao cumprimento de uma lei federal, ou seja, o Estado estaria apenas seguindo o que define a esfera federal.

Considerando essas três legislações apresentadas, é possível verificar o esforço por parte do governo do estado em cumprir com as exigências da Lei do Piso. Desse modo, não se refere a uma iniciativa própria do Governo do Paraná, mas uma resposta a uma demanda nacional que atende às reivindicações dos professores. De 2011 a 2013, portanto, o governo do Paraná negociou com o sindicato os reajustes e equiparação do piso salarial dos docentes com outras profissões que também tem nível superior, mas isso só se efetivou devido à demanda de uma lei federal. Ainda assim, houve momentos de conflito com a APP-Sindicato, quando se estudou a possibilidade de pagamentos retroativos, por exemplo.

A falta de manutenção dos reajustes após esse período provoca defasagem nos salários dos professores, o que gera uma queda no ganho real. Relacionando as leis de manutenção do salário mínimo com a remuneração dos professores, é possível refletir se há uma política para profissionais da iniciativa privada que funciona diferente dos funcionários públicos. Ao que parece, se estabelece uma rotina na atualização dos outros profissionais da iniciativa privada, mas os servidores precisam se mobilizar frente ao poder público estadual para conseguir melhores salários.

⁴³ APP-SINDICATO. **Aprovado o PL do Piso e da última parcela da equiparação.** 03 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6435/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁴⁴ APP-SINDICATO. **Em última votação, reajuste do piso é aprovado.** 10 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6410/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

Interessante considerar que a política de recomposição salarial resulta de leis na esfera federal, mas quem tem o dever de executar essa política é, portanto, o governo estadual. Outro ponto a se ponderar é que o primeiro mandato de Beto Richa coincide com o primeiro governo de Dilma Rousseff (PT), de 2011 a 2014. Os dois, reeleitos em 2014, assumem em 2015, mas Dilma foi impedida de finalizar seu mandato. O governo Temer, a partir de 2016, encerra uma era de ampliação de investimentos em áreas sociais. Ainda que políticas de valorização docente possam ser resultados de uma política nacional e que sofreram cortes com a EC 95, no Paraná, as políticas de austeridade já despontavam ao final do ano de 2014, após as eleições.

É importante salientar que a recomposição salarial docente impacta sobre o fundo público, ou seja, há a necessidade de investimentos para que isso se efetive. Essa recomposição salarial foi resultado de muitos anos de luta dos professores em busca do reconhecimento, tanto social quanto financeiro. Parte do princípio, ainda, de que não é possível se falar em qualidade de educação sem vincular a importância da remuneração condigna para os professores, para que eles atuem na linha de frente, em sala de aula junto aos estudantes, e que sejam efetivamente reconhecidos como profissionais e não meros cuidadores, a partir de uma cultura que interpreta a escola como um depósito de crianças. A recomposição salarial é um dos temas relacionados à valorização docente e, quando efetivada, demonstra uma preocupação do governo em preservar a qualidade do serviço público, no caso, a educação. A maneira como se remunera professores e professoras pode ser um indicativo da maneira como o Estado enxerga a função social da escola.

Nesse quesito, o sindicato realizou ações para garantir o cumprimento local da legislação definida em nível nacional, acompanhando as sessões de votação. Além disso, buscou demarcar sua posição ao exigir também o pagamento dos valores retroativos. Nesse contexto, houve possibilidade de demanda pela ampliação dos direitos dos professores, sendo que as pautas não se resumiram a movimentos de resistência. O sindicato também optou por realizar mobilizações na rua, o que demonstra uma coesão dos professores em relação a essa pauta. Ademais, a mobilização na rua demonstra a força do sindicato em mobilizar, fazendo com que as pessoas se unissem, nesses momentos, em favor de uma causa coletiva.

4.1.3 Previdência

Outro tema que surge com o agrupamento dos projetos de lei é a previdência dos servidores, que sofre pressões desde o ano de 2012. Como se perceberá nas leis descritas na sequência, há nas justificativas do Governo Estadual, a defesa da redução desse direito, mediante a utilização do discurso da necessidade de redução dos gastos do estado. É preciso retomar que a previdência é uma premissa do estado de bem-estar social por garantir a manutenção dos meios de vida na velhice, momento em que as pessoas se tornam menos produtivas.

4.1.3.1 Projeto de Lei n.º 613/2012

Este projeto foi apresentado em 4 de dezembro de 2012, transformado na Lei n.º 17.435 em 21 de dezembro, e "dispõe sobre o plano de custeio e financiamento do regime de previdência do Estado do Paraná". Em um primeiro momento, criou-se um fundo de regime previdenciário próprio que visava à desoneração do Estado. No entanto, em sua justificativa, o governo salienta que, ao longo de 14 anos (desde 1998) não houve mudanças nesse regime. O objetivo, então, seria "manter o equilíbrio financeiro e atuarial" (PL 613/12, p.17). Como justificativa, o projeto citou "a necessidade da adoção de um novo plano de custeio ou a elaboração de novo cálculo atuarial". Além disso, o projeto defendeu a necessidade de revisão do plano de custeio a partir de manifestações do Tribunal de Contas do Estado.

A justificativa deixa clara a gestão dos recursos públicos: "Tal ajuste de conduta permitirá a adequada simetria entre as questões previdenciárias, inclusive as atuariais, e a realidade orçamentária e financeira do Estado – imprescindível à gestão equilibrada e responsável dos recursos públicos" (PL 613/12, p.28).

Ao buscar no site da App-Sindicato pela expressão PL n.º 613/2012, encontraram-se quatro notícias relacionadas à questão da previdência. Uma notícia publicada no dia 6 de dezembro de 2012⁴⁵ aponta que estava tramitando na Assembleia Legislativa o Projeto n.º 613/2012 sobre o financiamento da previdência. Realizou-se uma reunião no dia 3 de dezembro de 2012 com o presidente da ALEP,

⁴⁵ APP-SINDICATO. **Convocação:** novo plano de custeio da previdência já está na Alep!. 06 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7140/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

Valdir Rossoni. Na ocasião, os servidores pediram o adiamento da votação do processo, especialmente porque a questão não poderia ser votada às pressas. O Fórum das Entidades Sindicais reivindicou que:

Seja realizada uma ampla auditoria do sistema previdenciário para melhor esclarecimento e conhecimento dos atuais valores futuros; Que seja realizada mudança no regime jurídico da ParanáPrevidência; Que os Conselhos Administrativo e Financeiro tenham gestão paritária entre Estado e servidores; Que ocorra um detalhamento dos mecanismos de compensação e reciprocidade para os servidores egressos dos demais sistemas previdenciários; Que o governo pague as dívidas do antigo IPE oriundas da criação da ParanáPrevidência, bem como das contribuições devidas (APP SINDICATO, 06 dez. 2012).

Uma notícia publicada no dia 10 de dezembro⁴⁶ aponta que o projeto passou pela Comissão de Constituição e Justiça, no entanto, o deputado Tadeu Veneri pedira vistas ao projeto, adiando a sua votação. Outra notícia publicada no dia 11 de dezembro de 2012,⁴⁷ demonstrou a resistência por parte das centrais sindicais à aprovação do projeto, cuja votação fora adiada novamente devido à proposição de novas emendas.

Mais uma notícia sobre o projeto de lei foi publicada no dia 12 de dezembro⁴⁸ explicando que ele seria novamente colocado em pauta no dia 17 de dezembro. Questionou-se sobre "o impacto real que o aumento proposto para 11% da contribuição dos servidores da ativa para o ParanáPrevidência terá no seu necessário equilíbrio financeiro e atuarial". Além disso, não ficaram claros os impactos das outras medidas.

Ao final do ano de 2012, foi possível detectar um embate entre os interesses dos professores paranaenses e o Governo do Paraná, tendo em vista a realização de manifestações e reuniões para debater questões salariais. A previdência não foi um consenso, tramitou de maneira acelerada e não contou com apoio da categoria docente, tendo em vista que o projeto, na percepção da APP-Sindicato, não deixou claro os impactos ou o quanto isso afetaria nos vencimentos dos contribuintes. É preciso frisar que a proposta inicial apontou como justificativa o equilíbrio de contas do Estado,

⁴⁶ APP-SINDICATO. **CCJ pede vistas ao novo plano de custeio da previdência**. 10 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7126/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

⁴⁷ APP-SINDICATO. **PL da previdência será votado amanhã**. Convocação continua!. 11 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7117/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

⁴⁸ APP-SINDICATO. **Convocação: votação do PL da previdência será segunda-feira (17)**. 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7114/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

buscando vincular a necessidade da mudança na previdência como gestão responsável dos recursos públicos, mas mexendo em um direito dos servidores.

4.1.3.2 Projeto de Lei n.º 275/2013

O projeto entrou em pauta no dia 8 de julho de 2013 e resultou na Lei n.º 17.633, de 26 de julho daquele ano. Trata sobre o parcelamento dos débitos do Paraná com regime próprio de previdência, apresentando como justificativa que

[...] o Ministério da Previdência Social, na qualidade de agente fiscalizador dos regimes próprios de previdência social [...] estabelece critérios para realização de parcelamento de débitos dos Estados e dos Municípios perante seus respectivos regimes próprios de previdência social (PL 275/13, p.4).

Segundo o documento, o MPS permitiu o parcelamento de períodos relativos "até fevereiro de 2013 e até 60 (sessenta) prestações mensais". A justificativa é que o Estado pudesse realizar o parcelamento dos débitos "aproveitando os benefícios previstos na Portaria MPS n.º 402/2008" (PL 275/13, p.5).

Ao pesquisar pelo número do projeto no site da APP-Sindicato, encontraram-se quatro resultados entre os meses de julho e agosto de 2013. A primeira notícia, publicada em 12 de julho de 2013,⁴⁹ informou que o "Fórum das Entidades Sindicais (FES) convoca o funcionalismo estadual a participar, dias 15 e 16 de julho, em Curitiba, das mobilizações contra a aprovação do projeto de lei". Segundo a publicação, isso permitiria que o executivo parcelasse, em até 60 vezes, a dívida de 600 milhões de reais com a ParanáPrevidência. A nota também destaca que fora entregue um ofício ao Presidente da Assembleia, deputado Valdir Rossoni, demonstrando contrariedade ao projeto.

Em notícia publicada no dia 16 de julho de 2013⁵⁰, consta a aprovação do projeto. A notícia também destaca que o Governo não fizera os depósitos dos últimos seis meses que deveriam ter sido repassados ao ParanáPrevidência. Além disso, o projeto fora aprovado em regime de urgência. Na percepção da APP-Sindicato, não

⁴⁹ APP-SINDICATO. **15 e 16 de julho**: mobilização na Alep contra o PL 275/2013. 12 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6404/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁵⁰ APP-SINDICATO. **PL que parcela a dívida do governo com a PRPrevidência é aprovado**. 16 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6395/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

houve o debate necessário para o andamento deste. Essa publicação também informa que fora encaminhado um ofício, nº 18/2013, aos representantes do Legislativo Estadual, na tentativa de pressionar os parlamentares.

Outra notícia publicada no dia 11 de julho de 2013⁵¹ convocava as categorias para plantões na Assembleia Legislativa, a fim de pressionar os parlamentares. Nessa publicação também consta o Ofício n.º 18/2013, elaborado pelo Fórum das Entidades Sindicais contra a aprovação do projeto de lei, demonstrando o descontentamento com o mesmo.

Ressaltamos que essa proposta do governo, decorre do fato que nesses seis meses o problema financeiro se agravou em consequência de: – falta de recolhimento da parte patronal em, ao menos, igual valor de contribuição do servidor. – o Poder Executivo está se apropriando através de "empréstimo" ilegal de recurso do Fundo de Previdência para os outros fundos - Fundo Militar e Fundo Financeiro - totalizando em março de 2013 valor superior a 600 milhões, conforme se infere do balanço patrimonial apresentado pela ParanaPrevidência (OFÍCIO 18/2013 – APP Sindicato).

Uma notícia publicada no dia 2 de agosto de 2013⁵² relata que representantes dos Fórum das Entidades Sindicais se reuniram com a Secretaria de Administração e Previdência do Estado visando debater indicações dos servidores e a pauta iniciara justamente com o PL n.º 276/2013. A notícia demonstra a preocupação com a maneira como o governo vinha tratando a manutenção do sistema porque os processos foram aprovados às pressas, além de que o Executivo teria 60 meses para pagar uma dívida de 600 milhões de reais.

4.1.3.3 Projeto de Lei n.º 120/2014

O projeto entrou em pauta no dia 11 de março de 2014 e transformou-se na Lei n.º 18.139, em 4 de julho de 2014. Trata da destinação de recursos para as áreas da educação e saúde no Paraná. O projeto visa ao cumprimento da Lei Federal n.º 12.858, de 9 de setembro de 2013, que prevê a destinação da "compensação

⁵¹ APP-SINDICATO. **PRPrevidência**: FES quer barrar PL que parcela dívida do governo. 11 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6408/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

⁵² APP-SINDICATO. **FES se reúne com Seap para debater pauta**. 02 de agosto de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6343/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

financeira pela exploração de petróleo e gás natural" para as áreas da saúde e da educação, sendo 75% para a educação e 25% para a saúde.

A presente medida visa atender ao disposto pela supracitada Lei Federal que dispõe sobre a destinação para as Áreas de Educação e Saúde, de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal (PL 120/2014, p.3).

A justificativa aponta, ainda, a necessidade de uma "imediata apreciação e aprovação da presente proposta, para que o Estado do Paraná possa obter a parcela que lhe cabe em relação ao repasse previsto na lei" (PL 120/2014, p.3).

Ao fazer a pesquisa no site da APP-Sindicato utilizando o número da Lei Federal n.º 12.858, encontraram-se nove resultados, sendo três referentes ao ano de 2014.

A notícia "Dilma sanciona PNE e novos desafios entram em pauta"⁵³, publicada em 30 de junho de 2014, fala principalmente sobre a necessidade de aprovação de um Plano Nacional de Educação e da vinculação de verbas públicas para investimento em educação e na escola pública. Ainda estava em debate a Lei n.º 12.858, uma das reivindicações do Sistema Nacional de Educação, e pela qual se pressionava pela aprovação por parte do legislativo.

A notícia "Entidades educacionais entregarão manifesto a presidencialistas"⁵⁴, de 22 de agosto de 2014, relata que entidades entregaram aos candidatos à eleição da Presidência da República um documento reivindicando que a educação fosse um compromisso prioritário. "Entre as bandeiras está a ampliação das fontes financeiras para o cumprimento da destinação de 10% do produto interno bruto PIB a educação percentual que já está previsto no plano nacional de educação, sancionado este ano".

A notícia "Pré-sal: CNTE e Paim reúnem-se para definir aplicação de recursos"⁵⁵, publicada em 17 de novembro de 2014, no site da APP-Sindicato, trata da reunião do então Ministro da Educação, Henrique Paim, com a CNTE para debater, especialmente, a regulação da Lei n.º 12.858 que "destina parte dos recursos do fundo social do pré-sal e dos *royalties* do petróleo para educação". Outro destaque da nota

⁵³ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=5146/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

⁵⁴ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=4990/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

⁵⁵ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=4721/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

é que a CNTE organizaria a mobilização pela implantação da lei no âmbito dos Estados e Municípios, também pela implantação da Lei do Piso e carreira para os trabalhadores da educação.

Ao realizar uma nova busca no site da APP-Sindicato utilizando a expressão "petróleo", não encontraram-se mais resultados referentes ao ano de 2014. Porém, há diversas notícias publicadas nos anos anteriores demonstrando que a destinação dos *royalties* do petróleo para a educação e para a saúde já vinham de debates prévios.

A partir do que foi apresentado e comparando com o projeto de lei, é interessante perceber que, novamente o Governo do Estado atuou somente para o cumprimento de uma lei federal. Além disso, faz a sua versão estadual de outra lei, quase um ano após a sua aprovação em âmbito federal. Os debates apresentados no site da APP-Sindicato também se referem mais à realidade nacional do que propriamente à implementação do projeto no Paraná.

4.1.3.4 Projeto de Lei n.º 511/2014

O projeto, apresentado em 2 de dezembro de 2014 e transformado na Lei n.º 18.370 no dia 16 do mesmo mês, instituiu a "contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas do regime próprio de previdência social do Estado do Paraná" (PL 511/14, p.1), alterando a Lei n.º 7.435 de 21 de dezembro de 2012, que se refere ao plano de custeio do regime próprio de previdência. Este projeto se referia a uma alíquota única de 11% "sobre os proventos de aposentadoria reserva reforma e pensão que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social" (p.4). Como justificativa, o Poder Executivo citou a necessidade do equilíbrio financeiro dos recursos de previdência do Estado e, por isso, buscava a contribuição de inativos:

Tal providência é necessária, pois visa a manutenção do equilíbrio financeiro atuarial dos Fundos de Natureza Previdenciária, geridos pela PARANAPREVIDENCIA, como determina a redação do caput do art. 40 da Constituição da República, sendo que, após a Emenda 20/1998, o sistema passou a ser contributivo e solidário. Daí a necessidade de instituição da contribuição de inativos – limitados aqueles que percebem além do limite máximo do Regime Geral da Previdência Social (PL 511/14, p.4).

Durante a busca pelo número do projeto 511/2014 no site da APP-Sindicato, encontraram-se quatro resultados. A primeira notícia, de 3 de dezembro de 2014, intitulada "Richa 'presenteia' Paraná com pacote de Natal"⁵⁶ comenta sobre diversas atitudes do Governo do Estado que já demonstrariam o descontrole das contas públicas, nas palavras do sindicato. Dentre as medidas do pacote está o PL n.º 211, a partir do qual se passaria a cobrar 11% de previdência sobre os vencimentos de aposentados e pensionistas que antes não pagavam essa taxa. Além disso, o sindicato convocou uma mobilização da categoria para demonstrar o descontentamento em relação à proposta.

A notícia "Proposta de Richa quer diminuir salário dos aposentados"⁵⁷ publicada no dia 8 de dezembro de 2014, comenta que o "pacotão" fora encaminhado para votação na Assembleia Legislativa do Paraná. Para demonstrar o descontentamento,

representantes do Ministério Público, da educação pública, dos(as) militares, da saúde, policiais civis, dos servidores(as) da justiça, dos(as) agentes penitenciários(as) e dos(as) aposentados(as) participaram do debate coletivo e permanecem na Assembleia para uma entrega da carta pública, formulada a partir dos encaminhamentos desta manhã.

A notícia também cita que o documento seria entregue aos deputados, demonstrando o posicionamento contrário à proposta apresentada pelo Poder Executivo. Destaca, ainda, que, além do fim da isenção previdenciária para os inativos, o pacote também previa o aumento do Imposto sobre Circulação de Produtos e Mercadorias, além de alimentos, aumento do valor da gasolina e material escolar.

A matéria "Audiência pública: debate do PL 511/2014"⁵⁸, publicada no dia 6 de dezembro de 2014, explicou a questão do aumento da contribuição previdenciária desse grupo, destacando que haveria, em 8 de dezembro, uma audiência pública para tratar desse tema.

⁵⁶ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=4659/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

⁵⁷ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/proposta-de-richa-quer-diminuir-salario-dos-aposentados/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

⁵⁸ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/audiencia-publica-debate-do-pl-5112014/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

A última notícia "Educador(a): 'pacotação de Natal' afetará a sua vida"⁵⁹, publicada no dia 10 de dezembro de 2014 no site da APP-Sindicato, demonstra que a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou o chamado "Pacotação de Natal". Segundo a notícia, foram 13 horas de discussão e esse projeto integrava o pacote. Como resultado, aponta que esse pacote, incluindo esse projeto de lei, afetaria os servidores da educação do Paraná e finaliza: "O ano de 2014 se encerra com novos desafios à classe trabalhadora: o de fortalecer o trabalho sindical, a representatividade da categoria na tentativa de barrar os recorrentes abusos deste governo".

Ao analisar esse projeto, integrante do chamado "Pacotação de Natal" do governo Beto Richa, no final do ano de 2014, é possível detectar o discurso, por parte do governo, da busca pelo equilíbrio de contas, justificando o corte de gastos ou aumentando os rendimentos. Por outro lado, o sindicato defendia a existência de um descontrole nas contas, por isso, seria necessário aumentar a contribuição de pessoas que antes não precisavam contribuir. Nesse caso, há novamente uma demonstração de mercadorização da força de trabalho e da redução do estado de bem-estar social.

4.1.3.5 Projeto de Lei n.º 514/2014

O projeto, colocado em pauta no dia 2 de dezembro de 2014, se tornou a Lei n.º 18.372 em 16 de dezembro de 2014, institui o regime de previdência complementar no Paraná e fixa o limite para concessão de pensões e aposentadorias. Como justificativa, o Poder Executivo descreve que a lei visa "a implementação do regime de previdência complementar para os servidores públicos estaduais, viabilizando a recomposição do equilíbrio da previdência pública e garantindo sua solvência ao longo prazo" (PL 514/14, p.3). Sendo assim, a intenção é, segundo o Poder Executivo, garantir recursos para pagamento das despesas futuras. Além disso, o documento destaca que os servidores que já estão atuando não entrariam nesse modelo de previdência:

De acordo com os critérios constitucionais, não haverá prejuízos aos servidores públicos, vez que os que já ingressaram no serviço público não se

⁵⁹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/educadora-pacotaco-de-natal-afetara-sua-vida/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

submeterão ao regime complementar, e os futuros servidores ingressarão com aceitação das novas regras previamente estabelecidas, em um sistema sustentável. Vale dizer que a União e Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco já instituíram o Regime ou iniciaram o processo (PL 514/14, p.4).

A justificativa se refere principalmente ao equilíbrio de contas, para investimentos em outras áreas: "É certo supor que seu efeito reduzirá a pressão sobre os recursos públicos crescentemente alocados à previdência, permitindo recompor a capacidade de gasto público em áreas essenciais à retomada do crescimento econômico e em programas sociais" (PL 514/14, p.4).

Ao realizar a busca no site da APP-Sindicato com o número do projeto, encontrou-se um resultado publicado no dia 10 de dezembro de 2014, intitulado "Educador(a): 'Pacotaço de Natal' afetará sua vida"⁶⁰, comentando novamente sobre o "Pacotaço de Natal", do qual este projeto faz parte. Tendo em vista a proposta gerar mudanças no regime de previdência dos servidores, a APP-Sindicato se posiciona contrária. A notícia finaliza com a oposição clara do sindicato:

Durante os próximos dias, a diretoria estadual da APP-Sindicato fará um intenso trabalho para manifestar repúdio às medidas aprovadas. Ações voltadas aos(às) trabalhadores da Educação e a população em geral mostrarão o impacto das decisões do governo no cotidiano.

A partir das duas posições apresentadas, essa proposta se refere novamente à mercadorização da força de trabalho, tendo em vista que mexe com o direito de aposentados e pensionistas. E, conforme a justificativa do Poder Executivo, a tentativa seria de organizar as contas do Estado.

4.1.3.6 Projeto de Lei n.º 252/2015

O projeto foi apresentado em 7 de abril de 2015 e transformado em 30 de abril daquele ano, na Lei n.º 18.469. Trata sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento da previdência do Estado. O projeto de lei inicia a justificativa comentando sobre o histórico do modelo previdenciário paranaense, explicando que a chamada reforma da previdência, ou Emenda Constitucional n.º 20, começou em 15

⁶⁰ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/educadora-pacotaco-de-natal-afetara-sua-vida/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

de dezembro de 1998 quando o regime de previdência dos servidores passa a ser contributivo e solidário. O projeto também faz referência à Lei Federal n.º 9.717/98 que trata sobre as regras dos regimes de previdência dos servidores dos Estados. A justificativa também faz referência à Lei de Responsabilidade Fiscal, destacando o artigo 69:

O equilíbrio financeiro e atuarial alcança, inclusive, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que em seu art. 69 determina: "O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial" (PL 252/15, p.8).

Na sequência, o projeto de lei se refere novamente a questões como o "equilíbrio financeiro" e a "sustentabilidade do sistema previdenciário" como justificativa para fazer alterações nesse modelo de previdência.

Pode-se afirmar, portanto, que a busca do equilíbrio financeiro e atuarial depende de questões técnicas, que somente podem ser analisadas de acordo com as normas contábeis e atuariais, as quais têm por objetivo a sustentabilidade do sistema previdenciário, no presente e no futuro. Vale dizer, esse equilíbrio financeiro e atuarial deve ser perene (PL 252/15, p.8).

Como reflexos imediatos do projeto, a justificativa traz oito itens:

- 1 - Redução da folha mensal do fundo financeiro em aproximadamente R\$ 142,5 milhões;
- 2 - Preservação do fundo capitalizado;
- 3 - Manutenção do equilíbrio atuarial art. 40 da Constituição Federal e art. 1.º da Lei 9.7173;
- 4 - Solvência de 29 anos – dentro de um nível justificável;
- 5 - Custeio suplementar necessário a partir de 21 anos;
- 6 - Financiamento do custo suplementar amparado pelo art. 20 da Lei n.º 17.435/2012;
- 7 - Probabilidade de necessidade de ingresso de novos recursos ou aportes;
- 8 - Mantém o mesmo plano de custeio - Lei n.º 17.435/2012.

Mais ao final da justificativa, o Poder Executivo cita, principalmente, a questão do equilíbrio financeiro, considerando: "Em suma, o presente Anteprojeto de Lei almeja conciliar a manutenção do modelo de capitalização com a necessária desoneração do tesouro, de forma técnica, equilibrada e que homenageou os equilíbrios financeiros e atuariais" (PL 252/15, p.11).

Ao realizar a busca pelo número do projeto no site da APP-Sindicato, encontraram-se 27 resultados, entre os meses de fevereiro e junho de 2015. Em notícia publicada no dia 5 de fevereiro de 2015⁶¹, a APP-Sindicato convocou a categoria a enviar e-mails aos deputados demonstrando a oposição ao projeto 252/2015.

No dia 8 de abril de 2015, foram publicadas três notas comentando sobre o projeto que fora enviado à Assembleia Legislativa do Paraná. Uma das notícias⁶² (Audiência sobre previdência hoje: confira projeto enviado à Alep) apresenta o projeto e convoca para que haja debates nas escolas. A notícia "Sindicatos apresentarão emendas ao projeto de previdência"⁶³ apresenta as mudanças sugeridas pelos sindicatos. As alterações seriam demonstradas em audiência pública realizada nesse mesmo dia. A terceira matéria, publicada em 8 de abril, "Recado dado na audiência da previdência: PL não anda sem emendas!"⁶⁴, comenta como fora a votação na Assembleia Legislativa do Paraná, contando com a presença de diversos professores contrários à proposta. Além da questão da previdência, surge o tema da constituição dos Conselhos Administrativo e Fiscal do ParanáPrevidência. Segundo a notícia, o governo acatara a proposta de paridade na constituição dos conselhos, porém há um conflito quando o projeto prevê que as presidências do conselho sejam indicadas pelo governador, ao invés de ser por votação.

A notícia "APP repudia regime de urgência sobre PL da Previdência",⁶⁵ publicada no dia 15 de abril de 2015, demonstra o repúdio da APP-Sindicato em relação ao regime de urgência com que tramita o projeto de lei, e a federação das entidades sindicais considera que seria necessário mais tempo para as propostas serem debatidas.

⁶¹ APP-SINDICATO. **É hora de pressionar os(as) deputados(as) pelos nossos direitos!** 5 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/e-hora-de-pressionar-osas-deputadosas-pelos-nossos-direitos/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁶² APP-SINDICATO. **Audiência sobre previdência hoje: confira projeto enviado à Alep.** 8 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/audiencia-sobre-previdencia-hoje-confira-projeto-enviado-a-alep/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁶³ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/sindicatos-apresentarao-emendas-ao-projeto-de-previdencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁶⁴ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/recado-dado-na-audiencia-da-previdencia-pl-nao-anda-sem-emendas/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁶⁵ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-repudia-regime-de-urgencia-sobre-pl-da-previdencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

A matéria "Deputados(as), digam não ao PL da previdência!"⁶⁶, publicada em 17 de abril de 2015, comenta sobre um ofício que seria enviado aos deputados e senadores sublinhando a posição contrária da APP-Sindicato em relação ao Projeto de Lei n.º 252/2015, além de convocar os educadores a enviarem esse mesmo ofício aos deputados de sua região. Segundo o ofício enviado pelo sindicato, havia três motivos pelos quais a entidade era contrária ao projeto de lei: o primeiro referia-se à questão do regime de urgência, que não permitiria o debate; o segundo destacava a pesquisa realizada pelo sindicato, que teria interesse em apresentar aos parlamentares esse estudo; e o terceiro ponto citava que a lei não tinha autorização do Ministério da Previdência, o que, segundo o sindicato, comprometia o andamento da votação.

A notícia "FES reafirma contrariedade a projeto da previdência como está"⁶⁷, publicada no dia 22 de abril de 2015, relata ter havido uma reunião organizada pelo Fórum das Entidades Sindicais no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná. Demarca a posição contrária do sindicato em relação a esse projeto e afirma que "a exigência dos servidores é que o governo retire o projeto que restabelece o processo de negociação com as categorias", ameaçando a realização de uma paralisação.

A notícia "PL da previdência passa pela CCJ e vai para comissão de finanças"⁶⁸, publicada no dia 23 de abril de 2015, explica que houve aprovação do projeto na Comissão de Constituição e Justiça e demonstra que haveria interesse dos deputados também na continuidade do andamento do processo em regime de urgência.

A matéria "APP proporá retomada da greve"⁶⁹, publicada no dia 24 de abril de 2015, explica que houve diversos debates com educadores no Conselho Estadual e um dos encaminhamentos fora a proposta de greve da categoria para a semana seguinte. A notícia destaca: "os trabalhadores do Estado do Paraná têm enfrentado, desde o final do ano passado, um período atípico, em que, graças à greve geral realizada em fevereiro e março, impediu muitos retrocessos em direitos já conquistados". Essa reunião também abordou outros temas como a data-base e o piso nacional, a luta pelo

⁶⁶ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/deputadosas-digam-nao-ao-pl-da-previdencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁶⁷ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/fes-reafirma-contrariedade-a-projeto-da-previdencia-como-esta/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁶⁸ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/pl-da-previdencia-passa-pela-ccj-e-vai-para-comissao-de-financas/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁶⁹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-propora-retomada-da-greve/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

pagamento de PSS conforme a titulação do concurso público, além de outros temas também relacionados à defesa da educação e da escola pública.

A notícia "É greve: formigueiro se agita de novo!"⁷⁰, publicada no dia 25 de abril de 2015, tratou sobre a retomada da greve que começaria na segunda-feira, dia 27 de abril, e que reuniria também professores e funcionários de escola do interior do Paraná. Além da temática do projeto, aparecem outras reivindicações como a data-base, piso nacional, a saúde, o porte das escolas, a questão do PSS, concurso público, o enquadramento dos aposentados ao nível 2 da carreira e a ampliação da hora-atividade.

A matéria "Ocupação no Centro Cívico: categoria vai para o embate!"⁷¹ relata que professores, funcionários de escolas e outros servidores estavam em frente à ALEP para protestar sobre o projeto de lei, e demonstra que a votação estava acontecendo a portas fechadas.

A notícia "Retira ou Rejeita! Educadores não aceitarão PL da Previdência"⁷², publicada no dia 28 de abril de 2015, demonstra a posição dos educadores contrários ao Governo do Estado e as alterações na ParanáPrevidência. Comenta sobre o segundo dia de mobilização na Assembleia Legislativa do Paraná, e que houve uma vitória para o lado dos professores, pois a decisão do Supremo Tribunal de Justiça garante a participação nas sessões da votação do projeto 252/2015. A notícia trata também sobre o confronto direto com a tropa de choque e a tentativa do então Secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, de impedir a permanência dos educadores ao redor da assembleia.

Uma notícia publicada no dia 29 de abril de 2015 "Hoje é dia 'D' votação da ParanáPrevidência"⁷³ demonstra que os trabalhadores da educação estavam reunidos no Centro Cívico de Curitiba e que haviam feito uma vigília durante a madrugada do dia 28 para o dia 29, demarcando a sua posição contrária ao projeto da previdência.

⁷⁰ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/e-greve-formigueiro-se-agita-de-novo/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁷¹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/ocupacao-no-centro-civico-categoria-vai-para-o-embate/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁷² Disponível em: <https://appsindicato.org.br/retira-ou-rejeita-educadores-nao-aceitarao-pl-da-previdencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁷³ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/hoje-e-dia-d-votacao-da-paranaprevidencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

Ainda no dia 29 de abril de 2015, quando houve confronto com a polícia referente à aprovação do projeto da alteração da Paraná Previdência, foram publicadas duas notícias no site do sindicato. Uma delas, "Nota de Repúdio da direção da APP-Sindicato"⁷⁴ relata sobre a nota de repúdio relacionada à maneira como o Governo do Paraná tratou a categoria de professores. A notícia cita, por exemplo, o deslocamento de centenas de policiais para a capital do Paraná com o objetivo de garantir a continuidade da votação do projeto na Assembleia Legislativa e revela ter havido truculência das forças policiais em relação aos professores.

A outra matéria, "Após aprovação do PL 252, Comando avaliará próximos passos"⁷⁵ destaca que o "comando estadual de greve se reunirá na sede da entidade, em Curitiba, para avaliar a conjuntura e definir os próximos passos da luta", indicando que novas ações contrárias ao projeto deveriam ser organizadas na sequência.

No dia 5 de maio, foram publicadas duas notícias referentes ao 29 de abril. A primeira, "Sociedade se une contra violência e pela democracia"⁷⁶ comenta sobre o "ato nacional organizado pela APP-Sindicato que saiu da Praça 19 de Dezembro e seguiu em marcha até o Centro Cívico de Curitiba", tendo reunido mais de 20 mil pessoas. O ato demonstra a posição contrária dos educadores em relação à postura do Governo do Estado, bem como um protesto contra a aprovação do Projeto de Lei n.º 252/2015. Ainda segundo a notícia, o ato reuniu professores do Paraná, demais servidores estaduais e de outros Estados, além de outros movimentos sociais – lembrando também que, na época, o governo de Minas Gerais atuara com truculência em relação aos professores daquele estado. A outra notícia "Maioria votou e definiu: a greve da educação continua!"⁷⁷ relata a reunião de mais de 10.000 professores e funcionários de escola que estavam no Estádio de Futebol Dorival Brito, na Vila Capanema. Em assembleia, decidiram que a greve continuaria por tempo indeterminado. Dentre as deliberações da assembleia estavam: a continuidade da greve, lutas pela data-base, reivindicação pelo piso salarial, ingresso por concurso

⁷⁴ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/nota-de-repudio-da-direcao-da-app-sindicato-2/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁷⁵ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/apos-aprovacao-do-pl-252-comando-avaliara-proximos-passos/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

⁷⁶ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/sociedade-se-une-contra-a-violencia-e-pela-democracia/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁷⁷ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/maioria-votou-e-definiu-a-greve-da-educacao-continua-2/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

público e de melhores condições de trabalho, entre outras. Há, ainda, a intenção de pressionar para a punição dos responsáveis pelo massacre do dia 29 de abril em um ato conjunto com outras categorias, além de atos regionais.

No dia 12 de maio de 2015, publicou-se a notícia "Para Ministério da Previdência, lei aprovada é irregular"⁷⁸, que traz o Parecer Técnico n.º 11/2015 elaborado pelo Ministério da Previdência. O documento indica que não houve tempo para a Secretaria de Políticas de Previdência Social analisar o projeto aprovado. Ainda, segundo a matéria, "o projeto tornou irregular o regime de previdência dos servidores, pois coloca em risco o equilíbrio financeiro e atuarial dos fundos".

A notícia "A luta continua! Nesta quinta (14), atos na Sefa e na Receita", publicada no dia 13 de maio de 2015, demarca novamente a posição dos professores contra as medidas tomadas pelo Governo do Estado e convoca educadores para a realização de um ato público em frente à Delegacia da Receita Estadual do Paraná. A notícia também destaca que a reunião entre o Governo do Estado e o Fórum das Entidades Sindicais não apresentou nenhum resultado satisfatório e o governo defendeu que o futuro das negociações estaria dependendo somente da Secretaria de Estado da Fazenda.

A notícia "Mãos ao alto: governo saca R\$ 500 milhões da previdência"⁷⁹, publicada em 18 de maio de 2015, explica que o Governo do Paraná sacou 500 milhões do caixa do Fundo Previdenciário do Paraná/Previdência. O Secretário da Fazenda da época, Mauro Ricardo Costa, havia anunciado que não seriam feitos saques. No entanto, o governo sacou o que mantinha desde janeiro, segundo a publicação. Além disso, há indignação contida na nota demonstrando que, além do massacre aos servidores, houve aprovação do projeto de lei permitindo autonomia ao Governo do Estado para mexer nos Fundos de Previdência e Aposentadoria dos servidores.

No dia 20 de julho, publicou-se novamente a notícia "Maioria votou e definiu: a greve da Educação continua!"⁸⁰, complementando que a APP-Sindicato decidiu criar o chamado Comitê de Direitos Humanos 29 de abril, para acompanhar a apuração

⁷⁸ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/para-ministerio-da-previdencia-lei-aprovada-e-irregular/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁷⁹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/maos-ao-alto-governo-saca-r-500-milhoes-da-previdencia/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁸⁰ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/maioria-votou-e-definiu-a-greve-da-educacao-continua/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

dos desdobramentos e buscar a responsabilização pela violência naquela ocasião. Também, responsabilizando-se pelo encaminhamento de denúncias ao Ministério da Justiça a Procuradoria-Geral da União e Secretaria Nacional dos Direitos Humanos.

A matéria "Dia 29 de abril de 2015 não será esquecido, ações da APP seguem na Justiça do Paraná"⁸¹, publicada em 14 de março de 2017, revela que a APP-Sindicato ainda estava fazendo ações contra o que houve no dia 29 de abril de 2015. Segundo a matéria, havia 200 ações judiciais contra o Estado e algumas decisões já favoráveis às vítimas.

Além disso,

[...] foram encaminhados(as) 109 servidores(as) que sofreram lesão corporal grave, média ou leve para a autoridade policial civil do 3.º Distrito, e que representaram contra o então governador do Estado, Carlos Alberto Richa (PSDB), e o ex-secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Fernando Destito Francischini. Todos os casos foram acompanhados de perto pela APP-Sindicato, desde o momento da perícia no Instituto Médico Legal (IML). Esses casos se encontram na fase de instrução e investigação.

A notícia também destaca que uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5350/15) , elaborada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em conjunto com a APP-Sindicato, Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado e outros seis sindicatos, foram protocolada no Supremo Tribunal Federal. A defesa utilizada foi de que a lei aprovada viola o princípio de contributividade previsto pela Constituição Federal.

No dia 18 de março de 2018, publicou-se a notícia "Governo Richa promove um rombo na ParanáPrevidência", ⁸² a qual retoma a questão do Projeto de Lei n.º 252/2015 e revela que, após três anos da aprovação, já havia sido descapitalizado do fundo de previdência 6,1 milhões de reais. Além disso, a notícia indica que a contrapartida patronal de inativos e pensionistas não estaria sendo feita, ou seja, o Estado estaria deixando de pagar 304 milhões de reais para o fundo. Ainda, considera que a taxa de administração devida ao fundo seria de 89 milhões de reais, além de outros créditos, que somariam, naquela data, 160 milhões de reais.

⁸¹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/dia-29-de-abril-de-2015-nao-sera-esquecido-acoes-da-app-seguem-na-justica-do-parana/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁸² Disponível em: <https://appsindicato.org.br/governo-richa-promove-um-rombo-na-paranaprevidencia/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

A partir do que foi apresentado, é possível constatar que o projeto é polêmico e, aprovado em regime de urgência, acabou prejudicando a previdência dos servidores do Estado do Paraná. Além disso, sua aprovação ocorreu mediante a utilização de força desproporcional pela polícia e resultou em diversos feridos, criando uma repercussão negativa sobre a relação do Governo do Estado com os servidores públicos, em especial, os professores. Como utilizou-se de força física, é possível considerar que todas as possibilidades de diálogo foram esgotadas, resultando no silenciamento de uma parte diretamente afetada pelo projeto.

Ao revisar os projetos apresentados pelo Poder Executivo que podem ser agrupados na temática da previdência dos servidores públicos, considerando a garantia da previdência como um indicador da valorização docente, pois está pautada na manutenção de direitos dos trabalhadores e nas garantias futuras de continuidade de uma renda, é possível verificar um desmonte desse direito desde 2012. Isso se acentua em 2014, quando se estipulam diversas leis que visam reduzir os gastos do Estado com a previdência social. Há momentos em que o Estado sugere um plano de custeio, como em 2012, mas há outros em que as políticas se tornam mais severas, como em 2014, quando se limita a concessão de pensões e aposentadorias.

A justificativa, nesses casos, é pelo equilíbrio financeiro das contas do Estado, retomando aqui a ideia do "estado falido", definido por Oliveira (1999) e citado no capítulo anterior. Ou seja, se justifica a retirada de um direito em nome do equilíbrio das contas estaduais. Em 2015, no entanto, isso parece se consumir, quando se reestrutura o plano de custeio e financiamento da previdência, novamente em nome da saúde financeira. Esse projeto de 2015 foi polêmico, votado em regime de urgência, não possibilitou o efetivo diálogo entre governo e sociedade civil organizada. Há, portanto, a intenção de se justificar a retirada de direitos a partir da necessidade de equilíbrio de contas do Estado, demonstrando também a falta de preocupação do Estado com os seus servidores.

É possível destacar, portanto, que o Paraná adotou medidas de austeridade anteriores às iniciativas em âmbito nacional. Ao se observar a questão da previdência, por exemplo, é necessário considerar que as políticas de austeridade federais começam a partir de 2016, impulsionando a redução com investimentos na área social e não permitindo o aumento da despesa com pessoal. Desse modo, se impede a concessão de novos benefícios, especialmente para os servidores das áreas de educação, saúde e assistência social. A falta de investimentos na previdência pode

trazer impactos a longo prazo e é um problema urgente para ser enfrentado, que pode levar a uma carência de recursos no futuro, especialmente com a redução das contratações de servidores via concurso público, pois haverá muitos profissionais se aposentando e um número menor na ativa para sustentar esse sistema, que é um princípio de solidariedade social. Além de prejudicar a oferta de um serviço público para a população, por falta de pessoal. Isso se afasta dos princípios do bem-estar social descritos no capítulo anterior, considerando Esping-Andersen (1991), pois é no momento da aposentadoria que os profissionais dependem mais dos recursos disponibilizados pelo Estado do que das suas próprias condições de trabalho. Isso inviabiliza o acesso ao bem-estar social.

Ao se considerar a posição do sindicato em relação a essa temática, é possível destacar que foram realizadas diversas ações e utilizadas diferentes estratégias para evitar que as votações tivessem continuidade. Dentre as ações, ressalta-se o envio de ofícios e cartas aos deputados demarcando a posição contrária à aprovação dos projetos que modificavam a previdência, além do acompanhamento da votação na ALEP e manifestações nas ruas. No entanto, nesse aspecto, infere-se que não houve condições de debate com o Executivo, pois o movimento foi sempre no sentido de resistência.

É importante considerar que os servidores públicos, no caso os professores, conseguem se mobilizar para reivindicar direitos ou demarcar a sua posição contrária ao governo, o que se deve também ao modelo de contrato, via concurso público, que permite que os professores se manifestem contrários ao governo. Retomando Supiot (2005), o serviço público deve ser valorizado nesse aspecto, pois não tem um modelo de contrato de trabalho que torna o trabalhador refém do seu emprego. Os servidores estão prestando serviços como concursados do Estado para a população, e não para agradar ao governo da vez.

Em relação ao 29 de Abril, é possível aferir que o diálogo entre os professores e o Executivo foi completamente impossibilitado, pois as manifestações foram contidas com violência. Porém, os professores estavam unidos nesse momento, tanto que as assembleias coletivas realizadas para decidir os próximos passos estavam sempre cheias, inclusive, quando realizou-se a Assembleia Geral no Estádio. Uma ação importante e que deu visibilidade para a situação foi a Ocupação da Assembleia, ganhando, inclusive, os holofotes da mídia. Foram ações realizadas a fim de pressionar o poder público e, até mesmo, sensibilizar a opinião pública a respeito da

situação dos educadores. No entanto, nesse momento, fica claro que as possibilidades de negociações estavam acabadas. O sindicato tentou diversas estratégias para atuação, mas o governo teve uma atitude autoritária, e os deputados deram sequência à votação sem considerar o outro lado, apoiando o Executivo.

4.1.4 Hora-atividade

Em relação a essa temática, só foi encontrado um projeto de lei, em um período eleitoral e que coincide com a busca pela reeleição, lembrando que a hora-atividade é uma questão relacionada à valorização docente e é pauta de disputa com o poder público de longa data. Ademais, é uma situação que acompanha a conjuntura nacional do cumprimento da Lei do Piso.

4.1.4.1 Projeto de Lei Complementar n.º 10/2014

O projeto entrou em pauta em 2 de julho de 2014, sendo transformado em Lei Complementar n.º 174 no dia seguinte. "Concede a implantação da complementação da hora-atividade aos integrantes do cargo de professor no exercício da docência da rede estadual" (PL 10/14, p.11). Prevê, no mínimo, um terço sobre uma hora-atividade aos professores. Como justificativa, o Poder Executivo descreve que:

O presente Anteprojeto de Lei atende ao disposto em Ata de Reunião que contou com a participação de representantes da Secretaria de Estado da Educação, da Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, da Secretaria de Estado da Fazenda, do Gabinete do Governador e Representantes da APP Sindicato (PL 10/14, p.11).

Nesse sentido, é possível aferir que esse projeto de lei derivou de uma discussão entre o Poder Executivo e APP-Sindicato, e que o que foi atingido é resultado de um debate coletivo.

Ao fazer a pesquisa no site da APP-Sindicato pela expressão "PL complementar n.º 10/2014", obtiveram-se dois resultados, sendo um do dia 2 de julho de 2014. A notícia "Hora-atividade agora é para valer!"⁸³ descreve a aprovação da

⁸³ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=5134/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

proposta de um terço da hora-atividade na Assembleia Legislativa do Paraná, passando a valer a partir do dia 1.º de agosto de 2014, envolvendo

o pagamento da porcentagem sobre uma hora aula de agosto a dezembro deste ano. A partir do primeiro dia do ano letivo de 2015, a implementação será definitiva na jornada, chegando a 35% de carga horária destinada a preparação das aulas, cursos, formações, etc.

Segundo a notícia publicada no site da APP-Sindicato, a proposta da porcentagem de hora-atividade corresponderia a uma reivindicação antiga da categoria. Além disso, houve diversas mobilizações para que a hora- aula fosse considerada uma hora-relógio, como o governo defendia. A notícia destaca uma mobilização da categoria para implementar a campanha chamada "Hora-atividade para valer", e os estudantes seriam dispensados mais cedo para que os professores pudessem realizar a hora-atividade. Essa medida foi aprovada no dia 14 de dezembro de 2013 na assembleia estadual. A nota destaca, ainda, que:

[...] a ação foi intensa e incomodou o governo, que tentou de várias maneiras boicotar a campanha com medida judicial, colocando a APP-Sindicato sob pena de multa diária. Mas, mais uma vez, a categoria mostrou que pedia apenas o que é direito e o juiz da 3.ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba, Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira, indeferiu o pedido de liminar.

Essa justificativa se refere à Lei Nacional do Piso e deve ser respeitada. Pela lei, professores com carga horária de 20 horas semanais terão 13 horas de regência e 7 horas de atividades; e para os professores que atuam 40 horas semanais serão 26 de regência e 14 de atividades.

A Secretaria de Estado da Educação do Paraná publicou, em 16 de janeiro de 2017, a Resolução n.º 113/2017, que “regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores”. O documento alterou a quantidade de horas-atividades a que os professores têm direito, causando novos embates entre o sindicato e o poder público. Além disso, a resolução destaca que as horas-atividades devem ser desenvolvidas no local em que o professor trabalha, e no mesmo turno para o qual está contratado. Outra questão polêmica desta resolução é que o afastamento por licenças interferiu na classificação dos docentes para a divisão das aulas. O documento descreve, em seu artigo 39, que:

não serão atribuídas aulas extraordinárias e/ou acréscimo de jornada aos professores efetivos que (...) estejam em licenças concedidas, afastados temporariamente de função e afastados definitivamente de função, no(s) cargo(s) que detêm (...) tiveram Afastamentos de Função e/ou para Tratamento de Saúde, por período igual ou superior a 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, durante o ano de 2016, sem que apresente laudo médico emitido pela Coordenadoria de Segurança e Saúde Ocupacional – CSO (DIMS). (SEED, 2017).

Como consequência dessa resolução, professores que, anteriormente, conseguiam dobrar a carga horária ao assumir aulas especiais, não conseguiram fazer isso no ano letivo de 2017. Em 2018, a medida se manteve, com a diferença que o período de licenças foi ampliado de 30 para 60 dias. Isso prejudica as atividades docentes, se apresentando ainda como uma medida que também impede o acesso à saúde, pois desconta dos vencimentos dos professores os dias que eles precisaram se afastar por questões de saúde. Nessa concepção, o trabalho é mercadorizado, e pode até acentuar situações de insalubridade.

A partir da comparação entre o projeto de lei e a publicação do sindicato, é possível perceber que o governo estadual estava apenas cumprindo o que já rege a Lei do Piso e que houve, portanto, algo favorável à categoria docente visando, sim, à desmercadorização do trabalho. No entanto, não fez nada além do que a legislação federal já exigia. Nesse ano, houve o atendimento a uma demanda dos docentes, mas essa questão continua sempre em debate, devido à realidade do chão de escola, e nem sempre os profissionais docentes conseguem ter esse direito, da reserva de horas para atividades, garantido.

Esse tema volta à tona em 2017, quando a Secretaria de Estado da Educação "regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores", por meio da Resolução n.º 113/2017. O sindicato era contrário à medida que transforma a hora-aula em hora-relógio. Como resultado da resolução, consta no site da APP-Sindicato⁸⁴:

Ocorre a diminuição da hora-atividade, que acarreta menos tempo para atividades extraclasse, pune educadores(as) que adoeceram e os(as) que tiveram licenças legais no ano de 2016. Os(as) professores(as) contratados(as)

⁸⁴ APP-SINDICATO. **Governo Beto Richa**: oito anos de ataques contra a educação pública. 29 de abril de 2018. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/governo-beto-richa-oito-anos-de-ataques-contra-a-educacao-publica/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

pelo PSS ficam sem aulas, gerando, em um primeiro momento, o desemprego de mais de 10 mil profissionais.

Desse modo, o governo estadual determina, em um primeiro momento, o cumprimento da Lei do Piso. No entanto, no segundo mandato, há um conflito e uma mudança de postura, pois o governo tenta considerar a hora-relógio, fazendo com que os professores permaneçam mais tempo em sala de aula e, conseqüentemente, que não se faça necessário a contratação de mais profissionais.

A questão da hora-atividade também traz à tona nuances da profissão docente que são decisivas e características dessa. O trabalho de correção de atividades, pesquisa e elaboração de aulas é, muitas vezes, desconsiderado pela sociedade em geral e pelo poder público. O trabalho do professor nesse sentido não se limita ao tempo em sala de aula, mas compõe-se também de toda uma preparação para para ministrar essas aulas, conforme demonstraram Tardif e Raymond (2000). A reserva desse período da hora-atividade é necessária para que os professores consigam estar em sala de aula efetivamente no processo de ensino e aprendizagem e reservem esse tempo fora da sala de aula para refletir sobre como tornar esse processo mais adequado conforme cada turma. Não é possível ministrar uma aula e, ao mesmo tempo, corrigir provas, por exemplo.

4.1.5 Gestão da educação

Nesse conjunto são apresentados projetos que se referem à gestão da educação, que também se desdobra num nicho de disputa entre a APP-Sindicato e Governo do Paraná, especialmente quando há a intenção do governo em alterar as eleições para diretores de escola, uma pauta que foi muito criticada pelo sindicato, pois tornaria os cargos de diretores de escola uma fonte de apoio ao governo e não uma escolha da própria comunidade escolar. É preciso citar que, no levantamento de dados da pesquisa exploratória, localizou-se o Projeto de Lei n.º 512/2014, que trata sobre a criação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional – FUNDEPAR. No entanto, dado ao recorte realizado nesta dissertação para olhar as políticas, não se justifica se debruçar sobre isso, que traria um problema diferente de análise.

4.1.5.1 Projeto de Lei n.º 377/2015

O projeto, que trata sobre o Plano Estadual de Educação, entrou em pauta no dia 18 de maio de 2015 e se transformou na Lei n.º 18.492 em 24 de junho de 2015.. Segundo a justificativa do Poder Executivo,

[...] a existência do mesmo contribui significativamente para que os diversos setores da sociedade enfrentem os desafios educativos da próxima década, ampliem e melhorem a qualidade da educação, aprofundem a formação em valores e propiciem a modernização institucional do setor educativo (PL 377/15, p.7).

A justificativa cita a criação do Plano Nacional de Educação, indicando novamente a elaboração de uma política no Paraná a partir de uma política adotada pela União:

Após a publicação da Emenda Constitucional n.º 59/2009 e da Lei Federal n.º 13.005, de 2014, que instituiu o Plano Nacional de Educação, o Estado do Paraná construiu um plano decenal de Educação a partir do entendimento de que esta é uma responsabilidade não só dos educadores e sim de todos os âmbitos da sociedade, os quais reconhecem o complexo e as particularidades da construção de um Plano de Educação, que reúne e orienta objetivos comuns para discentes, docentes, escolas e famílias (PL 377/15, p.7).

O documento também destaca que a elaboração do plano contou com a participação de diversos sujeitos em diferentes municípios, expressando interesses coletivos sociais. Além disso, o projeto de lei descreve a realização do plano a partir do diálogo e da escuta de diversas vozes que trazem diferentes perspectivas e realidades: "O PEE-PR busca interpretações e traduções fidedignas das conquistas e desafios da educação em seus diversos espaços, por meio do envolvimento de sujeitos que atuam nos segmentos educacionais e setores da sociedade envolvidos com a educação" (PL 377/15, p.8).

Ao fazer a busca no site da APP-Sindicato pela expressão "PL 377/2015", encontraram-se três resultados entre os meses de maio e junho de 2015. A primeira notícia, publicada em 21 de maio de 2015, com o título "Audiência pública debaterá

Plano Estadual de Educação",⁸⁵ informa sobre uma audiência pública que seria realizada no dia 25 de maio no Plenarinho da Assembleia Legislativa a fim de debater o Plano Estadual de Educação. A ideia era que os professores e demais servidores apresentassem aos deputados as emendas interessantes para a categoria, a fim de contribuir para a elaboração do documento.

A segunda notícia foi publicada em 23 de junho de 2015 com título "OAB-PR repudia supressão de gênero do PEE e PME".⁸⁶ Segundo informações, a Ordem dos Advogados do Brasil-Paraná questionou a retirada dos termos "gênero", "diversidade sexual" e "orientação sexual" dos textos do plano. Reitera que as temáticas de gênero contribuem para a inclusão social e, com a retirada dos termos, poderia haver empecilhos para o acolhimento dos alunos no ambiente escolar. Essa notícia traz a nota da OAB-PR na íntegra.

A terceira notícia foi publicada em 12 de junho de 2015, com o título "Na segunda (15): audiência pública sobre o PEE na Alep"⁸⁷ e trata sobre a audiência pública promovida pela Comissão de Educação da Assembleia Legislativa que seria realizada no dia 15 de junho. Nessa notícia consta que a "APP-Sindicato foi contrária ao calendário e metodologia propostos pela Secretaria de Estado da Educação (Seed), por conta do curto período disponibilizado, que não garantiu um amplo debate". Segundo a notícia, a proposta, como estava, não fora aprovada pelo Fórum Estadual de Educação.

Ao realizar a busca no site da APP-Sindicato pela expressão "Plano Estadual de Educação", aparecem diversos resultados. Se forem observados os relativos ao ano de 2015, encontraram-se mais sete notícias que se referem ao plano. A notícia "Funcionários(as) na construção dos planos de educação"⁸⁸ foi desconsiderada, pois trata sobre o plano no Estado de Santa Catarina.

⁸⁵ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/audiencia-publica-debatera-plano-estadual-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

⁸⁶ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/oab-pr-repudia-supressao-de-genero-do-pee-e-pme/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

⁸⁷ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/na-segunda-15-audiencia-publica-sobre-o-pee-na-alep/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

⁸⁸ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/funcionariosas-na-construcao-dos-planos-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

Em 28 de março de 2015 foi publicada a notícia "Seminário debate planos municipais de educação no Paraná".⁸⁹ A matéria trata sobre as atividades do Seminário Estadual realizado em Curitiba com a participação de cerca de 200 educadores que se reuniram para elaborar os Planos Municipais de Educação. Há outra notícia (Seminário discute elaboração dos Planos Municipais de Educação) sobre o mesmo tema, publicada em 26 de março de 2015.⁹⁰

A notícia "Retrocesso marca votação do Plano Estadual de Educação"⁹¹ foi publicada em 22 de junho de 2015 e destaca que o processo de construção do plano estadual foi "antidemocrático" e "centralizador", nas palavras do próprio sindicato. A matéria demonstra, ainda, que não houve uma conferência para o debate dessa lei e que, todos os envolvidos, como estudantes, responsáveis e comunidade, bem como os professores, precisaram realizar debates paralelos para construir suas contribuições no texto e muitas não foram acolhidas. A publicação destaca que o debate se deslocou somente para temáticas de ideologia de gênero nas escolas e questões como a valorização profissional, a formação inicial e continuada e a proteção de crianças e adolescentes ficaram de fora. A notícia indica ainda que:

O Paraná, provavelmente, será o único Estado desta federação, que não fará previsão de ampliação orçamentária para atingir as metas e estratégias. Aumentou-se a demanda de atendimento do Estado, mas será mantido o mesmo percentual de recurso de hoje, que já se mostra insuficiente para as demandas atuais, imagina os próximos dez anos.

A notícia "Plano Estadual de Educação: audiência pública debate diversidade"⁹² comenta sobre a audiência realizada naquele mesmo dia no Plenarinho da Assembleia Legislativa, sendo a quarta realizada para debater as propostas do plano. Há o entendimento de que questões relacionadas a gênero devem ser incluídas nesse plano para que mais estudantes sejam contemplados.

⁸⁹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/seminario-debate-planos-municipais-de-educacao-no-parana/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁹⁰ APP-SINDICATO. **Seminário discute elaboração dos planos municipais de educação**. 26 de março de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/seminario-discute-elaboracao-dos-planos-municipais-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁹¹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/retrocesso-marca-a-votacao-do-plano-estadual-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁹² Disponível em: <https://appsindicato.org.br/plano-estadual-de-educacao-audiencia-publica-debate-diversidade/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

A notícia "APP apresenta emendas para o Plano Estadual de Educação",⁹³ publicada no dia 25 de maio de 2015, demonstra que representantes do sindicato estavam na assembleia para debate do Plano Estadual de Educação. Na opinião do presidente da APP-Sindicato, Hermes Leão, o debate deveria ter sido feito antes e com mais tempo. Ainda assim, o sindicato estava participando a fim de contribuir no estabelecimento de metas para a educação paranaense.

A publicação de 20 de abril de 2015, "Plano Estadual de Educação: audiências regionais e estadual"⁹⁴ revela que as audiências regionais aconteceram em 32 Núcleos Regionais de Educação, em 23 de abril daquele ano. A notícia aponta que a APP-Sindicato foi novamente contrária ao calendário estabelecido pelo poder executivo. No entanto, convocou os trabalhadores da educação a participarem das audiências regionais e que lessem o documento a fim de contribuir na sua elaboração. A audiência estadual seria realizada no dia 27 de abril em Curitiba.

Ao fazer a comparação entre o projeto de lei apresentado e as notícias relacionadas a ele é possível compreender que houve embate novamente entre o Governo do Estado e o sindicato. Nesse momento, aparece que os conteúdos suprimidos do plano, segundo a OAB-PR, não promoviam a inclusão de todos os estudantes. Além disso, o sindicato questionou a rapidez com que o governo desejava a aprovação desse plano, não permitindo o diálogo amplo com a sociedade. Ao mesmo tempo em que o projeto justifica que houve debates com a sociedade, o sindicato sinalizou o contrário.

⁹³ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-apresenta-emendas-para-plano-estadual-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁹⁴ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/plano-estadual-de-educacao-audiencias-regionais-e-estadual/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

4.1.5.2 Projeto de Lei n.º 478/2015

Dá nova redação à Lei n.º 11.970 de 19 de dezembro de 1997, que instituiu o ParanáEducação. O projeto justifica a proposta apresentando atualizações de lei do Código Civil como o artigo 4.º que preconiza que o ParanáEducação se vincula à Secretaria de Educação em regime de cooperação. A justificativa do projeto foi a regularização dessa situação. O projeto visa à mudança na lei que define que o superintendente do ParanáEducação é o Secretário de Estado da Educação,

Esta ordenação legal cria uma situação inusitada, pois o Secretário de Estado da Educação assume duas funções diametralmente opostas que são: ser, ao mesmo tempo, no contexto do Contrato de Gestão, contratante, e representante do Governo do Estado, e contratado, como Superintendente PARANAEDUCAÇÃO, abalando o conceito subjetivo de um contrato.

Ao fazer a busca no site da APP-Sindicato com o número do projeto, não foram encontrados resultados. Ao refazer a pesquisa utilizando o verbete "ParanáEducação", encontraram-se oito resultados que se referem ao ano de 2015. No entanto, as notícias não tratam sobre o cargo no ParanáEducação, mas sobre as reuniões que foram realizadas entre a APP-Sindicato, representantes da ParanáEducação e Ministério Público do Trabalho para garantia dos contratos dos funcionários de escola que foram firmados entre os anos de 1999 e 2002, e o objetivo era a manutenção dos empregos dessas pessoas, o que não tem relação com a temática da lei.

Uma notícia publicada no dia 21 de dezembro de 2015 (PREducação: emprego garantido até 2018⁹⁵) demonstra que a APP-Sindicato esteve presente em uma reunião no Ministério do Trabalho para debater a questão dos contratos, pois 152 funcionários do ParanáEducação tiveram seus contratos anulados. Após o debate, ficou definido que nenhum funcionário seria demitido e que suas funções seriam mantidas até o ano de 2018, quando se daria o vencimento do contrato da gestão do ParanáEducação. Outras notícias trazem a questão da negociação em relação aos empregos e a manutenção dos cargos, mas não abordam a questão do cargo do Secretário de Educação. A partir das buscas realizadas, foi possível compreender que

⁹⁵ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/preducacao-emprego-garantido-ate-2018/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

não houve um conflito nesse quesito do Paraná Educação em relação ao cargo de quem seria o responsável. No entanto, os conflitos se referiram aos contratos de trabalho.

4.1.5.3 Projeto de Lei n.º 631/2015

O projeto entrou para debate em 25 de agosto de 2015 e se tornou a Lei n.º 18.590 em 13 de outubro de 2015. O projeto prevê a definição de novos critérios de consulta à comunidade para eleição dos diretores e diretores auxiliares na rede estadual de educação do Paraná. Como justificativa, apresenta adequação após a Lei n.º 18.294, de 4 de novembro de 2014, que prorroga o mandato dos diretores com término em 31 de dezembro de 2015. O projeto destaca o novo perfil do gestor escolar que, conforme o texto, "compreenda o processo educativo enquanto possibilidade de desenvolvimento pleno da cidadania e como direito social dos estudantes, a ser realizado com a participação efetiva da comunidade e em constante diálogo com os seus interesses, atividades e situações" (PL 631/15, p.8).

A justificativa inclui a questão da democratização do acesso à educação e a necessidade de gestores acolherem as manifestações culturais das comunidades:

A democratização do acesso à educação amplia a responsabilidade dos gestores escolares no sentido de acolher as manifestações culturais e formas de expressão, representadas por diferentes etnias, gêneros classes sociais. Tal contexto requer o conhecimento das juventudes atuais que integram espaço escolar e suas necessidades de conhecer e compreender o mundo em que vivem (PL 631/15, p.8).

Também comenta que a eleição possibilitaria a participação de professores e funcionários para concorrer a um cargo, eles poderiam, então, exercer a função de gestão: "O processo de democratização da consulta para designação de Diretores e Diretores Auxiliares inclui o direito de professores e funcionários, que manifestarem o interesse na função gestora, a possibilidade de exercê-la" (PL 631/15, p.8). Ademais, destaca a necessidade de "normas que assegurem esse direito" (p.8), colocando, ainda, a indispensabilidade de as pessoas estarem preparadas para a função. O projeto foi enviado em regime de urgência e destaca que o Poder Executivo também tem competência para designar diretores e diretores auxiliares.

Ao fazer a busca pelo número do projeto no site da APP-Sindicato, encontraram-se 11 resultados entre os meses de agosto e outubro de 2015.

A primeira publicação, "Governo quer apagar a democracia da lei de eleição de diretores"⁹⁶, é de 31 de agosto de 2015 e demonstra a oposição do sindicato em relação ao Projeto de Lei n.º 631 considerando que este, na visão da associação, "suprime completamente o caráter coletivo e democrático no processo de escolha de diretores e diretores auxiliares", além da identificação da questão da intimidação contra as direções das escolas. A notícia considera que o projeto é "revanchista" e que fora adotado após as greves da categoria. Descreve que o Poder Executivo enviou para o parlamento uma proposta que modificaria o funcionamento das escolas e que interferiria na vida dos trabalhadores sem o debate com a categoria.

A matéria "Educadores(as) vão à ALEP conversar com deputados(as)"⁹⁷ foi publicada em 1.º de setembro de 2015 e demonstra novamente a oposição do sindicato em relação ao projeto de lei. Indica que os educadores realizariam reuniões com deputados a fim de explicar o motivo pelo qual são contrários ao projeto.

A notícia "Audiência sobre nova lei de eleições de diretores(as) será dia 14"⁹⁸, publicada em 9 de setembro de 2015, convoca os professores para uma audiência pública organizada pela Comissão de Educação da casa legislativa que seria realizada no dia 14 de setembro, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná.

A notícia "Deputados farão substitutivo ao PL da eleição de diretores"⁹⁹, foi publicada em 21 de setembro de 2015 e informa que houve uma reunião entre os deputados da parte dos líderes do governo na Assembleia Legislativa e representantes da categoria, a fim de demonstrar o retrocesso na gestão democrática e que o relator do projeto e o líder do governo disseram que produziram um texto substitutivo à mensagem.

A notícia "Nesta segunda: debate sobre eleição de diretores(as) na Alep,"¹⁰⁰ publicada em 28 de setembro de 2015, convocou para o novo debate sobre a questão

⁹⁶ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/governo-quer-apagar-a-democracia-da-lei-de-eleicao-de-diretores/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁹⁷ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/educadoresas-vaio-a-alep-conversar-com-deputadosas/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁹⁸ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/audiencia-sobre-nova-lei-de-eleicoes-de-diretoresas-sera-dia-14/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

⁹⁹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/deputados-farao-substitutivo-ao-pl-da-eleicao-de-diretores/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/nesta-segunda-debate-sobre-eleicao-de-diretoresas-na-alep/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

das eleições dos diretores que aconteceria no dia 28 de setembro e seria uma reunião da Comissão de Educação sobre a eleição.

A notícia "APP acompanha apresentação do substitutivo do PL 631"¹⁰¹, publicada em 28 de setembro de 2015, informa que a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa se reuniu para debater o substitutivo do projeto de lei apresentado pelo Deputado Estadual Tiago Amaral, relator.

A notícia "Em primeira votação, PL 631/15 é aprovado. Emendas serão analisadas nesta terça (6)"¹⁰², publicada em 5 de outubro de 2015, demonstra que diversos professores acompanharam a sessão da Assembleia Legislativa do Paraná sobre a votação do projeto 631/2015. O texto demonstra que a votação foi apressada, o projeto foi mal formulado e que pode ser caracterizado com um tom de "revanchismo".

A notícia "Com aumento de recursos do Estado, pauta tem que avançar, afirma direção da APP"¹⁰³, foi publicada em 7 de outubro de 2015 e comenta sobre uma reunião entre a APP-Sindicato e a Secretaria de Estado da Educação envolvendo diversas pautas da categoria, e uma delas seria o Projeto de Lei n.º 631.

A matéria "Eleição de diretores(as): proposta inicial do governo foi descaracterizada",¹⁰⁴ publicada em 7 de outubro de 2015, considera que novamente houve um "tratoração" para votar o projeto de forma arbitrária, segundo o posicionamento do sindicato. O lema da APP-Sindicato é "Retira ou rejeita!", e referente ao projeto 631/2015, o governo não o retirou de pauta e a Secretaria de Educação não dialogou com a categoria. A lei foi aprovada em 7 de outubro e, conforme o sindicato,

[...] traz retrocessos ao processo de eleição de diretores(as) como, por exemplo, o estabelecimento de avaliação ao final do segundo ano de mandato e realização de cursos de capacitação como critério para concorrer ao cargo e a realização de segundo turno de eleições em alguns casos.

¹⁰¹ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-acompanha-apresentacao-do-substitutivo-do-pl-631/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

¹⁰² Disponível em: <https://appsindicato.org.br/em-primeira-votacao-pl-63115-e-aprovado-emendas-serao-analisadas-nesta-terca-6/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

¹⁰³ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/com-aumento-de-recursos-do-estado-pauta-tem-que-avancar-afirma-direcao-da-app/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/eleicao-de-diretoresas-proposta-inicial-do-governo-foi-descaracterizada/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

Considera também que o chamado voto universal, se não envolver realmente a comunidade, é apenas o que a matéria chama de "máscara democrática".

A notícia "Sai Diário Oficial com a nova lei sobre eleição de diretores(as),"¹⁰⁵ publicada em 16 de outubro de 2015, demonstra que a APP-Sindicato se colocou contrária novamente a lei e a defesa se pautou no jargão "Retira ou rejeita". Segundo a matéria, houve negativas de rejeição do projeto e o substitutivo também foi rejeitado. Nesse momento, coube à categoria a busca por melhorias na lei proposta, segundo a matéria publicada.

A matéria "Retira ou rejeita! Categoria retorna à Alep contra PL 631/2015,"¹⁰⁶ publicada em 14 de setembro de 2015 no site, revela que diversos representantes da categoria docente estiveram presentes na audiência pública. Segundo a notícia, houve certa dificuldade para acesso dos educadores aos gabinetes dos parlamentares. O sindicato se posicionou contrário à proposta por compreender que, dessa forma, "os diretores de escola passam a ser cargo de confiança do governo".

Após as revisões das leis que interferem diretamente na gestão da educação, é possível detectar que, no ano de 2015, houve um esforço por parte do Executivo Estadual em redesenhar alguns processos que permeiam o universo da educação no estado. Em um primeiro momento, a construção do Plano Estadual de Educação, também como resultado de uma demanda de leis federais. No entanto, o modo como foi realizado o debate a respeito do plano não possibilitou a participação ampla dos professores, pois foi elaborado em um processo rápido que não permitiu o debate. Além disso, pode ser classificado como excludente, por ter retirado dos conteúdos obrigatórios temas que visavam à inclusão social.

É interessante ponderar que a questão curricular foi motivo de debates e conflitos em âmbito federal, mas que no Paraná isso se deu um ano antes. No Paraná, os debates sobre o Plano Estadual de Educação foram em 2015, e em 2016, no governo de Michel Temer, veio a Reforma do Ensino Médio, apresentada como Medida Provisória e aprovada em 16 de fevereiro de 2017, tornando-se a Lei nº 13.415. Diversos estudantes de todo o país se mobilizaram, no ano de 2016, contra as medidas de austeridade do governo Temer e contra as propostas da Reforma, que

¹⁰⁵ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/sai-diario-oficial-com-a-nova-lei-sobre-eleicao-de-diretoresas/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://appsindicato.org.br/retira-ou-rejeita-categoria-retorna-a-alep-contra-pl-6312015/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

acarretaram em alterações curriculares, a retirada da obrigatoriedade de algumas disciplinas e a possibilidade de oferta de parte do conteúdo à distância.

O projeto estipula uma carga horária de 800 horas para o Ensino Fundamental e 1.400 para o Ensino Médio, distribuídas em 200 dias letivos. O currículo será dividido em duas partes: uma parte comum de 1.800 horas a todos/ as estudantes e outra, dividida em cinco itinerários, em que o/a estudante cursará aquilo que o escola/sistema ofertar: 1) linguagens e suas tecnologias; 2) matemática e suas tecnologias; 3) ciências da natureza e suas tecnologias; 4) ciências humanas e sociais aplicadas; 5) formação técnica e profissional.

É preciso destacar, no entanto, que os estudantes não terão tanta autonomia para escolher seus itinerários, tendo em vista as dificuldades das escolas em ofertar diversas opções. “A premissa de escolha, especialmente em escolas públicas, portanto, é uma ficção. Diante do déficit histórico e estrutural de recursos humanos nas escolas públicas, não é difícil prever o cenário nessas instituições” (SILVA, MEI, 2018, p. 298). Ao contrário, o ensino privado poderá utilizar isso como marketing, pois há condições para oferta de vários itinerários, o que deve aumentar ainda mais as desigualdades no acesso aos conhecimentos. É possível perceber que o currículo também é um tema de disputa e que, tanto na esfera estadual quanto federal, foi estabelecido de maneira impositiva. O pouco tempo destinado ao debate não garantiu que o processo fosse efetivamente democrático.

Outros pontos de conflito que se referem à gestão da educação foram a alteração dos modelos de contrato e das eleições dos diretores nas escolas estaduais. Na concepção do sindicato, a alteração das eleições representa uma tentativa de alinhamento dos diretores com os interesses do estado. Ou seja, não seria um processo democrático, mas para a indicação de diretores por parte do Executivo. Isso se relaciona com a carreira, pois não permitiria que professores se candidatassem ao cargo de direção, ou seja, não haveria uma possibilidade de ascensão na carreira, e esse cargo de direção só seria ocupado por alguém indicado pelo próprio governo, interferindo diretamente na rotina das escolas e da equipe.

Conforme destaca Paro (2012), a administração escolar deve se afastar da lógica capitalista que visa apenas a eficiência e a obtenção de lucros, pois a escola tem um funcionamento diferente da lógica das empresas, tendo em vista que: “a escola visa a fins de difícil identificação e mensuração, quer devido ao seu caráter, de certa forma, abstrato, quer em razão do envolvimento inevitável de juízos de valor em

sua avaliação” (PARO, 2012, p. 165). Nesse sentido, o trabalho docente é explorado quando a remuneração não é adequada à legislação atual ou quando não há horas atividades, por exemplo. Além disso, o autor descreve que o aluno não deve ser considerado apenas como “beneficiário dos serviços”, ao contrário, ele participa do processo de elaboração.

Outra diferenciação que o autor traz em relação à escola e empresas é que a primeira não entrega um “produto”, mas trabalha com o comportamento humano e, ao invés de máquinas, a presença da força de trabalho é maior. Em relação ao papel do diretor na escola, Paro (2012) comenta que, quando se observa a escola em uma lógica capitalista ou empresarial, a tendência é que a figura do diretor seja de um líder, ou de quem detém um determinado poder. No momento em que há possibilidade de resolução dos problemas e demandas da comunidade, ele é visto como uma pessoa acessível. Quando não consegue resolver questões por motivos financeiros, a comunidade acaba por não fazer uma imagem dele.

O autor destaca, no entanto, que é preciso considerar toda uma situação que se estabelece no formato da educação atual que vai além das possibilidades de atuação do diretor. O diretor depende de verbas para realização de atividades, que são provenientes, nesse caso, do Estado. Desse modo, ele deve zelar por esse bem público, além de buscar a qualidade da educação e maneiras de transformar o processo de ensino-aprendizagem de maneira que seja mais proveitoso para o estudante.

A administração escolar pode romper a lógica capitalista quando investe em uma gestão democrática efetiva, ou seja, quando a comunidade participa, opina e pode intervir na escola. Com o envolvimento de toda a comunidade, a escola se torna um espaço com melhores condições para promover o ensino de qualidade. Desse modo, a indicação de diretores prejudica também a gestão democrática e limita a participação da comunidade escolar. Ademais, ao ser uma indicação política, revela a interferência privada (do representante do Poder Executivo) na coisa pública, retomando as considerações de Oliveira (1999) sobre a privatização do público.

4.1.6 Um olhar para a agenda de políticas ao longo de oito anos

Após a descrição e análise dos cinco tópicos propostos por essa dissertação, é possível fazer um resumo do que se sugere ao longo dos anos, o que resulta no QUADRO 2:

QUADRO 2 - RESUMO DA LEGISLAÇÃO PROPOSTA PELA EXECUTIVO RELACIONADA À VALORIZAÇÃO DOCENTE

	REAJUSTE ANUAL DOS SERVIDORES	RECOMPOSIÇÃO SALARIAL DOCENTE	PREVIDÊNCIA	HORA-ATIVIDADE	GESTÃO DA EDUCAÇÃO
2011	Acompanha o IPCA	Equiparação salarial			
2012	Acompanha IPCA	Equiparação salarial e definição de um piso	Reorganização do plano de custeio e financiamento do regime de previdência		
2013	Acompanha o IPCA	Reajuste do piso salarial docente	Parcelamento de débitos referentes à previdência estadual		
2014	Um pouco abaixo do IPCA		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Destinação de recursos para a educação (nível federal); ▪ Contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas; ▪ Limita a concessão de pensões e aposentadorias; ▪ Reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime de previdência; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Complementação da hora-atividade 	
2015	Muito abaixo do IPCA		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Proposta para um novo plano de custeio da previdência. 		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição do Plano estadual de educação; ▪ Reorganização do ParanáEducação; ▪ Novos critérios para eleição de diretores.
2016	Acompanha o IPCA mas recompõe dos anos anteriores				
2017	Não há			Hora-relógio	
2018	Não há				

FONTE: Alep (2020)

Ao olhar para o quadro, é possível aferir que houve, no primeiro mandato, um esforço do Governo do Paraná em dialogar com a categoria docente. Ainda que nem todas as demandas dos professores tenham sido atendidas, houve mais espaço para negociação e diálogo. No entanto, após a eleição de 2014, as políticas começam a se voltar para a retirada de direitos e garantias dos trabalhadores da educação, especialmente nas leis que tratam sobre a aposentadoria dos servidores. É possível verificar que, com o delineamento da política ao longo do período analisado, esse direito foi um dos que mais sofreu ameaças. Nesse sentido, se retira a garantia de um direito futuro e de um amparo na velhice, o que está diretamente relacionado à questão do bem-estar social.

Em relação ao reajuste dos servidores, no qual os vencimentos dos professores se encaixam, é possível perceber que este se manteve até o ano de 2014, e que, após esse período houve momentos em que os índices de correção não acompanharam o IPCA. Também em relação à remuneração, até o ano de 2013 houve um esforço de equiparar os salários dos professores aos de outras categorias, mas isso fica fora dos projetos apresentados pelo executivo posteriormente. Em relação à previdência, há, desde 2012, tentativas de se mexer nos planos de custeio, e o único momento em que há uma iniciativa contrária é quando se define pela destinação de recursos (federais) para a educação, mas que vinculou-se também a uma conjuntura nacional.

Em relação à hora-atividade, houve um ganho em 2014, mas que se perde em 2017, quando da decisão por se adotar a hora relógio, fazendo declinar as condições de trabalho. No que diz respeito à gestão da educação, os projetos encontrados nesta pesquisa revelam certo retrocesso, pois o debate do Plano Estadual de Educação ocorreu de maneira irrisória e sem permitir a ampla participação; e em relação às eleições dos diretores, não houve a possibilidade de realização de um processo democrático efetivo.

Na sequência, o ano de 2015 foi um dos períodos de maior disputa entre o Executivo Estadual e o sindicato, sendo marcado também pelo 29 de Abril, que se apresenta como um momento de completo silenciamento dos professores, por parte do Governo do Paraná, o que impossibilita qualquer tentativa de diálogo. O QUADRO 3 indica a postura do sindicato em relação aos projetos e leis apresentados pelo Poder Executivo:

QUADRO 3 - RESUMO DAS AÇÕES DA APP-SINDICATO

continua

	REAJUSTE ANUAL DOS SERVIDORES	RECOMPOSIÇÃO SALARIAL DOCENTE	PREVIDÊNCIA	HORA-ATIVIDADE	GESTÃO DA EDUCAÇÃO
2011	Data-base: Dirigentes do sindicato acompanham a votação na ALEP	Equiparação salarial: houve mobilização, marco relacionado ao 30 de agosto, reunião com o Poder Executivo			
2012	Reajuste salarial: dirigentes do sindicato acompanham a votação <ul style="list-style-type: none"> -Reivindicação de um índice de reajuste maior para funcionários de escola -Havia uma reivindicação por um reajuste maior, mas foi aplicado o IPCA. 	Votação da Lei do Piso, mas há exigências pelo pagamento do retroativo do mês de janeiro daquele ano.	O sindicato se reuniu com membros do governo solicitando o adiamento de votações sobre a previdência dos servidores; Realização de mobilização com outras entidades; Apresentação de pesquisas questionando o projeto; Solicitação de mais estudos sobre a questão, antes de dar andamento ao projeto.		
2013	<ul style="list-style-type: none"> Houve mobilização para garantir o reajuste dos servidores, e evitar o parcelamento; 	<ul style="list-style-type: none"> Aprovação de pagamento do que estava atrasado, e foi necessário mobilização dos professores. 	<ul style="list-style-type: none"> Mobilização contra o parcelamento dos débitos do estado; Encaminhamento de ofícios aos parlamentares; Reunião com representantes do governo; 		
2014	Reajuste salarial: dirigentes do sindicato acompanham a votação		Reivindicação de mais verba para a educação, reunião da CNTE com o então Ministro da Educação, Ricardo Paim; <ul style="list-style-type: none"> Sobre a contribuição previdenciária: críticas ao projeto de redução da aposentadoria, entrega de uma carta pública aos parlamentares, assembleias para debater a questão. Sobre o limite para pagamentos de pensões: manifestações de repúdio. 	<ul style="list-style-type: none"> Campanha "Hora-atividade pra valer!", pela efetivação desse direito. 	

QUADRO 3 - RESUMO DAS AÇÕES DA APP-SINDICATO

	REAJUSTE ANUAL DOS SERVIDORES	RECOMPOSIÇÃO SALARIAL DOCENTE	PREVIDÊNCIA	HORA-ATIVIDADE	GESTÃO DA EDUCAÇÃO
2015			Entre os meses de janeiro e junho, muitas mobilizações contra as mudanças na aposentadoria: envio de cartas aos parlamentares, sugestão de emendas ao projeto, convocação de mobilização na ALEP, reunião da categoria.		<div>conclusão</div> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Postura contrária ao PEE, pois não teve debate; presença de representantes no plenarinho para debate das propostas; audiência pública, questionamentos sobre as temáticas retiradas do plano; ▪ Eleição de diretores: sindicato considera o projeto revanchista, realização de reuniões com deputados; presença de professores em audiência pública, acompanhamento da votação; falta de diálogo
2016					
2017					
2018					

FONTE: APP (2020)

A partir dos QUADROS 2 e 3, que representam um resumo do que foi apresentado pelo governo e as ações adotadas pela APP-Sindicato, é possível perceber que, a partir de 2016, não há mais leis apresentadas pelo Poder Executivo em relação à educação, o que pode demonstrar um desgaste do governo em relação aos professores. Pode ser um indício de falta de vontade política em buscar novas negociações com os professores paranaenses. Por outro lado, as demandas dos professores continuam, pois os reajustes não foram feitos em sua época ideal, além de que há uma retirada drástica de direitos ao longo do período analisado.

Além das dificuldades de negociação com o executivo, há ações que foram tomadas pelo Poder Executivo que tornaram esse diálogo ainda mais conflituoso, a citar, as faltas lançadas pelo executivo, o que ocasionou diminuição da remuneração dos professores que participaram das manifestações.

Ao que parece, ainda que as manifestações continuem, há uma ruptura na política que vinha sendo feita até o ano de 2015, quando cessam também as possibilidades de negociação dos professores com o executivo paranaense. Há momentos em que é perceptível o diálogo, a realização de reuniões com representantes do governo para decidir as questões e mesmo consultas realizadas com os professores. Mas, isso acaba após o segundo ano do segundo mandato.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa dissertação analisou situações de conflito entre o Governo do Paraná e a APP-sindicato a partir da análise das justificativas dos projetos de lei apresentados pelo Poder Executivo estadual entre os anos de 2011 a 2018, considerando aqueles que se referem a questões relacionadas à valorização docente ou iniciativas que se relacionam diretamente à profissão docente. Para fazer o contraponto e perceber as pautas que trazem conflitos com a categoria, analisaram-se as notícias publicadas no site da APP-Sindicato a partir da utilização de descritores que se referem aos projetos apresentados pelo Governo do Estado, fazendo um acompanhamento do resultado dessa disputa. Em alguns momentos, não se encontraram os projetos somente pelo número de lei, então utilizaram-se algumas palavras de ordem ou nomes como "Pacotaço de Natal", entre outras.

O Capítulo 2 apresentou as relações que se estabelecem em âmbito do Estado à constituição dos estados nacionais, além de definir o estado de bem-estar social, compreendendo o Estado como um interlocutor e executor das políticas educacionais. O Capítulo 3 se dedicou a abordar a política educacional e valorização docente, fazendo uma revisão das leis aprovadas em nível nacional, além de trazer as relações entre as políticas de austeridade e como isso reflete na valorização docente. O Capítulo 4 apresenta os resultados obtidos nesta pesquisa, apresentando os projetos de lei e as notícias publicadas pela APP-Sindicato, fazendo um paralelo entre esses dois materiais empíricos.

Foram utilizados como referenciais teóricos para balizar as questões docentes autores como Oliveira, Gatti e outros, que abordam questões relacionadas à carreira docente, como a remuneração, a exigência de um piso nacional, a reserva de hora-atividade, entre outros elementos. Ainda que esses direitos inerentes à profissão docente estejam regulamentados ou mesmo descritos na Constituição Federal, a consolidação desses foi resultado de um longo processo de disputa e, ainda assim, em muitas situações isso não se efetiva como um direito por completo.

Após a coleta das justificativas dos projetos de lei e das notícias publicadas no sindicato, os conteúdos foram separados em cinco tópicos, a fim de facilitar a percepção do delineamento da política e dos pontos de disputa, sendo: Recomposição salarial dos servidores; Remuneração docente; Previdência dos servidores; Hora-atividade; Gestão da educação.

Em relação à recomposição salarial, é perceptível que há uma política do governo estadual em reajustar os salários dos servidores públicos, no qual se inserem também os professores, durante o primeiro mandato (2011-2014). No entanto, a partir de 2015, houve a necessidade de maior mobilização para que esse reajuste fosse garantido e, ainda assim, o governo só pagou o valor que se referia ao IPCA. A questão do reajuste foi tema de disputa, especialmente após o ano de 2014, fazendo com que a mobilização fosse necessária para garantir um mínimo de reajuste. Ainda assim, esse valor nem sempre foi pago em dia pelo Poder Executivo, e houve situações em que foi parcelado, prejudicando o ganho real dos professores.

Quando se refere à recomposição salarial dos servidores, o debate sobre a manutenção do piso nacional dos professores se deu em 2012 seguindo as orientações do Ministério da Educação. Porém, nesse momento, o governo desconsiderou outros debates e pagamentos retroativos, o que também aconteceu em 2013. Infere-se que não houve, por parte do governo estadual, um esforço da manutenção da recomposição salarial para os servidores, principalmente para a categoria docente, que é o foco desse trabalho. Comparando com a situação dos trabalhadores da iniciativa privada, o governo então estabeleceu uma política que vale para fora, mas não estabeleceu uma política de recomposição salarial efetiva para quem está dentro, o servidor do Estado. Nessa perspectiva, é possível verificar que houve uma política de valorização docente, mas que surge na esfera federal com a aprovação de leis como a Lei do Piso e o FUNDEF/FUNDEB, que tratam sobre questões salariais dos docentes. É preciso reconhecer que a questão salarial é um tema sensível da valorização docente, pois as reivindicações por melhores salários também estão relacionadas a uma reparação histórica para os professores, que tiveram uma remuneração inicial reduzida em relação a outras profissões no serviço público.

Ao analisar a questão da previdência, é importante vincular com noções sobre o estado de bem-estar social descrito por Esping-Andersen (1991), pois entende-se que a aposentadoria é o momento em que o trabalhador não consegue se sustentar apenas com a sua força de trabalho, necessitando de um suporte para manutenção do seu modo de vida. No contexto paranaense, é possível perceber um movimento desde 2012 numa tentativa do Estado em reduzir os seus gastos com a previdência dos servidores. Há momentos em que se estuda o novo plano de custeio, há outros em que os aposentados precisam começar a contribuir para o sistema de previdência

e situações em que há a limitação da concessão de pensão e aposentadoria. O que se percebe desde 2012 é que há um movimento e uma defesa, por parte do governo, pela supressão ou mesmo redução da cobertura desse benefício. O discurso utilizado pelo Governo do Paraná centra-se na defesa do equilíbrio financeiro de contas, ou seja, há a defesa da ideia do estado falido.

Por parte do governo, não se utiliza a expressão retirada de direitos, por exemplo, mas se utiliza um discurso defendendo a saúde financeira do Estado e o equilíbrio de contas, passando a sensação de que a retirada de direitos se faz necessária para manutenção de outros direitos, do ponto de vista do Poder Executivo. Por outro lado, o sindicato demonstra que isso é, de fato, um processo de retirada de direitos, exige que o Estado apresente estudos mais aprofundados e questiona as iniciativas do Executivo, e, mesmo assim, não consegue espaço para debate dessa questão junto a ele. Nesse quesito, é possível aferir a existência de um embate voltado para a mercadorização da força de trabalho, pois não há intenção do governo em garantir o direito da aposentadoria, ao contrário, a retirada desse direito foi uma justificativa utilizada em diversos momentos para conseguir equilibrar as contas, demonstrando uma tendência mais voltada ao estado de bem-estar social liberal, considerando apontamentos de Esping-Andersen (1991). Há uma tendência à mercadorização do trabalho e um esforço voltado à redução de direitos já conquistados a duras penas. O Estado não atua como um defensor dos direitos, mas exerce um esforço para retirá-los. O representante do Poder Executivo pautou diversos projetos de lei no Paraná relacionados à previdência, que visam à redução desse direito dos seus próprios servidores.

É preciso destacar, por fim, que o Paraná adota medidas de austeridade antes das leis em nível federal, podendo indicar a existência de uma onda de políticas de cortes em investimentos sociais anterior ao afastamento da ex-presidenta Dilma Rousseff e da EC 95, de 2016. O desafio está em compreender um movimento anterior que se desenhou também no estado. Isso segue também a conjuntura federal, ou seja, com a Emenda Constitucional 95, de 2016, que impede o aumento dos gastos sociais, há uma forte pressão sobre os direitos dos trabalhadores, em especial, os do serviço público, para manter as contas estaduais equilibradas. Na sequência, a Reforma da Previdência, por meio da Emenda Constitucional 103 de 2019, altera o sistema de previdência e modifica cálculos para a aposentadoria. A partir de 2016, há uma série de leis aprovadas no sentido da mercantilização da mão de obra, retirando

direitos dos trabalhadores, partindo do próprio Estado. Mas, no Paraná, essa realidade é anterior à da esfera nacional.

A questão da hora-atividade aparece somente em 2014 com a reserva de um terço da carga horária para realização de tarefas fora da sala de aula. No entanto, essa temática só ganha a agenda devido a uma exigência de legislação em nível nacional e não é, portanto, uma iniciativa do Governo do Estado para valorizar os docentes, mas o cumprimento de uma norma. Além disso, esse tema foi debatido posteriormente e em alguns momentos foi colocado em xeque se essa hora seria hora-relógio ou hora-aula. É preciso ponderar que essa pauta é uma reivindicação antiga dos professores e do sindicato enquanto entidade, e isso só se efetiva a partir de uma legislação federal. Em um primeiro momento, com a aprovação da Lei do Piso, a hora-atividade passa a ser uma garantia constitucional para os professores, mas isso foi questionado em 2017 novamente, quando o governo transforma a hora-atividade em hora-relógio, ou seja, os professores acabam ficando com menos tempo disponível para planejamento e organização das atividades, o que também desobriga o estado de investir na contratação de novos profissionais.

A hora-atividade é um tema importante no contexto da profissão docente pois compreende-se que o trabalho do professor vai muito além da sala de aula. Além da presença em sala de aula e atuação direta com o estudante, o professor tem um trabalho de preparação e formação, que é reconhecido a partir da legislação que versa sobre a reserva de um terço da carga horária para atividades fora de sala de aula.

Em relação à gestão da educação, o Estado não demonstra uma preocupação efetiva com a valorização dos docentes e a valorização da sua formação. A começar pelo Plano Estadual de Educação, elaborado em 2015, feito às pressas e atendendo a uma exigência do Ministério de Educação. A maneira como se conduziu a elaboração desse plano não permitiu a participação efetiva dos professores no debate, ou seja, eles não foram protagonistas no plano elaborado pelo governo e que baliza o seu trabalho e os conteúdos que devem ser ministrados. O plano não foi feito em tempo razoável ou com aprofundamento das demandas dos docentes, além de ter diversas questões retiradas, como as que dizem respeito a temáticas de gênero. Em 2015, outro ponto de conflito entre a APP-Sindicato e o Governo do Paraná foi a eleição de diretores das escolas estaduais, pois o governo havia demonstrado, em um momento anterior, que as eleições seriam mantidas; mas apresentou à Assembleia Legislativa um projeto que tornaria os cargos de direção indicados pelo próprio governador, tirando, assim,

a característica democrática da eleição dos diretores, o que interfere diretamente na rotina das escolas. Na perspectiva da APP-Sindicato, esse modelo tornaria esses cargos alinhados ao governo e retiraria também uma característica democrática nesse processo. A mudança no processo da eleição dos diretores foi motivada pelo Governo do Paraná, porém, não fora esse o combinado prévio com os membros do sindicato. Como ações adotadas pelo sindicato, realizaram-se reuniões com deputados e acompanhamento das sessões para votação da lei.

É preciso ressaltar ainda que não foram encontrados projetos de lei após o ano de 2016, a partir dos filtros de pesquisa propostos nesta dissertação, o que pode indicar o enfraquecimento de uma política estadual que visa à valorização docente ou à qualidade da educação. Ademais, o massacre de 29 de Abril cessou o diálogo, silenciou os professores. Foi uma circunstância marcante para a educação paranaense, pois demonstrou a falta de atenção do governo com as temáticas relacionadas a ela e afastou completamente as possibilidades de negociação com o poder público estadual. A consumação desse episódio demonstra uma falta de interesse no investimento e na busca por uma educação de qualidade no estado, além de uma falta de interesse em atender as demandas dos professores que são servidores estaduais.

Tomando as ações realizadas pelo sindicato ao longo dos oito anos compreendidos os oito anos, a partir da revisão das notícias publicadas no site da APP-Sindicato referentes aos projetos apresentados pelo Poder Executivo, é possível sinalizar que no primeiro mandato havia mais espaço para negociação, inclusive, para a reivindicação de mais direitos além do que já estava previsto. No entanto, a partir de 2014, após as eleições, o sindicato precisou realizar diversas ações mais enérgicas a fim de conseguir os seus objetivos. No segundo mandato, o sindicato não teve abertura para reivindicar novos direitos, o cenário político apresentado nesse momento possibilitou sua atuação apenas na proteção dos direitos já existentes ou em movimento de resistência, e não para ampliação das pautas de reivindicação. Houve silenciamento e truculência por parte do governo em relação ao sindicato, demarcando a impossibilidade de um diálogo, pois não há consideração pelo outro lado ou condições que permitam o diálogo. Lembrando que, quando não se dialoga, não se considera o outro como um ator social a ser ouvido.

É possível considerar, portanto, que o sindicato teve mais oportunidades de diálogo com o poder público no primeiro mandato, e suas ações se voltavam para a

reivindicação de novos direitos ou ampliação das suas pautas. Por outro lado, no segundo mandato, houve uma quebra dessa relação, especialmente após o 29 de Abril, quando a força policial foi utilizada, pois não havia mais vontade de diálogo por parte do governo. Nesse momento, há uma tendência a pautas pela defesa dos direitos já garantidos, ou seja, um movimento de resistência, para assegurar o que já se conseguiu, e não para a ampliação de novas demandas. Enquanto organização de trabalhadores, o sindicato é uma força importante para negociar com o executivo paranaense, pois atua há muito tempo na defesa dos direitos dos professores, e é um sujeito consultado quando da elaboração das leis. Nesse sentido, é visto pelo Poder Executivo como um ator a ser considerado devido à força que tem junto aos professores, mas foram necessárias mais ações efetivas de mobilização da categoria no segundo mandato, a fim de pressionar o executivo.

A partir do contexto analisado, é possível afirmar que houve uma mudança de postura do governador Beto Richa do primeiro para o segundo mandato, ou seja, no primeiro houve ações do Poder Executivo que se encaminhavam para a valorização docente, como a aplicação da Lei do Piso e o pagamento do reajuste salarial aos servidores. Ainda assim, o tema da previdência é sensível desde o primeiro mandato, pois há várias iniciativas do governo para reduzir o acesso a esse direito. De 2014 em diante, após a reeleição, o governo modifica sua postura e rumo para a adoção de políticas de austeridade e mais voltadas ao equilíbrio fiscal. Essa tendência é desenhada também no contexto federal, com a aprovação de reformas que retiram direitos dos trabalhadores e que impedem maiores investimentos em áreas sociais.

Tendo em vista que políticas de austeridade foram adotadas no Paraná antes mesmo das leis federais, cabem futuras investigações se isso tem relação com a composição de parlamento e se há também crise fiscal em outros estados.

As ações adotadas que favorecem os professores ao longo desses oito anos analisados nessa pesquisa derivam principalmente da esfera do Governo Federal, e as mudanças lá ocorridas após o ano de 2016 tem reflexos na realidade paranaense, ainda que algumas medidas de austeridade ou de controle fiscal já tenham sido adotadas pelo Paraná na transição entre 2014/2015. O que se viu, a partir desse período, é um esforço do Estado na retirada de direitos já garantidos e mesmo na não garantia do acesso aos serviços públicos a que a população tem direito, pois o avilamento dos direitos dos servidores reflete diretamente na qualidade da oferta do serviço à população em geral, retomando Supiot (2005).

REFERÊNCIAS

ABREU, Diana Cristina de. **Carreira e perfil do profissional da educação na rede municipal de Curitiba**: história e impacto da política brasileira de valorização do magistério. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

ALMEIDA, Danusa Mendes. **Mediações e distinções entre associativismo e sindicalismo de professores públicos no Ceará (1962- 1992)**: a APEOC/Sindicato e o SINDIUTE. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2015.

AMARAL, Nelson Cardoso. PEC 241/55: a "morte" do PNE (2014-2024) e o poder de diminuição dos recursos educacionais. **RBPAE**, v.32, n.3, p.653-673, set./dez. 2016. Disponível em: file:///C:/Users/Maquina/Documents/70262-290934-1-SM.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

APP-SINDICATO. **Histórico da APP Sindicato**. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/historico/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

APP-SINDICATO. **Assembleia Legislativa vota a data-base dos servidores amanhã**. 16 de maio de 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=9267/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **Assembleia aprova reajuste de 6,5% para todos os servidores**. 17 de maio de 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=9257/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **APP debate com a Seed projeto de lei da equiparação**. 19 de julho de 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8953/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **APP convoca categoria para votação do PL da equiparação**. 29 de agosto de 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8760/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **30 de agosto**: APP é recebida por governador em exercício. 30 de agosto de 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8755/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **Conquista do '30 de agosto'**: veja novas tabelas salariais. 02 set. 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8737/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **Sobre a reposição do '30 de agosto'**. 13 de setembro de 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8720/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **Lei da Equiparação é sancionada**. 21 de setembro de 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8687/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **Reajuste de 3% será pago aos aposentados em folha complementar.** 27 de setembro de 2011. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8666/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **Para a CNTE, em 2012, o PSPN vale R\$ 1.937,26.** 5 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8283/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **15 de março é dia de paralisação estadual.** 23 de fevereiro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8145/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **APP lança campanha salarial no dia 31.** 26 de março de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=8009/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Engodos e subterfúgios para descumprir o piso.** 28 de março de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7998/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Assembleia da APP intensifica calendário de mobilizações.** 31 de março de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7986/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Mobilização contra o projeto de lei que muda o reajuste do piso.** 4 de abril de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7978/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Projeto de lei da data-base será votado na terça-feira.** 16 de maio de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7861/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **Aprovado o reajuste de 5,1% para os servidores estaduais.** 22 de maio de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7837/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **Gestores e professores:** sem acordo sobre reajuste do piso. 12 de junho de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7768/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Reunião com governo dará continuidade às negociações.** 21 de junho de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7731/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **APP-Sindicato exige a implementação das conquistas negociadas.** 23 de julho de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7621/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **FES se reúne com Seap para debater pauta.** 02 de agosto de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6343/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Lei do Piso é aprovada na Assembleia.** 29 de agosto de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7489/>. Acesso em: 08 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Convocação:** novo plano de custeio da previdência já está na Alepl. 06 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7140/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **CCJ pede vistas ao novo plano de custeio da previdência.** 10 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7126/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **PL da previdência será votado amanhã.** Convocação continua!. 11 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7117/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Convocação:** votação do PL da previdência será segunda-feira (17). 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=7114/>. Acesso em: 26 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Mobilizações garantem data-base de uma única vez e em junho.** 28 de maio de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6569/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **PL do Piso será votado nesta terça-feira (2), na Alep.** 1.º de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6443/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Adiada para amanhã (3), na Alep, a votação do PL do Piso.** 02 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6440/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Aprovado o PL do Piso e da última parcela da equiparação.** 03 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6435/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Em última votação, reajuste do piso é aprovado.** 10 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6410/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **PRPrevidência:** FES quer barrar PL que parcela dívida do governo. 11 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6408/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **15 e 16 de julho:** mobilização na Alep contra o PL 275/2013. 12 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6404/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **PL que parcela a dívida do governo com a PRPrevidência é aprovado.** 16 de julho de 2013. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=6395/>. Acesso em: 27 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Data-base:** reajuste de 6,28% foi aprovado na Assembleia. 27 de maio de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=5232/>. Acesso em: 04 fev. 2020.

APP-SINDICATO. **Dilma sanciona PNE e novos desafios entram em pauta.** 30 de junho de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=5146/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Hora-atividade agora é pra valer!** 2 de julho de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=5134/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Entidades educacionais entregarão manifesto a presidentiáveis.** 22 de agosto de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=4990/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Pré-sal:** CNTE e Paim reúnem-se para definir aplicação de recursos. 17 de novembro de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=4721/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Richa "presenteia" Paraná com Pacote de Natal.** 3 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/?p=4659/>>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Audiência Pública:** debate do PL 511/2014. 6 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/audiencia-publica-debate-do-pl-5112014/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Proposta de Richa quer diminuir salário dos aposentados.** 8 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/proposta-de-richa-quer-diminuir-salario-dos-aposentados/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **Educador(a):** 'Pacotão de Natal' afetarà sua vida. 10 de dezembro de 2014. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/educadora-pacotaco-de-natal-afetara-sua-vida/>. Acesso em: 30 dez. 2019.

APP-SINDICATO. **É hora de pressionar os(as) deputados(as) pelos nossos direitos!** 5 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/e-hora-de-pressionar-osas-deputadosas-pelos-nossos-direitos/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Seminário discute elaboração dos planos municipais de educação.** 26 de março de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/seminario-discute-elaboracao-dos-planos-municipais-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Seminário debate Planos Municipais de Educação no Paraná.** 28 de março de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/seminario-debate-planos-municipais-de-educacao-no-parana/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Audiência sobre previdência hoje:** confira projeto enviado à Alep. 8 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/audiencia-sobre-previdencia-hoje-confira-projeto-enviado-a-alep/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Sindicatos apresentarão emendas ao projeto de previdência.** 8 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/sindicatos-apresentarao-emendas-ao-projeto-de-previdencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Recado dado na audiência da previdência:** PL não anda sem emendas! 8 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/recado-dado-na-audiencia-da-previdencia-pl-nao-anda-sem-emendas/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Funcionários(as) na construção dos planos de educação.** 13 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/funcionariosas-na-construcao-dos-planos-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **APP repudia regime de urgência sobre PL da Previdência.** 15 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-repudia-regime-de-urgencia-sobre-pl-da-previdencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Deputados(as), digam não ao PL da previdência!** 17 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/deputadosas-digam-nao-ao-pl-da-previdencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Plano Estadual de Educação:** audiências regionais e estadual. 20 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/plano-estadual-de-educacao-audiencias-regionais-e-estadual/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **FES reafirma contrariedade a projeto da previdência como está.** 22 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/fes-reafirma-contrariedade-a-projeto-da-previdencia-como-esta/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **PL da previdência passa pela CCJ e vai para comissão de finanças.** 23 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/pl-da-previdencia-passa-pela-ccj-e-vai-para-comissao-de-financas/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **APP proporá retomada da greve.** 24 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-propora-retomada-da-greve/>. Acesso em: 2 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **É greve:** formigueiro se agita de novo! 25 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/e-greve-formigueiro-se-agita-de-novo/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Ocupação no Centro Cívico:** categoria vai para o embate! 27 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/ocupacao-no-centro-civico-categoria-vai-para-o-embate/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Retira ou Rejeita! Educadores não aceitarão PL da Previdência.** 28 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/retira-ou-rejeita-educadores-nao-aceitarao-pl-da-previdencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Hoje é dia 'D' votação da ParanáPrevidência.** 29 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/hoje-e-dia-d-votacao-da-paranaprevidencia/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Nota de Repúdio da direção da APP-Sindicato.** 29 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/nota-de-repudio-da-direcao-da-app-sindicato-2/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Após aprovação do PL 252, Comando avaliará próximos passos.** 29 de abril de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/apos-aprovacao-do-pl-252-comando-avaliara-proximos-passos/>. Acesso em: 02 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Sociedade se une contra a violência e pela democracia.** 5 de maio de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/sociedade-se-une-contra-a-violencia-e-pela-democracia/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Maioria votou e definiu:** a greve da Educação continua! 5 de maio de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/maioria-votou-e-definiu-a-greve-da-educacao-continua-2/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Para Ministério da Previdência, lei aprovada é irregular.** 12 de maio de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/para-ministerio-da-previdencia-lei-aprovada-e-irregular/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Mãos ao alto:** governo saca R\$ 500 milhões da previdência. 18 de maio de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/maos-ao-alto-governo-saca-r-500-milhoes-da-previdencia/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Audiência Pública debaterá Plano Estadual de Educação.** 21 de maio de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/audiencia-publica-debatera-plano-estadual-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

APP-SINDICATO. **APP apresenta emendas para Plano Estadual de Educação.** 25 de maio de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-apresenta-emendas-para-plano-estadual-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Na segunda (15):** audiência pública sobre o PEE na Alep. 12 de junho de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/na-segunda-15-audiencia-publica-sobre-o-pee-na-alep/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

APP-SINDICATO. **Plano Estadual de Educação:** audiência pública debate diversidade. 15 de junho de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/plano-estadual-de-educacao-audiencia-publica-debate-diversidade/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Retrocesso marca a votação do Plano Estadual de Educação.** 22 de junho de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/retrocesso-marca-a-votacao-do-plano-estadual-de-educacao/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **OAB-PR repudia supressão de gênero do PEE e PME.** 23 de junho de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/oab-pr-repudia-supressao-de-genero-do-pee-e-pme/>. Acesso em: 03 jan. 2019.

APP-SINDICATO. **Maioria votou e definiu:** a greve da Educação continua! 20 de julho de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/maioria-votou-e-definiu-a-greve-da-educacao-continua/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Governo quer apagar a democracia da lei de eleição de diretores.** 31 de agosto de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/governo-quer-apagar-a-democracia-da-lei-de-eleicao-de-diretores/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Educadores(as) vão à Alep conversar com deputados(as).** 1.º de setembro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/educadoresas-vao-a-alep-conversar-com-deputadosas/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Audiência sobre nova lei de eleições de diretores(as) será dia 14.** 9 de setembro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/audiencia-sobre-nova-lei-de-eleicoes-de-diretoresas-sera-dia-14/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Retira ou rejeita! Categoria retorna à Alep contra PL 631/2015.** 14 de setembro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/retira-ou-rejeita-categoria-retorna-a-alep-contra-pl-6312015/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Deputados farão substitutivo ao PL da eleição de diretores.** 21 de setembro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/deputados-farao-substitutivo-ao-pl-da-eleicao-de-diretores/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Nesta segunda:** debate sobre eleição de diretores(as) na Alep. 28 de setembro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/nesta-segunda-debate-sobre-eleicao-de-diretoresas-na-alep/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **APP acompanha apresentação do substitutivo do PL 631.** 28 de setembro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/app-acompanha-apresentacao-do-substitutivo-do-pl-631/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Em primeira votação, PL 631/15 é aprovado. Emendas serão analisadas nesta terça (6).** 5 de outubro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/em-primeira-votacao-pl-63115-e-aprovado-emendas-serao-analisadas-nesta-terca-6/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Com aumento de recursos do Estado, pauta tem que avançar, afirma direção da APP.** 7 de outubro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/com-aumento-de-recursos-do-estado-pauta-tem-que-avancar-afirma-direcao-da-app/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Eleição de diretores(as):** proposta inicial do governo foi descaracterizada. 7 de outubro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/eleicao-de-diretoresas-proposta-inicial-do-governo-foi-descaracterizada/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Sai Diário Oficial com a nova lei sobre eleição de diretores(as).** 16 de outubro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/sai-diario-oficial-com-a-nova-lei-sobre-eleicao-de-diretoresas/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **PREducação:** emprego garantido até 2018. 21 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/preducacao-emprego-garantido-ate-2018/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Dia 29 de abril de 2015 não será esquecido, ações da APP seguem na Justiça do Paraná.** 14 de março de 2017. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/dia-29-de-abril-de-2015-nao-sera-esquecido-acoes-da-app-seguem-na-justica-do-parana/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Governo Richa promove um rombo na Parana Previdência.** O Fundo de Previdência deveria ter R\$14 bilhões, mas está pela metade. 19 de março de 2018. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/governo-richa-promove-um-rombo-na-paranaprevidencia/>. Acesso em: 03 jan. 2020.

APP-SINDICATO. **Governo Beto Richa: oito anos de ataques contra a educação pública.** 29 de abril de 2018. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/governo-beto-richa-oito-anos-de-ataques-contr-a-educacao-publica/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

APP-SINDICATO. **Há três anos sem reajuste, educador(a) paranaense acumula déficit de 16% no salário.** 08 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/ha-tres-anos-sem-reajuste-educadora-paranaense-acumula-deficit-de-16-no-salario/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

ARAUJO, Vladimir Caleffi. **O jornalismo de informação sindical no Brasil:** atores, práticas e estratégias de produção jornalística. 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/araujo-vladimir-jornalismo-sindical.pdf>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BARBOSA, Andreza. Salários docentes, financiamento e qualidade da educação no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.39, n.2, p.511-532, abr./jun. 2014. Disponível em: www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 05 jan. 2020.

BARBOT, Janine. Conduzir uma entrevista face a face. In: PAUGAN, Serge (Coord.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p.102-123.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O CONSENSO DE WASHINGTON - A visão neoliberal dos problemas latino-americanos.** 1994. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acesso em 27 de set. de 2020.

BOZZA, Gabriel Alexandre. SOUZA, Rose Mara Vidal de. Transparência no poder visível: O caso da greve dos professores do Paraná em 2015. In: Comunicação & Mercado/UNIGRAN - Dourados - MS, vol. 04, n. 11, p. 174-185, EDIÇÃO ESPECIAL. Disponível em: <http://www.unigran.br/mercado/paginas/arquivos/edicoes/11/14.pdf>. Acesso em 06 set. 2020.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Projeto CNE/UNESCO – 914BRZ1144.3:** "Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade". Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=26111-produto1-panorama-nacional-efetivacao-gestao-democratica-edu-basica-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (de 18 de setembro de 1946)**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 29 ago. 2017.

BRASIL. **Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943**. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto n.º 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 20, de 15 de dezembro de 1998**. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7.º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 59, de 11 de novembro de 2009.** Acrescenta § 3.º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4.º do art. 211 e ao § 3.º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional n.º 95, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 04 abr. 2018.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.424, de 24 de dezembro de 1996.** Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7.º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9424.htm. Acesso em: 25 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998.** Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9717.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei n.º 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n.ºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 25 maio 2019.

BRASIL. **Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008.** Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11738.htm. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 12.858, de 9 de setembro de 2013.** Dispõe sobre a destinação para as áreas de educação e saúde de parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 e no art. 196 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12858.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 26 abr. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, e as Leis n.º 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória n.º 746, de 22 de setembro de 2016.** Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei n.º 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Planejando a próxima década: metas do Plano Nacional de Educação.** 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação.** Disponível em: http://simec.mec.gov.br/pde/grafico_pne.php. Acesso em: 26 maio 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Emenda Constitucional n.º 24, de 1983.** Estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/1980-1987/emendaconstitucional-24-1-dezembro-1983-364949-norma-pl.html>. Acesso em: 20 mai. 2020.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Proposta de Emenda à Constituição 241, de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2088351>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CARISSIMI, Aline Chalus Vernick. **Ação sindical na construção da Agenda Política**: um estudo sobre as reivindicações e negociações da APP-sindicato com os governos entre os anos de 2003 e 2015. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Coleção Sociologia). p.295-316.

CERVI, Emerson Urizzi. Produção legislativa e conexão eleitoral na assembléia legislativa do estado do Paraná. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.17, n.32, p.159-177, fev. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782009000100010&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 20 jun. 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Direitos humanos e medo**. DHNET. 1989. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/textos/humanismo/chaui.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: **A finança mundializada**: razões sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo. Boitempo Editorial, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO (CNTE). **Política Nacional de Formação de Professores**. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/index.php/documentos/notas-publicas/19239-politica-nacional-de-formacao-de-professores-mec.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nas constituições brasileiras. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005. p.17-28.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. **Lua Nova**, São Paulo, n.24, p.85-116, 1991. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451991000200006. Acesso em: 05 jan. 2020.

FENAFISCO. **Sistema tributário brasileiro reforça a desigualdade, diz Oxfam**. Disponível em: <http://www.fenafisco.org.br/noticias-fenafisco/item/1197-sistema-tributario-brasileiro-reforca-a-desigualdade-diz-oxfam>. Acesso em: 04 abr. 2018.

FERNANDES, Donizete Aparecido. **O programa de formação político-sindical e educacional da App-Sindicato (2007-2014) e a renovação de quadro de dirigentes**. Tese (Doutorado) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola; MIURA, Beatriz Hiromi. Remuneração docente: efeitos da luta sindical na implantação do piso salarial nacional profissional. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v.12, n.3, set./dez. 2019. Disponível em: <http://www.periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12404/6862>. Acesso em: 30 mai. 2020.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v.1, n.3, p.107-127, set./dez. 1986.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2012.

FREY, Lawrence R.; BOTAN, Carl H.; KREPS, Gary L. **Investigating Communication: an introduction to research methods**. 2.ed. Needham Heights, MA: A Pearson Education Company, 2000.

GATTI, Bernardete A. Reconhecimento social e as políticas de carreira docente na educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, v.42, n.145, p.88-111, jan./abr. 2012.

GINDIN, Julián José. **Por nós mesmos**: as práticas sindicais dos professores públicos na Argentina, no Brasil e no México. 280 f. Tese (Doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GOUVEIA, Andréa Barbosa. O financiamento da educação no Brasil e o desafio da superação das desigualdades. In: SOUZA, Ângelo Ricardo de; GOUVEIA, Andréa Barbosa; TAVARES, Taís Moura (Orgs.). **Políticas educacionais**: conceitos e debates. Curitiba: Appris, 2011. p.56-73.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; FERRAZ, Marcos Alexandre dos Santos. Sindicalismo docente e política educacional: tensões e composições de interesses corporativos e qualidade da educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n.48, p.111-129, abr./jun. 2013.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **Políticas educacionais e a valorização do professor**: carreira e qualidade de vida dos professores de educação básica do município de São José dos Pinhais/PR. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **O que é o PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 08 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo - Brasil - 2007/2015**. Disponível em: <https://brasilensintese.ibge.gov.br/educacao/taxa-de-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 17 jul. 2020.

JACOMINI, Márcia Aparecida; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira. Carreira docente e valorização do magistério: condições de trabalho e desenvolvimento profissional. **Pro. posições**, v.27, n.2, p.177-202, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v27n2/1980-6248-pp-27-02-00177.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2020.

KERSTENETZKY, Célia Lessa. **O estado de bem estar social na idade da razão**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campos, 2012.

LUZ, Sílvia Letícia D'Oliveira da. **Sindicalismo e educação no estado do Pará**: as repercussões da luta sindical sobre o trabalho docente. 315f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MARIANO, Cynara Monteiro. Emenda constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. **Revista de Investigações Constitucionais**, Curitiba, v.4, n.1, p.259-281, jan./abr. 2017.

MARSHALL, Thomas Humphrey. Cidadania e classe social. In: **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. Disponível em: <https://silo.tips/download/marshall-t-h-cidadania-e-classe-social-in-cidadania-classe-social-e-status-rio-d-4>. Acesso em: 05 jan. 2020.

MARTINS, Paulo de Sena. Pior a emenda que o soneto: os reflexos da EC 95/2016. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.12, n.23, p.227-238, jul./out. 2018. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/869>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução n.º 2, de 28 de maio de 2009**. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6.º da Lei n.º 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8.º, § 1.º, e 67 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei n.º 11.494, de 20 de junho de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf. Acesso em: 30 mai. 2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **MEC divulga reajuste do piso salarial de professores da educação básica para 2020**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32666>. Acesso em: 30 mai. 2020.

OFFE, Claus; WIESENTHAL, Helmut. Duas lógicas da ação coletiva: notas teóricas sobre a classe social e a formação de organização. In: OFFE, Claus. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p.56-118.

OLIVEIRA, Francisco de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

_____. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célis (Orgs.). **Os sentidos da democracia**: políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999. p.55-82.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda C. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. **Revista Brasileira de Educação**, v.28, p.5-23, jan./fev./mar./abr. 2005.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. Lei n.º 18.469, de 30 de abril de 2015. Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e adoção de outras providências. Disponível em: http://portal.alep.pr.gov.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=48462&tplei=0&tipo=L. Acesso em: 10 dez. 2018.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Pesquisa de proposições**. Disponível em: <http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei 261/2014**. Dispõe sobre a implementação do Programa de Combate e Prevenção à Violência de Gênero nas escolas públicas do Estado do Paraná. Disponível em: <http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=48924>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 395/2011**. Concede o índice geral de 6,5% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=3890&tipo=I. Acesso em: 04 fev. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei Complementar n.º 681/2011**. Dispõe sobre a equiparação do salário dos professores da Rede Estadual de Educação Básica aos agentes profissionais do quadro próprio do Poder Executivo. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=3496&tipo=I. Acesso em: 04 fev. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 205/2012**. Concede o índice geral de 5,1% nas tabelas de vencimento de todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=4676&tipo=I. Acesso em: 04 fev. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 449/2012. Mensagem n.º 50/12.** Dispõe sobre o piso nacional dos professores da Educação Básica e consequente equiparação do salário de ingresso de professores ao dos agentes profissionais do quadro próprio do Poder Executivo. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=20986&tipo=I. Acesso em: 23 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 613/2012. Mensagem n.º 086/12.** Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do regime próprio de previdência social do Estado. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=23635&tipo=I. Acesso em: 23 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei Complementar n.º 11/2013. Mensagem n.º 064/2013.** Dispõe sobre o piso salarial dos professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná – Lei Federal n.º 11.738/2008 e equiparação do salário de ingresso de professores ao dos agentes profissionais do quadro do Poder Executivo. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=29878&tipo=I. Acesso em: 23 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 211/2013. Mensagem n.º 050/2013.** Estabelece, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=29036&tipo=I. Acesso em: 04 fev. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 275/2013. Mensagem n.º 67/2013** – Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Estado do Paraná com seu regime próprio de previdência social – RPPS. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=31315&tipo=I. Acesso em: 23 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei Complementar n.º 10/2014. Mensagem n.º 64/2014** – Concede a implantação da complementação da hora atividade aos integrantes do cargo de professor no exercício da docência da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=49489&tipo=I. Acesso em: 23 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 120/2014. Mensagem n.º 9/2014** – Dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal n.º 12.858, de 2013, para as áreas de Educação e Saúde, no âmbito do Estado do Paraná. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=46949&tipo=I. Acesso em: 23 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 219/2014.** Mensagem n.º 32/2014 – Concede o índice geral de 6,28% nas tabelas de vencimento básico ou de subsídios das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=48537&tipo=I. Acesso em: 04 fev. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 511/2014.** Mensagem n.º 129/2014 – Instituição de contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas do regime próprio de previdência social do Estado do Paraná, alteração de dispositivos da Lei n.º 17.435, de 21 de dezembro de 2012 e adoção de outras providências. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=51957&tipo=I. Acesso em: 24 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 514/2014.** Mensagem n.º 136/2014 – Institui o regime de previdência complementar no âmbito do Estado do Paraná, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadoria e pensões de que tratam os §§ 14 e 15 do art. 40 da Constituição Federal e dá outras providências. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=51968&tipo=I. Acesso em: 24 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 252/2015.** Mensagem n.º 16/2015 – Dispõe sobre a reestruturação do plano de custeio e financiamento do regime próprio de previdência social do Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=54498&tipo=I. Acesso em: 24 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 478/2015.** Mensagem n.º 30/2015 - Nova redação e revogação de dispositivos da Lei n.º 11.970, de 19 de dezembro de 1997, que institui o PARANAEDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=56305>. Acesso em: 03 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 377/2015.** Mensagem n.º 23/2015 – Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=55397&tipo=I. Acesso em: 24 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 631/2015.** Mensagem n.º 48/2015 – Definição de critérios de escolha mediante a consulta à comunidade escolar, para designação de diretores e diretores auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Disponível em: http://portal.assembleia.pr.leg.br/modules/mod_legislativo_arquivo/mod_legislativo_arquivo.php?leiCod=57638&tipo=I. Acesso em: 24 jan. 2020.

PARANÁ. Assembleia Legislativa do Paraná. **Projeto de Lei n.º 748/2015.** Institui, no âmbito do Sistema Estadual de Ensino, o "Programa Escola sem Partido". Disponível em: <http://portal.assembleia.pr.leg.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=58920>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PARANÁ. **Constituição do Estado do Paraná**. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=9779&codItemAto=97592>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PARANÁ. **Decreto n.º 2071, de 20 de julho de 2011**. Publica as tabelas de vencimento básico e de remuneração com índice geral de 6,5%, concedido às carreiras estatutárias do Poder Executivo pela Lei n.º 16.814, de 2011. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=61140&codItemAto=469147>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Decreto n.º 3.293, 11 de janeiro de 2016**. Dispõe sobre a implantação da revisão geral das tabelas de vencimento básico e de subsídio das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná de que trata a Lei n.º 18.493/2015. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=151660&indice=1&totalRegistros=5&dt=16.6.2020.9.54.46.984>. Acesso em: 16 jul. 2020.

PARANÁ. Governo paga 3,45% do reajuste salarial dos servidores estaduais. **Agência Estadual de Notícias**, 30 out. 2015. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=86550&tit=Governo-paga-345-do-reajuste-salarial-dos-servidores-estaduais>. Acesso em: 17 jul. 2020.

PARANÁ. **Lei n.º 11.970, de 19 de dezembro de 1997**. Institui o PARANAEDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, na forma que especifica. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=8825&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.7.2020.13.55.15.584>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei Complementar n.º 103, de 15 de março de 2004**. Dispõe sobre o Plano de Carreira do Professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná e adota outras providências. Disponível em: <https://appsindicato.org.br/wp-content/uploads/2018/03/L5.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei Complementar n.º 150, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o Piso Nacional dos Professores da Educação Básica e consequente equiparação do salário de ingresso de professores ao dos Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=74185&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.7.2020.11.15.28.359>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei n.º 17.435, de 21 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=83720&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.7.2020.11.16.36.501>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei Complementar n.º 174, de 03 de julho de 2014.** Concede a implantação da complementação da hora atividade aos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Disponível em:

<https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=124212&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.7.2020.13.25.25.227>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei n.º 18.139, de 04 de julho de 2014.** Dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para as áreas de educação e saúde, no âmbito do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=124338&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.7.2020.11.13.54.256>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei n.º 18.294, de 04 de novembro de 2014.** Prorrogação do mandato dos atuais Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=132428&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.7.2020.14.5.52.276>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei n.º 18.370, de 15 de dezembro de 2014.** Instituição de contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, alteração de dispositivos da Lei n.º 17.435, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e adoção de outras providências. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=134503&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.7.2020.11.32.0.337>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei n.º 18.492, de 24 de junho de 2015.** Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pr/lei-ordinaria-n-18492-2015-parana-aprovacao-do-plano-estadual-de-educacao-e-adocao-de-outras-providencias>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. **Lei n.º 18.590, de 13 de outubro de 2015.** Definição de critérios de escolha mediante a consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=147837&indice=1&totalRegistros=1&dt=7.7.2020.14.1.44.59>. Acesso em: 05 jan. 2020.

PARANÁ. Salário mínimo regional vai a R\$ 1.383,80 e segue como o maior do País **Agência Estadual de Notícias**, 13 jan. 2020. Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=105302&tit=Salario-minimo-regional-vai-a-R-1.38380-e-segue-como-o-maior-do-Pais>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta escolas.** Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/templates/initial2.jsf;jsessionid=E2aq66soaUHog3YsJXADBw0VSIIAkOfYx-o4Lf5V.sseed75003?windowId=6a2>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Consulta escolas**: professores e pedagogos por vínculo. Disponível em: <http://www.consultaescolas.pr.gov.br/consultaescolas-java/pages/paginas/profissionais/professoresPedagogosVinculo.jsf?windowId=6a2>. Acesso em: 19 jun. 2020.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução n.º 113/2017 – GS/SEED**. Regulamenta a distribuição de aulas e funções aos professores do Quadro Próprio do Magistério – QPM, do Quadro Único de Pessoal – QUP e aos professores contratados em Regime Especial nas Instituições Estaduais de Ensino do Paraná. Disponível em: http://www.educacao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File/resolucoes/2017/resolucao1132017gsseed.pdf. Acesso em: 17 jul. 2020.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. 17ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

POGGI, Gianfranco. **A evolução do Estado Moderno**: uma introdução sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

POZZEBOM, Elina Rodrigues. O que faz o governador. **Senado Notícias**, 15 set. 2014. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/09/15/o-que-faz-o-governador>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v.14, n.41, p.17-36, jan./abr. 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n.71, jun./ago. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792014000200012. Acesso em: 04 dez 2018.

SENADO FEDERAL. **Proposta de Emenda à Constituição n.º 55, de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SILVA, João Paulo de Souza da; MEI, Danielle Scheffelmeier. O desmantelamento do direito à educação no pós golpe. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.12, n.23, p.289-306, jul./out. 2018.

SILVA, João Paulo de Souza da; MEI, Danielle Scheffelmeier. As ocupações nas escolas em 2015 e 2016: “Primaveras estudantis”. *Revista Chão de Escola*. ISSN 1980-4679. (p. 43 - 55). Curitiba, fevereiro de 2018.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

SUPIOT, Alain. A crise do espírito de serviço público. **Adverso**, v.5, n.7, p.17-25, 1995.

TARDIF, Maurice; RAYMOND, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação e Sociedade**, v.21, n.73, p.209-244, dez. 2000.

TORO, José Bernardo. **A construção do público**: cidadania, democracia e participação. Seleção de textos e organização de Cristina Duarte Werneck e Nísia Duarte Werneck. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABREAS, UNICEF, 1997.

VERSIANI, Maria Helena. Uma República na Constituinte (1985-1988). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.30, n.60, p.233-252, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n60/a13v3060.pdf>. Acesso em: 30 maio 2020.

WEBER, Max. Os três tipos de dominação legítima. In: **Economia e sociedade**. Brasília: UNB, 1994. p.139-167.

WEBER, Silke. Profissionalização docente e políticas públicas o Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.24, n.85, p.1125-1153, dez. 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 05 jan. 2020.

XIMENES, Salomão Barros. **Direito à qualidade na educação básica**: teoria e crítica. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

APÊNDICE - PROJETOS DE LEI APRESENTADOS PELO PODER EXECUTIVO PARANAENSE

continua

Projeto de Lei/Lei	Ano	Súmula/ Ementa	Status	Palavra-chave	Relacionado com
Projeto de lei n.º 316/2011 (entrada: 12/04/2011) – Lei n.º 16.807 (02/05/2011). Revogada pela Lei n.º 17135 de 2012.	2011	Fixa, a partir de 1.º de maio de 2011, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do artigo 7.º, da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n.º 103, de 14 de julho de 2000	Aprovado	Valorização	Piso/ Remuneração
Projeto de lei n.º 395/2011 (entrada: 16/05/2011) – Lei n.º 16814 (19/05/2011).	2011	Concede o índice geral de 6,5 % nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar, do Poder Executivo do Estado do Paraná e dá outras providências.	Sancionada	Carreira	Carreira
PL Complementar n.º 681/2011 (entrada: 29/8/2011) – Lei complementar n.º 138 (21/09/2011).	2011	Mensagem n.º 41/11 - Dispõe sobre a equiparação do salário dos professores da rede estadual de educação básica ao dos agentes profissionais do quadro próprio do Poder Executivo.	Sancionado	Professor	Equiparação salarial
PL n.º 169/2012 (entrada: 18/4/2012) – Lei n.º 1.713 (02/05/2012). Revogado pela Lei n.º 18.059 (1.º/05/2014)	2012	Fixa, a partir de 1.º de maio de 2012, valores do piso salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização, com fundamento no inciso V, do art. 7.º da Constituição Federal e na Lei Complementar Federal n.º 103, de 14/07/2000.	Sancionado e revogado.	Valorização	Piso/ remuneração
Projeto de Lei n.º 205/2012 (entrada: 14/04/2012) – Lei n.º 17.167 (23/05/2012).	2012	Mensagem nº 025/12 - Concede o índice geral de 5.1% nas tabelas de vencimento básico de todas as carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.	Sancionado	Carreira	Carreira
PL Complementar n.º 449/2012 (28/8/2012) – Lei Complementar n.º 150 (29/8/2012).	2012	Dispõe sobre o Piso Nacional dos Professores da Educação Básica e consequente equiparação do salário de ingresso de professores ao dos Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo.	Sancionado	Professor	Piso/ remuneração
Projeto de Lei n.º 613/2012 (04/12/2012) – Lei n.º 17.435 (21/12/2012).	2012	Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.	Sancionado	Previdência e pensão	Carreira
PL Complementar n.º 11/2013 (24/6/2013) – Lei Complementar n.º 158 (17/07/2013).	2013	Dispõe sobre o Piso Salarial dos Professores da Rede Estadual de Educação Básica do Estado do Paraná em virtude do reajuste do Piso Nacional – Lei Federal n.º 11.738, de 2008, e equiparação do salário de ingresso de Professores ao dos Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo.	Sancionado	Professor	Piso/remuneração

continua

Projeto de Lei/Lei	Ano	Súmula/ Ementa	Status	Palavra-chave	Relacionado com
PL n.º 211/2013 (entrada: 27/05/2013) – Lei n.º 17.580 (29/5/2013).	2013	Mensagem nº 050/2013 - Estabelece, para revisão geral anual do ano de 2013, o índice geral de 6,49% nas tabelas de vencimento básico e subsídio das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná.	Sancionado	Carreira	Carreira
PL n.º 275/2013 (08/07/2013) – Lei n.º 17.633 (26/07/2013)	2013	Dispõe sobre o parcelamento de débitos do Estado do Paraná com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.	Sancionado	Previdência e pensão	Remuneração
PL Complementar n.º 10 (2/7/2014) – Lei Complementar n.º 174 (03/07/2014)	2014	Concede a implantação da complementação da hora atividade aos integrantes do cargo de Professor no exercício da docência da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.	Sancionado	Professor	Remuneração
PL n.º 120/2014 (11/3/2014) – Lei n.º 18.139 (04/07/2014)	2014	Dispõe sobre a destinação dos recursos de que trata a Lei Federal n.º 12.858, de 9 de setembro de 2013, para as áreas de educação e saúde, no âmbito do Estado do Paraná.	Arquivado	Educação	Corte de investimentos
PL n.º 219/2014 (entrada: 21/05/2014) – Lei n.º 18096 (29/05/2014).	2014	Mensagem nº 32/2014 - Concede o índice geral de 6,28% nas tabelas de vencimento básico ou de subsídio das carreiras estatutárias civis e militar do Poder Executivo do Estado do Paraná, e adota outras providências.	Sancionado	Carreira	Carreira
PL n.º 511/2014 (02/12/2014) – Lei n.º 18.370 (16/12/2014)	2014	Instituição de contribuição previdenciária para os aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, alteração de dispositivos da Lei n.º 17.435, de 21 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e adoção de outras providências.	Sancionado	Previdência e pensão	Carreira
PL n.º 512 (02/12/2014) – Lei n.º 18.418 (29/12/2014)	2014	Criação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional.	Sancionado	Educação	Planejamento
PL n.º 514 (02/12/2014) – Lei n.º 18.372 (15/12/2014)	2014	Instituição do Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná, fixação do limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que tratam os §§ 14 e 15 do art. 40 da Constituição Federal, e adoção de outras providências.	Sancionado	Previdência e pensão	Carreira
Projeto Lei n.º 252 (07/04/2015) – Lei n.º 18.469 (30/04/2015)	2015	Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e adoção de outras providências.	Sancionado	Previdência e pensão	Carreira
PL n.º 377. (18/05/2015) – Lei n.º 18.492 (24/06/2015)	2015	Aprovação do Plano Estadual de Educação e adoção de outras providências.	Sancionado	Educação	Planejamento

conclusão

Projeto de Lei/Lei	Ano	Súmula/ Ementa	Status	Palavra-chave	Relacionado com
PL n.º 478 (29/06/2015) – Lei n.º 18.540 (1.º/09/2015)	2015	Nova redação e revogação de dispositivos da Lei n.º 11.970, de 19 de dezembro de 1997, que instituiu o PARANAEDUCAÇÃO. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei: Art. 1. O art. 1.º da Lei n.º 11.970, de 19 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 1.º Institui o PARANAEDUCAÇÃO, pessoa jurídica de direito privado, sob a modalidade de serviço social autônomo, sem fins lucrativos, de interesse coletivo, com a finalidade de auxiliar na Gestão do Sistema Estadual de Educação, por meio da assistência institucional, técnicocientífica, administrativa, de infraestrutura em educação, pedagógica, da aplicação de recursos orçamentários destinados pelo Governo do Estado, bem como da captação e gerenciamento de recursos de entes públicos e particulares nacionais e internacionais. (NR)	Sancionado	Educação	Iniciativa privada
PL n.º 631 (25/8/2015) – Lei 18.590 (13/10/2015)	2015	Definição de critérios de escolha mediante a consulta à Comunidade Escolar para designação de Diretores e Diretores Auxiliares da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.	Sancionado	Educação	Participação